



©Pedro Medeiros - EPC 2009

Instituto Superior Miguel Torga
Escola Superior de Altos Estudos

Patrícia Joana Baptista de Sousa

O Teatro e a Prisão
Teatro no Estabelecimento Prisional Coimbra

Dissertação de Mestrado em Serviço Social
apresentada ao Instituto Superior Miguel Torga e
Elaborada sob a orientação
da Professora Doutora Alcina Martins
e co-orientação da Mestre Rosa Tomé

Coimbra, Novembro de 2009

*Para os meus Pais,
Que tornaram a minha vida possível.*

Agradecimentos

Ao terminar esta dissertação de mestrado urge reconhecer, com os meus sinceros agradecimentos, às várias individualidades que de várias formas contribuíram para que se tornasse numa realidade.

Aos profissionais do Estabelecimento Prisional de Coimbra, nomeadamente ao Dr. José António Lemos da Silva e Dr.^a Graça Neto, Director e Adjunta do Estabelecimento, por terem permitido e acolhido a minha *invasão* nesta prisão.

À Dr.^a Emília Gouveia e Dr.^a Elsa Gouveia pela disponibilidade, amizade e apoio incansável. À professora Clarinha pelo carinho.

A todos os actores que me acompanharam nesta caminhada de principiante no teatro e que contribuíram para este estudo com os seus testemunhos.

À minha co-orientadora Dr.^a Rosa Tomé, pois sem a sua determinação, partilha e incentivo, a tarefa teria sido mais complicada. Muito obrigado por ter acreditado em mim e na pertinência deste trabalho, desde o início.

Agradeço à Dr.^a Alcina Martins, pelo estímulo incansável a todos os seus alunos para com a investigação em Serviço Social.

Ao Pedro Medeiros pela disponibilidade e amabilidade com que cedeu as suas fotografias para este trabalho.

Aos meus pais e ao meu irmão, que foram o meu porto de abrigo e sempre acreditaram nas minhas capacidades.

Ao António Pernas por ter sido paciente e encorajador, ajudando-me a superar todos dias menos bons desta etapa.

À minha colega de mestrado Teresa Simões e a todos aqueles com quem partilhei frustrações e alegrias inatas a quem trilha este caminho.

Aos meus amigos Valente, Carla Ribeiro e Helena Oliveira por todo o apoio, o qual me permitiu concluir este trabalho.

E a todos os amigos que partilharam comigo angústias e ansiedades e que ainda assim tiveram o *Dom da Palavra* que me alegrou o espírito.

“A tarefa não é contemplar o que ninguém
ainda contemplou, mas meditar, como
ninguém ainda meditou, sobre o que todo
o mundo tem diante dos olhos”

Schopenhauer

Resumo

A presente dissertação visa a obtenção do grau de mestre em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga.

Intitulado *o Teatro e a Prisão*, o presente estudo centra-se numa abordagem exploratória da importância do teatro em meio prisional, no qual procurámos compreender e explicar quais os benefícios da actividade teatral para os reclusos que nela participam. Isto para verificarmos se as actividades socioculturais como o teatro, desenvolvidas no Estabelecimento Prisional de Coimbra, podem contribuir para a não-dessocialização dos reclusos.

Nesta investigação foi fundamental recorrer à percepção dos actores-reclusos, pelo que realizámos entrevistas a alguns elementos que constituíam o grupo de teatro, que posteriormente foram tratadas através do método de análise de conteúdo.

O teatro apresenta-se constituído como pelouro de actuação dos técnicos superiores de reeducação, encontrando-se deste modo já institucionalizado na prisão de Coimbra. Ao analisá-lo, foi possível concluir que este contribui para uma melhoria das relações pelo que poderá simultaneamente contribuir para a diminuição de distúrbios e tumultos que afectam o clima prisional e também para a não-dessocialização dos reclusos, por outro lado podemos encarar o teatro como promotor da autonomia e auto-afirmação do indivíduo.

Os próprios actores perceberam e valorizaram os aspectos benéficos decorrentes da actividade teatral, dentro dos quais sinalizaram: o contributo para o reformular do seu quotidiano, uma melhoria ao nível da linguagem e das relações interpessoais, mudança no auto-conceito e auto-estima, e possibilidade de diminuição de estigmas através do contacto com pessoas vindas da sociedade exterior.

É possível destacar o teatro e a cultura como elemento constitutivo da reeducação social dos reclusos, vertente do tratamento penitenciário que começa a dar os seus passos e que deve ser valorizada e enfatizada, dado que nesta matéria vão havendo experiências mas há ainda um vasto campo a explorar.

ABSTRACT

This dissertation aims at obtaining a master's degree in Social Work from the Instituto Superior Miguel Torga.

Entitled "*O Teatro e a Prisão*" (*The Theatre and the Prison*), this study focuses on the exploratory approach of the importance of theatre in prison environment, in which we sought to understand and explain what the benefits of theatrical activity for the inmates who participated were. The objective was to see if the social and cultural activities such as theatre, developed in the Coimbra's Prison Institute, may contribute to the prisoner's non-desocialisation.

In this research it was fundamental to resort to the view of actors/inmates, so we held interviews with some elements of the theatre group, subsequently analysed through a content analysis method.

The theatre is already institutionalised in Coimbra's Prison Institute as a superior technical rehabilitation performance. When analysing it, it was possible to conclude that it promotes better relations but simultaneously s also contributes to the non-desocialisation of prisoners and to the reduction of disturbances and riots that affect prison environment. We still can see theatre as an autonomous and individual self-affirmation promoter.

The actors/inmates themselves recognised and valued the beneficial aspects of the theatrical activity, such as the contribution to the rewriting of their daily lives, improving the language and interpersonal relationship levels, changing their self-concept and self-esteem, and allowing to reduce stigmata through the contact with people from outside the prison system.

It is possible to highlight theatre and culture as a constitutive element of inmates' social rehabilitation, a prison rehabilitation performance which is now taking its first steps, and which ought to be valued and emphasised, as there have been some experiments in this area but there is still a long way to go and much to explore.

Índice

SIGLAS	9
Introdução	10
Parte I. Enquadramento Teórico.....	13
Capítulo 1. Enredos Prisionais.....	13
1.1. Prisão: Instituição Total	14
1.2. Socialização Versus Dessocialização	17
1.3. Reinserção Social	21
Capítulo 2. Tratamento Penitenciário	25
2.1. Enquadramento histórico e legislativo do trabalho prisional	26
2.2. Enquadramento histórico e legislativo do Serviço Social prisional	28
2.3. Aplicabilidade e Princípios que regulam o Tratamento Penitenciário	33
Capítulo3. Teatro na Prisão para a Não-Dessocialização	40
3.1. Origens do Teatro	41
3.2. Teatro do Oprimido	43
3.3. Funções do Teatro	45
Parte II. Investigação Empírica	49
Capítulo 4. Apresentação do Estudo	49
4.1. Contexto de Investigação: Estabelecimento Prisional de Coimbra.....	50
4.1.1. Resenha Histórica do Estabelecimento	50
4.1.2. Classificação do EPC.....	50
4.1.3. Estrutura Arquitectónica	51
4.1.4. Caracterização da população do EPC de Coimbra até Dezembro de 2006	53
4.1.5. Caracterização da orgânica formal do EPCC.....	55
4.2. Conteúdo Funcional do Técnico Superior de Reeducação	58
4.3. Caracterização dos Serviços de Educação e Ensino no EPC	60

4.4. Teatro no Estabelecimento Prisional de Coimbra	65
4.5. Pertinência e objectivos do estudo	69
4.6. Estratégia Metodológica	71
Capítulo 5. Apresentação dos resultados	74
5.1. Estabelecimentos que têm aderido ao Teatro no decorrer do Tratamento Penitenciário	75
5.2. Caracterização Sumária dos Actores que constituem o grupo de teatro no EPC	77
5.3. Dinâmicas Relacionais do Grupo de Teatro do EPC.....	81
5.3.1. Vivências intra-muros: relação entre pares	81
5.3.2. Percepções dos Actores em relação aos Guardas	85
5.3.3. Percepção de mudanças pelos actores após a entrada no grupo de Teatro	87
5.4. Investimentos Para a Saída.....	89
5.4.1. Relações extra-muros: Visitas e Saídas Precárias	89
5.4.2. Práticas de promoção do sujeito: Escola versus Teatro	90
Conclusões.....	98
Referências Bibliográficas	102
Legislação Consultada:.....	107
Webgrafia:	108
Outras Fontes Documentais:	108
Anexos e Apêndices.....	109

SIGLAS

AAEAM – Associação Artística de Educação pela Arte na Madeira

AS – Assistente Social

CP – Código Penal

CTO-Rio – Centro do Teatro do Oprimido do Rio de Janeiro

DGSP – Direcção Geral dos Serviços Prisionais

DL – Decreto-Lei

EPC – Estabelecimento Prisional Central

EPCC – Estabelecimento Prisional Central de Coimbra

IRS – Instituto de Reinserção Social

OEDT – Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência

ONU – Organização das Nações Unidas

RAVE – Regime aberto virado para o exterior

RAVI – Regime aberto virado para o interior

SCD – Saídas de Curta Duração

SEE – Serviços de Educação e Ensino

SP – Serviços Prisionais

SPCD – Saídas Precárias de Curta Duração

SPP – Saídas Precárias Prolongadas

SS – Serviço Social

TEP – Tribunal de Execução de Penas

TEUC – Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra

TO – Teatro do Oprimido

TSR – Técnico Superior de Reeducação

Introdução

A presente dissertação insere-se no âmbito do V Curso de Mestrado no ano 2007/2008 em Serviço Social.

Este trabalho de investigação pretende analisar a relação entre o teatro e a esfera prisional, mais especificamente a introdução do teatro como instrumento pedagógico/socializador/não-dessocializador num ambiente tão peculiar como a prisão.

Assim, pretende-se considerar a prisão como contexto de análise, em concreto o Estabelecimento Prisional Central de Coimbra, no qual serão tidas em conta as práticas que nele são implementadas pelos Técnicos Superiores de Reeducação (TSR), em particular o teatro.

Será importante clarificar desde logo a utilização de Técnico Superior de Reeducação em alternativa ao Técnico Superior de Serviço Social. Tal facto prende-se por ser a carreira profissional que integra, entre outros profissionais das ciências sociais e humanas, os Assistentes Sociais que desempenham, entre outras, funções de acompanhamento do tratamento penitenciário do recluso num estabelecimento prisional.

Tornou-se então indispensável elaborar a seguinte questão de partida: *Contribuirá o Técnico Superior de Reeducação, através da implementação do teatro, para a não-dessocialização do recluso?*

Actualmente exige-se aos assistentes sociais não só que ajam e intervenham com o conhecimento das ciências sociais, mas também que contribuam para a produção de um saber específico, através da investigação feita pelos mesmos nas suas diversas áreas de actuação. Deste modo, este trabalho vai ao encontro de uma produção de saberes em Serviço Social, num contexto que no nosso país ainda está pouco explorado, ou seja, no tratamento penitenciário. Sendo a prisão uma instituição total que tem como finalidade vigiar, punir e reeducar, é essencial compreender a função do TSR, Assistente Social, e entender de que modo este poderá colaborar com o recluso, ao incrementar actividades – tais como o teatro – para minimizar os inevitáveis danos sofridos,

nomeadamente a descaracterização do *self*, efeito das vicissitudes das instituições totalitárias.

É sabido que o meio prisional é alvo de variadas conjunturas problemáticas, sendo que constantemente se buscam soluções para as mesmas. No entanto, “*Não basta clamar que as prisões estão sobrelotadas, que há droga, homossexualidade e corrupção no seu seio, que os reclusos se suicidam (...)*” (Buffard, 1973; Mazerol, 1977; Montaron, 1977 cit. GONÇALVES;1993:4).

Segundo Rui Abrunhosa, torna-se necessário intervir, embora nenhuma intervenção possa conhecer bons frutos se não for cuidadosamente alicerçada em observações feitas no próprio meio prisional.

Ao enveredar pelo curso de mestrado, almejei desde logo pesquisar sobre uma problemática que se inserisse no meio prisional, uma vez que me foi possibilitado realizar o estágio curricular da licenciatura no Estabelecimento Prisional de Coimbra. Essa experiência permitiu-me constatar o quão imprescindível se torna o papel do Assistente Social, assim como verificar que é possível inserir no espaço de actuação profissional, algumas práticas socioculturais inovadoras e criativas. No decorrer do estágio, pude igualmente usufruir do privilégio de participar em algumas peças de teatro organizadas pelo Pelouro do Teatro e levadas a cabo pelos reclusos, daí não ter ficado indiferente ao impacto dessas actividades provocado nos mesmos, nem ao modo como foram vivenciadas num espaço intra-muros. Desde então, foi crescendo em mim a curiosidade de saber qual o papel do teatro no tratamento penitenciário, de que modo pode ser implementado pelo Serviço Social e quais as vantagens daí retiradas para a vivência em reclusão. Para responder a essa curiosidade, contribuiu o facto de não ter cessado a minha participação nos ensaios de teatro no EPC, desde que terminou o estágio até ao momento.

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes. Sendo que a Parte I se refere ao enquadramento teórico da investigação, que se encontra constituído por três capítulos. Em que o primeiro capítulo designado por *Enredos Prisionais* apresenta o desenvolvimento dos conceitos: prisão enquanto instituição total; socialização versus dessocialização e reinserção social. O segundo Capítulo que se intitula por *Tratamento Penitenciário* faz o enquadramento, histórico e

legislativo, do trabalho e do serviço social prisional. Neste capítulo encontramos ainda a aplicabilidade e princípios que regulam o tratamento penitenciário.

O terceiro capítulo designado por *Teatro na Prisão para a Não-dessocialização* contempla as origens do teatro, o Teatro do Oprimido, e funções do teatro em geral e adaptadas ao meio prisional.

A Parte II da presente dissertação engloba toda a investigação empírica onde é realizada a apresentação do estudo e a discussão metodológica, através do capítulo 4. O capítulo subsequente é dedicado a apresentação e discussão dos resultados práticos, sendo seguidamente apresentadas as conclusões de toda a investigação.

Parte I. Enquadramento Teórico

Capítulo 1. Enredos Prisionais



©Pedro Medeiros - EPC 2009

1.1. Prisão: Instituição Total

O tratamento penitenciário desenrola-se num contexto institucional, a prisão.

As instituições caracterizam-se por serem formas estruturadas de relações sociais compostas por grupos sociais, que estabelecem entre si relações de poder, hierárquicas, sendo veículos que propiciam a manutenção do *status quo*, e simultaneamente dispositivos de controlo social.

À prisão é reconhecido o estatuto de instituição fechada, com mecanismos de disciplinarização, que consistem na obediência a horários, no cumprimento de regras de comportamento e na subserviência frente ao poder. Ao ter uma organização verticalizada e com plena vigilância, proporciona um contacto minimalista com o exterior.

Goffman (2005: 11) define a prisão, por todas as características que lhe são inerentes, como instituição total, *“local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”*.

As instituições totais têm particularidades muito próprias. São **totais** uma vez que o internado vive todo o seu quotidiano sob o mesmo espaço e autoridade, em oposição à vida no exterior, que é desenvolvida em diversos locais, delimitados por padrões normativos distintos. Tal *“(...) carácter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no sistema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado (...)”*. (Goffman, 2005:16)

São **segregativas** pois ao privarem os indivíduos do contacto com o mundo exterior, tais instituições impõem paralelamente no seu interior uma divisão básica entre o grupo *controlado* (os internados que se encontram todos numa mesma situação) e a *equipe de supervisão*.

São **normalizantes** uma vez que as mesmas instituições se preocupam em regulamentar os mais ínfimos pormenores do quotidiano, em que *“todas as actividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma actividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de*

actividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. (...) As várias actividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objectivos oficiais da instituição.” (Goffman, 2005: 18) Esta particularidade normalizante é indissociável de uma outra característica das instituições totais: a de serem **homogeneizantes**. Tal vertente é visível no facto dos internados, independentemente da sua individualidade, se encontrarem sujeitos a um igual regime que, na maioria das vezes, não contempla qualquer espécie de privacidade, considerando que *“cada fase da actividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto.”* (Ibidem)

Finalmente, as Instituições Totais são consideradas **estigmatizantes**, consequência da sociedade ao diferenciar os internados ou ex-internados, através da rotulagem negativa, e pela percepção do próprio internado, que depois do despojamento inicial da sua identidade, após a sua entrada na instituição, se considera diferente dos restantes seres humanos que povoam a sociedade exterior. A consciência de tal estigma está intrinsecamente presente, e pode ser verificada na seguinte citação de Goffman:

“A baixa posição dos internados, quando comparada à que tinham no mundo externo, e estabelecida inicialmente através do processo de despojamento, cria um meio de fracasso pessoal em que a desgraça pessoal se faz sentir constantemente.” (Goffman, 2005: 63)

Para além de todas estas características da prisão enquanto instituição total (das quais decorrem directamente efeitos negativos, alguns já supracitados), temos de considerar, paralelamente, os efeitos nefastos que advêm dessas mesmas características.

Assim, nas situações de longo internamento ocorre uma “desaculturação”, que se traduz numa incapacitação por parte do indivíduo em enfrentar determinados eventos do quotidiano quando lhe é restituída a liberdade – é como se ficasse destreinado de viver, sem que lhe sejam impostos os horários e as tarefas a que estava deveras habituado na cadeia. Desta forma, as instituições

totais deterioram o senso da realidade, conduzem ao afastamento das regras e valores do mundo externo, originando a destruição do Ego e a possível perda de identidade, transformando o indivíduo numa figura anónima de um grupo subordinado. Tal facto, faz-nos reflectir como será possível ressocializar o recluso, como restitui-lo recuperado à sociedade, uma vez que a prisão obsta qualquer iniciativa do sujeito ao submetê-lo permanentemente à rotina pré-estabelecida. Essa rotina, seguida durante anos, contribui para transformar o indivíduo num ser desprovido de capacidade de decisão. Para sustentar tal ideia, recorreremos a um dos depoimentos presentes na obra de Thompson:

“Ao deixar o refeitório fui instruído para retornar à cela a mim designada. Quando ali cheguei a porta estava aberta, mas fiquei hesitante entre continuar ou esperar que me ordenassem fizesse isso ou outra coisa. Esse automatismo, renovado com frequência nas cadeias, é uma tortura; as pessoas livres não imaginam a extensão do tormento. Certo, há uma razão para nos mexermos desta ou daquela maneira, mas desconhecendo o motivo dos nossos actos, andamos à toa, desarvorados. Roubam-nos completamente a iniciativa, os nossos desejos, os intuitos mais reservados, estão sujeitos à verificação;” (Thompson, Augusto. A questão penitenciária, p.78 cit. in Pickler)

Reforça ainda o mesmo autor que o recluso fica de tal modo lesionado, no que concerne à sua autodeterminação, que pende sempre entre o fazer e o não fazer, que se habitua inevitavelmente a aguardar que tomem decisões por ele. Esta mutilação do livre arbítrio torna-se característica da sua personalidade. Paralelamente ao anteriormente referido conceito de “desaculturação”, surge o de “prisionização” como sendo:

“um processo lento e gradual que se inicia por uma “conversão ao anonimato”, na pertença a um grupo de indivíduos que deixam de ser conhecidos pelos seus nomes para passarem a ser identificados por números, trajando todos de igual forma; posteriormente, o recluso passa a interiorizar o “calão prisional” e a ver nos guardas o símbolo do poder onnipotente e inquestionável; com o correr dos meses passa a considerar o trabalho, a roupa, a comida e o alojamento como algo que a instituição lhe

deve e é esta mudança de atitude que, posteriormente fará com que o recluso não se conforme mais com qualquer tipo de trabalho intra-muros aspirando postos ou funções que sejam mais cómodas, menos pesadas e onde a probabilidade de conflitos com outros reclusos seja diminuta". (Clemmer, 1940 cit. in GONÇALVES, Rui Abrunhosa, 2000:145)

A Clemmer se deve o termo “prisionização”, que se refere à adopção em maior ou menor grau dos usos e costumes em concreto e à cultura da prisão, em geral. Por outras palavras, a “prisionização” é *“uma socialização ou assimilação por parte do detido dos símbolos, valores e modos de pensar e agir da subculturacarceral”*.

Talvez pela evidência da panóplia de mudanças, ajustes e efeitos nefastos que se operam nas idiosincrasias do indivíduo recluso, seja pertinente perceber de que forma as dimensões de integração e de socialização podem ser trabalhadas pelo Serviço Social, mais concretamente pelo TSR, recorrendo ao teatro dentro da prisão, como parte integrante do tratamento penitenciário do indivíduo.

1.2. Socialização Versus Dessocialização

Antes de tentar compreender de que modo pode contribuir o técnico superior de reeducação para a não-dessocialização do recluso, será útil ter em consideração conceitos como socialização, dessocialização e exclusão.

A socialização pode ser definida como a assimilação por parte do indivíduo de hábitos e características do seu grupo social, englobando o processo através do qual o sujeito se torna membro funcional de uma comunidade, apreendendo a cultura que lhe é própria. A socialização é considerada como um processo de integração do indivíduo numa sociedade, adoptando comportamentos e atitudes, modelando-os aos valores, crenças e normas dessa cultura onde se insere. A referida socialização decorre de um modo contínuo, ao longo de toda a vida do indivíduo.

Podemos distinguir dois tipos de socialização: a primária e a secundária.

A socialização primária ocorre durante a infância e a adolescência, sendo nestes períodos que o sujeito adquire as suas competências sociais básicas.

A socialização secundária, que importa a este estudo, acontece na vida adulta, sempre que o indivíduo sofre um processo de adaptação a novas situações.

Segundo Mead (1934 *cit. in* Dubar, 1997), a socialização é a construção de uma identidade social por meio da convivência com os demais. Para Moscovici (1972 *cit. in* Dubar, 1997) a socialização é o desenvolvimento de uma certa representação do mundo que cada pessoa constrói gradativamente por meio das imagens retiradas das várias representações existentes, reinterpretadas para construir uma nova representação original, e não somente a assimilação de normas, regras e valores.

O termo socialização tem vindo a ser utilizado sob diversas formas e associado a várias abordagens quer da Psicologia, Sociologia ou Antropologia.

Se na óptica da Psicologia, se deu ênfase à questão da criança perante o processo de socialização, para este estudo tornou-se de maior interesse a óptica sociológica e antropológica sobre a socialização. Na perspectiva sociológica, o conceito de socialização remete, por um lado, para a representação das habilidades sociais adquiridas pelos sujeitos em diversas situações, e, por outro, para a análise das instituições em que o processo ocorre. Sob a óptica antropológica o entendimento de tal conceito torna-se fulcral para a compreensão do ser humano e da própria sociedade. Assim, segundo esta visão, tornar-se socializado implica que o indivíduo se torne aculturado, tendo em conta que durante o processo de socialização o indivíduo absorve as características sociais do seu grupo, excluindo muitas vezes certas propriedades intrínsecas à sua própria personalidade. Quando tal sucede, verifica-se uma mudança de comportamento e pensamento que passa a assemelhar-se ao expressado pelos indivíduos que integram a mesma comunidade.

Quando o indivíduo dá entrada na prisão, traz consigo uma socialização, fruto da sua vida extramuros; tendo, por um lado, que se adaptar às exigências feitas pela prisão e pela sua *cultura prisional*, e, por outro, que manter relações e padrões que permitam o regresso à sociedade, evitando a sua dessocialização. Este último fenómeno refere-se àquilo a que Touraine chamava de *desaparecimento dos papéis, normas e valores sociais pelos quais se construía o mundo vivido*. (1998, *cit. in* Filho, (s/d)).

Citando Anabela Rodrigues, *a socialização intramuros só terá sentido se for uma socialização de transição para a liberdade*. No fundo, pretende-se que o indivíduo consiga manter ou até mesmo criar algumas novas habilidades que alimentem o cordão umbilical que o liga à sociedade da qual foi retirado, para que aquando do seu retorno não se sinta um completo estrangeiro numa casa que já foi sua, dando início ao processo de exclusão.

Qualquer pessoa que atravessa os muros da prisão para cumprir uma pena privativa de liberdade vê a sua identidade social representada por uma ‘matrícula’ e determinada em função do delito que a trouxe e cumpre uma condenação em que, como refere Foucault (1987: 106), “*o ponto de aplicação da pena é o corpo, é o tempo, são os gestos e as actividades de todos os dias*”. Repentinamente, o recluso não só se vê compelido a permanecer num espaço fisicamente limitado, como tem de prescindir, sobre todos os semblantes, da sua livre iniciativa.

Todo o tratamento penitenciário subentende e admite como objectivo a ressocialização do recluso. O termo *ressocializar* carrega na sua bagagem a ideia de tornar o sujeito novamente social, uma vez que o alvo da ressocialização é todo aquele que foi dessocializado. Perante tal concepção, erguem-se inúmeras críticas, das quais salientamos a de Muñoz (*cit. in* Filho, C.: 2009):

“Se se aceita e se dá por boa a frase de Durkheim de que ‘a criminalidade é um elemento integrante de uma sociedade sã’ e se considera, além disso, que é a mesma sociedade a que produz e define a criminalidade, é lógico que se pergunte até que ponto tem sentido falar de ressocialização do delinquente numa sociedade que produz ela mesma a delinquência”.

Voltamos assim a uma discussão que tem estado subrepticiamente presente ao longo desta dissertação, na qual não se pode conceber como propósito da pena regenerar o indivíduo dessocializado, sem que tal facto não se converta numa imposição arbitrária e oposta à livre autonomia individual. Por outro lado, podemos afirmar que a pena privativa de liberdade jamais poderá assumir primordialmente a tarefa ressocializante, uma vez que ela própria dessocializa. Segundo Baratta (*cit. in* Filho, C.: 2009), tal dessocialização resulta da ocorrência de dois factores: a *desaculturação*, que consiste na desadaptação às condições necessárias para a vida em liberdade, na redução do senso de realidade do

mundo externo e na formação de uma imagem ilusória deste, e, finalmente, no distanciamento progressivo dos valores e dos modelos de comportamento próprios da sociedade externa; a *prisionização*, que é a absorção dos valores fixados pela subcultura carcerária, em que o preso é educado para ser criminoso e para ser bom preso. A agravar tal cenário, acresce o estigma que o término da pena fixa no sujeito.

Perante os efeitos nefastos da reclusão, não se pode somente ter em conta a socialização do recluso, mas considerar-se também a extrema importância de combater a dessocialização do sujeito, como consequência desses mesmos efeitos, que se podem traduzir na subcultura prisional e na infantilização do indivíduo.

Visto que é impossível pôr fim à pena de prisão, torna-se então premente a promoção de meios amenizadores da dessocialização aquando da execução da pena privativa de liberdade. Fundamentados em Rodrigues (2000), destacamos três pressupostos para atingir tal finalidade: o respeito à liberdade de consciência do recluso, a realização positiva dos direitos fundamentais do recluso e a obrigação constitucional de intervenção social do Estado. Indo ao encontro desta ideia, não nos devemos cingir apenas à importância da construção de novos laços, que no meio prisional se tornam susceptíveis de, muitas das vezes, serem fruto de relações de interesse, mas também, e sobretudo, a não-quebra dos que já existiam antes da entrada na cadeia. Devemos considerar ainda que o indivíduo que dá entrada na prisão se depara com padrões normativos distintos da vida no exterior, sendo que a dessocialização não se resume apenas à já mencionada quebra dos laços com o exterior, pois acentua-se com a transformação/despojamento da bagagem que o indivíduo traz consigo quando ingressa na reclusão. Podemos constatar esse despojamento quando o sujeito é obrigado a abandonar as suas peças de vestuário para passar a trajar a farda institucional, quando vê o seu nome ser substituído por um número e pelo facto da vida prisional ser marcada pela *“programação concertada e meticulosa de todas as actividades, o que segundo Goffman se traduz na contra-organização concertada e sistemática que impede a organização de uma vida social humana”* (Goffman, E. 1986:30 *cit. in* Moreira J. 1994: 11).

Um dos caminhos viáveis para vermos combatida a dessocialização do indivíduo, fruto da sua estadia na prisão, poderia ser o recorrer à praxis daquilo a que Snacken (*cit. in* Cunha M., 2008: 83) denominou como o conceito de “normalização da vida na prisão”, correspondendo este ao princípio de que as condições da realidade prisional se devem aproximar, tanto quanto possível, às condições do meio livre. Desta forma se concorrerá para diminuirmos os efeitos negativos da prisão, enquanto instituição total.

“Diz-se que, quando o contributo empírico põe em evidência os efeitos dessocializadores da prisão, o principal objectivo deve ser não tanto a socialização quanto evitar a dessocialização do recluso” (Rodrigues, 1999: 365).

É urgente que o TSR esteja em permanente estado de alerta para a não-dessocialização do recluso.

1.3. Reinserção Social

Antes de dar seguimento a uma breve resenha sobre o aparecimento da reinserção social em Portugal, alicerçando tal surgimento em algumas teorias e factos históricos, optamos por fazer alusão à definição de tal conceito.

Assim, *“por reinserção social deve ser entendido todo o processo que envolvendo numa relação complexa o Estado, a sociedade e o cidadão delinquente, visa criar condições que permitam que aquele cidadão opte livremente por viver em sociedade sem cometer crimes, permitindo simultaneamente e de forma equidistante que a própria sociedade se ajuste, se reforme, no sentido de eliminar os factores criminógenos que contém.”* (Enciclopédia Polis; V volume: 283)

O autor Figueiredo acrescenta que *“Com a entrada em vigor do Novo Código penal (1982) e legislação complementar e com a criação do Instituto de Reinserção Social o sistema penal e prisional português inicia um período claramente marcado pela ideia de reintegração social dos delinquentes”*. (Figueiredo, 1983:17)

Daqui concluímos que um longo percurso teve de ser percorrido até se ter chegado a esta fase. Fazem parte desse percurso a introdução do trabalho em

meio prisional, a intervenção das instituições privadas e posteriormente também das públicas de assistência, todo um processo de acompanhamento individualizado dos reclusos e a preocupação em recrutar pessoal especializado para assistência social a delinquentes. Poderá compreender-se melhor as etapas de tal percurso, mais adiante, no ponto referente ao tratamento penitenciário.

Actualmente subjacentes ao conceito de reinserção social encontram-se várias críticas e posições divergentes quanto à sua prática e finalidades.

Citando Rocha, a dúvida instala-se na seguinte questão: *“A ressocialização do delinquente, nomeadamente daquele que deve expiar uma pena privativa de liberdade, constitui um objectivo utópico? Ou, pelo contrário, é uma perspectiva plausível, de resultados concretamente verificáveis, uma vez reunidas determinadas condições de tratamento e assistência?”* (Rocha, 1983: 71)

Se, segundo Rocha, a reinserção pode ser considerada como a readaptação positiva à vida em sociedade que o crime de algum modo perturbara, então, tal como ele, poderemos questionar se tal objectivo de readaptação não significará impor uma adesão à ordem estabelecida. Se considerarmos uma resposta positiva a esta questão, não equivalerá isso a violar a liberdade de pensamento do delinquente?

Para além destas interrogações de alusão ética, e sem resposta concreta, variando consoante a posição dos mais diversos críticos, colocam-se outras dificuldades quando se tenta fazer a passagem da teoria à prática no desenlace da reinserção social.

Segundo Alvim, *“a tarefa de reintegrar delinquentes nos quadros aceites pela sociedade é uma ingrata tarefa, se atendermos ao facto de que os delinquentes actuais estão eles próprios integrados em micro-sociedades, grupos mais ou menos coesos com relações inter-grupais extremamente bem organizadas que constituem o “milieu” do crime.”* (Alvim, 1983: 91)

Para Barreiros, *“ressocializar significa reinserir o delinquente na normalidade social. Mas o pluralismo cultural existente nas nossas sociedades impossibilita a aferição dessa normalidade válida”. (Barreiros, 1983: 101) E se prontamente constatamos essa dificuldade em aferir tal normalidade, também rapidamente nos apercebemos, em oposição, da facilidade em etiquetar quem não segue os parâmetros da normalidade, e que, ao delinquir incorre num caminho provável*

para o estigma. Isto porque, tal como diz Yves Barel, “(...) a tendência irreprimível das pessoas é estigmatizar quem não é como elas”. (Barel cit. in Negreiros, 1983: 150)

Não podemos então designar a reinserção social como um processo simplista que se resume a uma única esfera do indivíduo, mas sim nele englobar os diversos níveis, espaços e relações, os quais por sua vez devem ser reapropriados e recriados. É precisamente nestes espaços, nestas relações, que Negreiros situa os tipos de intervenção do serviço social que podem ter a forma de: ajuda/ apoio, informação/ formação, capacitação para novas formas de relação social, tratamento/ terapia. (Negreiros, 1993)

Tal processo só é exequível através da disponibilidade voluntária e da participação activa do próprio delinquente, pois o consentimento, a aceitação e a activa participação do recluso no tratamento são exigências que ganharam já consagração legal no Decreto-Lei n.º 265/79 de 1 de Agosto, verificáveis no art. 3.º, n.º4.

Compactuando com a ideologia de Anabela Rodrigues, consideramos que não podemos deixar de conotar como insuficiente a participação da sociedade na tarefa da reinserção social do indivíduo como outro dos agentes que em grande parte concorre para que os resultados não sejam tão profícuos quanto poderiam ser. O tratamento é, na maioria das vezes, concebido como da exclusiva responsabilidade do pessoal ou da própria administração penitenciária, desprezando-se o papel do público e contrariando a própria concepção de reinserção social. Esta implica necessariamente uma reconciliação entre o delinquente e a sociedade e um empenho mútuo indispensável de forma que o tratamento prisional não seja votado ao fracasso.

É então urgente que se apele a uma maior participação societária, para que o tratamento penitenciário deixe de incorrer contra a própria concepção ideológica da reinserção.

Se actualmente conseguimos sinalizar os efeitos nefastos da reclusão, sabendo que a própria prisão impõe inevitavelmente um estigma àqueles que se pretende restituir à colectividade e se “ *se repudia a política de segregação, de ostracismo, da colocação sob vigilância permanente (...) que outro objectivo deve prosseguir-se que não seja a ressocialização do delinquente, quer dizer, a sua*

reabilitação, no sentido etimológico do termo, a restauração da sua plena capacidade de cidadão?” (Rocha, 193: 81)

Não podemos desconsiderar, por outro lado, que inerente ao conceito de “ressocialização”, não se encontra associado apenas uma pura acção sobre o delinquente, uma vez que na realidade há duas partes no processo: o delinquente e a sociedade. Objectivando-se então a conciliação de ambas as partes, esta é apenas exequível através de concessões recíprocas. Para tal processo é fulcral a participação do corpo social e do meio do delinquente na sua ressocialização, e, não menos importante, a aceitação final e sincera do interessado. Subsequentemente, e de acordo com a opinião de Rocha, é fácil constatar que a causalidade da política criminal de ressocialização tenha mais probabilidades de êxito em certos países e em determinadas épocas que noutros e noutras, já que se encontra subordinada ao grau de consenso e de solidariedade societária, das tradições de participação activa dos cidadãos no trabalho social.

Deste modo, teremos que atender às características e hábitos do corpo social português para otimizar a reinserção social. Assim, e parafraseando Beleza, *aquilo a que chamo “tarefa mais realista” consistiria essencialmente, em tentar minorar os efeitos que, temos de o aceitar, depois dos estudos de sociologia carceral ou de outras instituições totais, publicados nos últimos anos (Gofman, 1961; Sykes, 1971; Cohen e Taylor, 1981), são efeitos necessariamente negativos da institucionalização, por um lado. E por outro, lutar contra a estigmatização que deriva dos processos de controlo penal.* (Beleza, 1983: 168)

É por esta *tarefa realista* que nos regemos enquanto defensores de uma contínua implementação de actividades sócio-pedagógico-culturais, nas quais podemos inserir as práticas teatrais, enquanto propulsoras de uma maior participação do recluso no seu próprio tratamento, como uma via possível para minorar os anteriores referidos efeitos nefastos e, simultaneamente (através das pessoas que interagem em todo o processo de desenvolvimento de tais actividades), contribuir para uma corrente anti-estigma.

Capítulo 2. Tratamento Penitenciário



©Pedro Medeiros - EPC 2009

2.1. Enquadramento histórico e legislativo do trabalho prisional

Retomando o conceito de reinserção social em abstracto, e sob a óptica de Figueiredo, podemos considerar como seus instrumentos fundamentais o trabalho prisional e a necessidade de acompanhamento individual dos delinquentes.

Reportando-nos ao trabalho prisional, verificamos que as suas primeiras referências legais datam de 1843, em que o Decreto de 2 de Março estabelece, como fazendo parte das competências do carcereiro, o zelo pela ocupação dos reclusos, *“tudo fazendo para que se empreguem nos ofícios que puderem exercer sem risco e inconveniente dos próprios presos (...)”*.(Figueiredo, 1983: 25). A partir dessa data, nunca mais se deixa de ter em consideração o trabalho no decorrer das medidas detentivas.

Com a Lei de 1 de Julho de 1867, através do seu artigo 24, pode já ver-se a relação estabelecida entre o trabalho prisional e a reintegração social do recluso ao designar que *“os presos que não souberem alguma arte ou ofício, receberão na cadeia a instrução necessária e relativa ao trabalho e preparação dos meios de existência honesta depois da soltura (...)”*.

Também durante a Primeira República, e sob a óptica da prevenção criminal, o trabalho é reconhecido como um *instrumento de prevenção criminal*. Na sequência desta visão, o Decreto de 27 de Maio de 1911 define as profissões industriais a ensinar dentro das cadeias, sendo elas a marcenaria, a serralharia mecânica ou artística, os trabalhos em talha, litografia, tipografia, sapataria e a alfaiataria.

Posteriormente, o Decreto-Lei 26643 de 28 de Maio de 1936, ao consagrar a reforma prisional, não deixa de ser incisivo neste campo, referindo no seu preâmbulo que *“(...) o trabalho foi sempre uma escola de virtude e, portanto, um instrumento de regeneração, mas não é este somente o motivo de necessidade de o estabelecer nas prisões; há ainda que contar com a preparação de condições necessárias para que o preso seja reabsorvido socialmente quando posto em liberdade e esse objectivo será difícil de atingir se o preso esteve durante muito tempo ocioso (...)”*. Seguidamente, o Decreto-Lei n.º34135 de 24 de Novembro de 1944 criou uma Comissão que se destinava à organização do

trabalho prisional, sublinhando novamente as *virtudes correccionalistas* do trabalho prisional.

No Decreto n.º34674 de 18 de Junho de 1945 fica regulamentado o trabalho dos presos fora dos estabelecimentos prisionais onde, mais uma vez, se reconhecia o trabalho como “primacial factor de regeneração dos delinquentes”.

Com o Decreto-Lei n.º4076 de 24 de Novembro de 1956 reorganiza-se o Conselho Superior dos Serviços Criminais, em que a Direcção Geral dos Serviços Criminais faz uma breve revisão das iniciativas tomadas na área do trabalho prisional e dá ênfase aos objectivos fundamentais, sendo esses:

“A ocupação profissional dos delinquentes tem, como todos sabem, uma finalidade capital a atingir: incutir ou manter no recluso hábitos de trabalho, assegurando uma das condições no geral indispensáveis para garantir a sua reabsorção pelo meio social quando posto em liberdade. Este é o fim educativo que precipuamente interessa a administração penitenciária (...).”

Através do Decreto-Lei n.º184/72 de 31 de Maio, novas alterações são introduzidas ao Código Penal, onde igualmente se frisa a função do trabalho para a readaptação social dos delinquentes:

“Ao suprimir-se da essência da pena o carácter aflitivo, importava moldar a respectiva execução, de sorte que a privação da liberdade fosse sobretudo meio e instrumento de recuperação do homem, refazendo a sua dignidade moral, melhorando a sua capacidade profissional, facilitando a sua reintegração na família e na sociedade. Daí a importância atribuída ao trabalho prisional, dentro e fora das prisões, como elemento vitalizador das penas institucionais e susceptíveis de se autonomizar em relação à privação de liberdade; (...).”

Posteriormente, a Nova Reforma Prisional aprovada pelo DL n.º 265/79 de 1 de Agosto “*continua a partir da ideia de corrigibilidade de todos os condenados*”, em que o artigo 63.º do mesmo menciona que o trabalho não tem carácter infame e visa fundamentalmente criar, manter e desenvolver no recluso a capacidade deste realizar uma actividade com que possa ganhar normalmente a vida após a libertação, facilitando a sua reinserção social. Outro aspecto importante pode ser encontrado no artigo 65.º, em que se menciona a necessidade de analogia entre

os métodos de trabalho prisional e os que se praticam no exterior dos estabelecimentos, com o intuito de *“preparar os reclusos para as condições normais de trabalho na vida em liberdade.”*

Finalmente, a nova orgânica da DGSP, aprovada pelo DL n.º 268/81 de 16 de Setembro, cria a Direcção dos Serviços Económicos, de Trabalho e Formação Profissional, fazendo parte das suas competências coordenar e fomentar as actividades económicas dos estabelecimentos prisionais, tendo em vista um racional aproveitamento de meios humanos e materiais, competindo-lhe ainda orientar a formação profissional dos reclusos, com vista a possibilitar-lhes uma melhor reintegração social. (art. 19.º).

Através desta resenha progressiva sobre a introdução do trabalho em meio prisional, podemos constatar que este se afigura como estando sensivelmente presente em grande parte dos diplomas legais posteriores ao seu surgimento. Parafraseando Figueiredo, *“é patente que o trabalho se apresentou quase sempre como uma alavanca fundamental da readaptação social de delinquentes”* (Figueiredo, 1983: 27).

2.2. Enquadramento histórico e legislativo do Serviço Social prisional

Num passado já algo remoto, toda a filosofia do sistema penal assentava no afastamento do criminoso da sociedade, mantendo-o encarcerado, pretendendo mesmo camuflar a sua existência. Não havia qualquer espécie de preocupação com o seu tratamento e vivência dentro da prisão, readaptação e reinserção no seu meio de origem, após lhe ser restituída a liberdade.

Nos nossos dias, a ciência prisional não considera o criminoso como um delinquente que tem de ser punido e castigado, quer dentro ou fora da prisão.

“O homem não nasce para o crime e se nele caiu, importa mais criar-lhe condições para o não repetir do que puni-lo.” (Ribeiro, 1983: 51).

Contempla-se que o delinquente é um ser humano que precisa de ajuda e tratamento penitenciário objectivando sempre a sua ressocialização, não subestimando nem esquecendo o papel vital que a sociedade tem nesta função ressocializadora.

Do ponto de vista do acompanhamento individual, com esta nova ideologia, em que o recluso passa a ser encarado como um ser humano que se encontra inadequado e necessita de um apoio especializado para que possa promover as suas capacidades, ficaram criadas as bases para o surgimento da assistência que fomentasse um acompanhamento institucional e individualizado ao recluso.

Fazendo uma breve resenha do aparecimento da assistência em meio penitenciário, verifica-se que tal era inexistente, especialmente até 1884, altura em que esta assistência resultava apenas da generosidade popular para com os delinquentes.

No Decreto 21:175 de 22 de Abril de 1932, pode ler-se que *“o problema da assistência foi antevisto há muito, entre nós, mas ninguém ainda tratou de resolvê-lo definitivamente. Já o Decreto de 20 de Novembro de 1884, que deu execução ao regime penitenciário, fixou um dos seus aspectos. Nele foi determinado que o Conselho Geral, aí criado, deveria promover a organização de sociedades de protecção aos condenados que tivessem expiado as penas”*. É possível verificar aqui já um pequeno esboço de assistência, ainda que voltado apenas para os recém-libertados.

No preâmbulo do Decreto supracitado, verifica-se que o regulamento de 21 de Setembro de 1901 estipulava que o Governo promoveria o estabelecimento de associações de patronato aos presos, junto das cadeias de Lisboa e Porto, e que as mesmas teriam a seu cargo: subsidiar as famílias dos presos durante o cativeiro; recolher e educar os filhos destes; proteger e educar os presos, depois de cumprida a pena. O Decreto de 23 de Agosto de 1902 procurou dar corpo e vida a tais princípios. Para isso, criou duas numerosas comissões de patronato, uma em Lisboa, outra no Porto. Regulamentou-lhes a acção, contudo a feição burocrática predominava, criando obstáculos. Talvez por isso a ideia não fluiu e praticamente as prisões continuaram sem assistência.

Em 1932, o Governo considerou chegada a hora de dotar os serviços prisionais com esse poderoso instrumento de acção.

“É preciso muito mais, para se empreender a sério a obra da reeducação dos delinquentes; é preciso prestar-lhes, com espírito de continuidade e método, assistência material e moral.” (cit. in Decreto nº21 175 de 22 de Abril).

Nesse ano é criada a Associação do Patronato das Prisões, com o Decreto nº21 175 de 22 de Abril.

Em 28 de Maio de 1936, com o DL nº26/643, fruto da reforma prisional, foram dados os primeiros passos para o surgimento do Serviço Social nas prisões. É criada, junto dos estabelecimentos prisionais de maior população, a categoria dos assistentes sociais *“destinados especialmente a estudar os presos, a estimular a sua readaptação social, a cuidar das suas relações com a família e a preparar a sua colocação futura”*.

No entanto, *“a circunstância de haver assistentes e auxiliares sociais apenas junto dos estabelecimentos de maior lotação, sem uma centralização adequada dos serviços contribuiu em certa medida para amputar e desvirtuar gravemente as funções da assistência. Muitos dos reclusos internados nos estabelecimentos centrais provêm de meios distantes da sede do estabelecimento e ao lugar de origem pensam e devem voltar quando postos em liberdade. Como a rede dos serviços não atinge directamente esses meios rurais, a acção da assistência social no momento da detenção ou na proximidade da libertação do recluso, junto da respectiva família, bem como a obra do patronato prisional, só muito precariamente poderiam ser exercidas quanto a eles.”* (in Decreto Lei nº40 876 de 1956)

Pelo exposto, e com o intuito de restaurar a real missão dos serviços assistenciais, o DL nº40 876 de 1956 decide que é imperativo *“completar o esquema de assistência social, até serem criados os lugares de assistentes ou auxiliares sociais em todas as cadeias comarcãs existentes nas sedes dos círculos judiciais, cuja área demarcará a zona de actuação dos respectivos funcionários.”*

Assim nasce oficialmente o Serviço Social Prisional, conforme o DL nº40 876 de 24 de Novembro, no qual o Ministério da Justiça remodelou a orgânica dos SP. Então *“Centraliza-se os serviços de assistência social mediante a criação de uma inspecção, formalizam-se os serviços de assistência social nas prisões e levanta-se pela primeira vez a hipótese de os autonomizar dos serviços prisionais.”* (Figueiredo, 1983: 41)

A partir daqui ficou definida a competência do serviço social prisional de *“realizar estudos e inquéritos sociais necessários ao conhecimento do recluso, em ordem a facultar a individualização do seu tratamento penitenciário e a sua futura readaptação à vida livre. Idêntica disposição veio a ser consagrada no regulamento de 1973.”* (Figueiredo, 1983: 46)

Em 1957 a Associação do Patronato das prisões foi extinta. A Lei Orgânica da DGSP publicou as instruções sobre a Assistência Social nas prisões, ficando esta incumbida de realizar estudos e inquéritos sociais, necessários para o conhecimento dos reclusos, procurando o tratamento individual ajustado e potenciador de uma futura adaptação social, que passava pela assistência aos reclusos e respectivos familiares, e vigilância de indivíduos em regime de liberdade condicional. Em 1972, foi criado um programa de reeducação focalizado na observação, orientação e ensino profissional, implicando métodos personalizados, complementados por uma acção psicológica.

Iniciou-se em 1977 uma nova reforma dos SP, que atinge o seu auge em 1979 com o DL nº265/79 de 1 de Agosto, ficando definido o novo modelo de tratamento penitenciário no geral, baseado nos princípios da nova Democracia em Portugal. Nas suas linhas gerais este Decreto define o regime de Direitos e garantias e define as medidas de flexibilização das penas.

Com o DL nº268/81 fica estabelecida a nova Lei orgânica dos serviços prisionais, em que a alteração mais evidente é a criação dos SEE e da carreira de Técnicos de Educação, com função de organizar e dinamizar reuniões com reclusos, para promover o seu nível sócio-cultural, acompanhar a execução da pena, aconselhar sobre o trabalho dentro da instituição, detectar necessidades, proporcionar meios de informação, elaborar estatísticas e relatórios anuais de serviço, e conceder pareceres legalmente exigidos e superiormente solicitados.

“Do conteúdo funcional que caracteriza o trabalho do técnico de educação ressaltaram sempre duas vertentes, a do ensino/instrução e a da animação cultural e desportiva, todavia enquadradas por um projecto de ressocialização do detido” (Correia cit. in Gonçalves, R.A. 2000:113).

Ainda em 1981, a Lei orgânica dos SP sofre alterações nos Serviços Operativos e de Apoio com incidência nos sectores de trabalho, educação,

ensino, serviço social e formação profissional. Aqui se promove a intervenção de especialistas em meio prisional (AS, psicólogos, psiquiatras, professores).

“Com o Decreto-Lei n.º 168/80 de 29 de Maio e o Decreto-Lei n.º 268/81 de 16 de Setembro relativos à orgânica da D.G.S.P. cria-se a Direcção de Serviços de Educação, Ensino e Serviço Social. Com o Decreto-Lei n.º 319/82 de 11 de Agosto dá-se um passo final: criando o Instituto de Reinserção Social, reforçam-se as actividades de serviço social prisional e post-prisional, autonomizando-as dos serviços prisionais” (Figueiredo, 1983: 41).

A carreira de Técnicos de Educação e Ensino extingue-se a 18 de Setembro de 1991 e é criada a actual carreira de Técnicos Superiores de Reeducação.

Segundo João Figueiredo, *“Com a entrada em vigor do Novo Código penal (1982) e legislação complementar e com a criação do Instituto de Reinserção Social o sistema penal e prisional português inicia um período claramente marcado pela ideia de reintegração social dos delinquentes”*. (Figueiredo, 1983:17)

De acordo com o autor supracitado, podemos considerar o IRS como herdeiro de uma larga tradição, que provém das velhas Comissões de Patronato de 1902, passando pela Associação do Patronato das Prisões de 1932, pelo pioneirismo do trabalho desenvolvido pelos assistentes e auxiliares sociais na época de 1936 e pelos serviços que, apostos à administração prisional, foram prosseguindo as alvas da assistência social.

Depois da referência à assistência e ao trabalho em meio prisional, passaremos agora a enunciar os princípios fundamentais do direito penal sobre os quais se erige o tratamento penitenciário, bem como uma noção do próprio conceito.

2.3. Aplicabilidade e Princípios que regulam o Tratamento Penitenciário

O Tratamento Penitenciário envolve todas as questões relacionadas com o regime jurídico e regulamentar, o qual enquadra por sua vez a execução de medidas privativas de liberdade, e com a intervenção operacional que o assegura. No entanto, antes de abordar tais questões, considerámos pertinente elaborar uma súmula acerca da introdução do trabalho e da escola no meio prisional, bem como acerca da introdução da assistência social e da ideologia da reinserção, pois pode considerar-se que tal introdução contribui para o desenvolvimento do tratamento penitenciário tal como o concebemos actualmente.

Por tratamento Penitenciário podemos entender *“a acção levada a cabo junto do delinquente, com vista a tentar modelar a sua personalidade com o objectivo de o afastar da reincidência e favorecer o seu enquadramento social”* (Pinatel, 1975 cit. in Barroso e Abrunhosa, 1992: 55).

Podemos ainda, e tal como defende Bravo (1986 cit. in Barroso e Abrunhosa, 1992: 55), entender o tratamento penitenciário como uma *“ajuda baseada nas ciências do comportamento, aceite voluntariamente pelo condenado para que este adquira a intenção e a capacidade de viver respeitando a lei”*.

Como vimos historicamente, com o evoluir dos tempos e das mentalidades, a pena deixa de ter apenas uma dimensão moral, para passar a ter igualmente uma dimensão social. Como afirma o CP, no nosso país, a doutrina dá especial relevo à finalidade preventiva da pena, em que esta é justificada não como castigo pelo facto passado, mas como meio de acautelar futuras violações, intimidando a generalidade dos indivíduos (prevenção geral), e actuando sobre o delinquente, reeducando-o e atemorizando-o de forma que este não volte a reincidir na prática do crime (prevenção especial).

O Código Penal constitui-se como um instrumento operador de selecção e controlo da delinquência. O Código actual (emitido em 1982) teve a sua última alteração decorrente da reforma de 2007. Nele é proeminente: a filosofia humanista, no quadro da defesa social; a protecção de bens jurídicos e a reinserção social do agente como finalidade da pena e das medidas de segurança; os delinquentes como sujeitos activos no seu processo de reinserção

e ressocialização; a comunidade com função participativa no sistema punitivo e com papel fulcral na aceitação do ex-recluso aquando da sua integração no mundo exterior; os serviços de execução das penas responsáveis pela dinamização de acções auxiliaadoras e facilitadoras da reinserção social do agente.

Existe uma panóplia de princípios fundamentais, os quais se encontram na Parte Geral do CP: *Princípio da Culpa*, em que ninguém pode ser objecto de uma pena sem que tenha sido provada a sua culpa na prática do facto punível, para que o agente haja com culpa é necessário que tenha agido conscientemente da ilicitude do facto, sendo a culpa o limite da pena. Constitui-se como corolário deste princípio, o da presunção da inocência, até que a culpa seja provada em julgamento; *Princípio da legalidade*, no qual se pressupõe que um acto só pode ser punido legalmente por facto descrito e passível de pena por Lei anterior; *Princípio da necessidade/ proporcionalidade*, que refere que a liberdade do cidadão só pode ser restringida na medida em que tal seja necessário, para a protecção de outros valores sociais, princípio este, que se torna determinante quanto à escolha da aplicação das medidas de coacção e medida da pena; *Princípio da individualização e personalização* do qual decorre que o tribunal deve ter em atenção, quanto à escolha e medida da pena, a personalidade e condições de vida do agente, considerando igualmente os sentimentos manifestados face ao crime cometido e os motivos que levaram à sua prática. O CP fundamenta-se na ideologia de que as penas devem ser executadas com um sentido pedagógico e ressocializador. No entanto, parece uma tarefa que fica comprometida pela existência do próprio espaço físico que é a prisão.

Ao atribuir-se à pena um teor de desaprovação ética, não implica que se lhe retirem as finalidades preventivas, nem que se sugira a renúncia da recuperação do delinquente.

As medidas privativas de liberdade são inevitáveis e incontornáveis, na maioria dos casos, pois servem a prevenção geral, devendo ser reunidos os esforços para que o tempo de reclusão seja o mínimo possível. Com a reforma do Código Penal, aprovada pela Lei 59/2007, de 4 de Setembro, deixa de existir a possibilidade de substituir penas não superiores a 3 meses. Os artigos 43º a 46º do novo CP apenas se referem à substituição de penas de prisão não superiores

a um ano (não fazendo qualquer tipo de distinção entre penas de duração de 3 meses ou de duração de 6 meses). Estas podem ser substituídas por pena de multa ou outra medida não privativa da liberdade (CP 43º). Entre essas, encontram-se o regime de permanência na habitação (CP 44º), aplicável mediante consentimento do condenado, com fiscalização por meios técnicos de controlo à distância; a prisão por dias livres (CP art.45), baseando-se na privação da liberdade por determinados períodos temporais, por exemplo, os fins-de-semana. Nas situações em que também esta medida não seja passível de ser aplicável, considera-se o regime de semidetenção (CP art.46), que consiste numa privação de liberdade não na sua totalidade, permitindo ao indivíduo prosseguir algumas das suas actividades, tais como possuir o seu trabalho ou frequentar os estudos, por força de saídas estritamente limitadas ao cumprimento dessas obrigações.

O CP actual estabelece que a execução de medidas privativas de liberdade só pode ser distinguida consoante o maior ou menor grau de duração, havendo uma tendência para ser abolida a diferenciação das prisões em várias espécies. A DGSP é o organismo que se encontra responsável pela gestão, definição e segurança do sistema prisional. Os EP classificam-se como centrais, regionais, e especiais.

Os centrais destinam-se ao cumprimento de medidas privativas de liberdade superiores a 6 meses, enquanto os regionais ao cumprimento de medidas privativas da liberdade até 6 meses e à prisão preventiva.

Os EP especiais, nos quais se inserem estabelecimentos para jovens adultos, centros de detenção, estabelecimentos para mulheres, hospitais prisionais, hospitais psiquiátricos prisionais, destinam-se a acolher reclusos que necessitem de tratamento específico.

Na continuidade de todo esse pensamento ressocializador importa falar sobre a liberdade condicional, que tem na actualidade um papel de importância indubitável, deixando para a memória de tempos passados a ideia que lhe era associada, de clemência ou recompensa por boa conduta, e visando agora o proporcionar de um período entre a reclusão e a liberdade, durante o qual o indivíduo tenha a oportunidade de se reinserir na sociedade, criando de novo uma

relação com o exterior (que terá sido enfraquecida pelos anos de prisão e por todos os estigmas que lhe estão associados).

A liberdade condicional não se estabelece como um direito, mas sim como uma concessão, podendo ser decretada em alguns casos, logo que esteja cumprido $\frac{1}{2}$ da pena. A liberdade condicional também pode ser decretada quando se encontrem cumpridos $\frac{2}{3}$ da pena. Neste caso, já não depende de o crime ser contra as pessoas e de a pena ser superior a 5 anos.

Nos casos em que a liberdade condicional não tenha sido concedida antes, é obrigatoriamente concedida cumpridos os $\frac{5}{6}$ da condenação – desde que a pena seja superior a 6 anos. A liberdade condicional é flanqueada por normas que terão de ser cumpridas por todos aqueles que a ela acederem.

Todas estas mudanças no campo penal e penitenciário decorrem da

“evolução dos conceitos de criminalidade e justiça penal passando, entre outros, pelos momentos seguintes: a) enfraquecimento da crença do efeito preventivo geral das penas e atenuantes dos rigores penais (...) b) convicção dos efeitos nocivos da privação da liberdade, designadamente das penas curtas de prisão; c) consciência crescente da responsabilidade social do crime (...) integrar a punição com medidas sociais adequadas a reduzir as condições propícias ao aparecimento do crime; d) convicção da necessidade de individualizar o tratamento penal (...)” (Seabra cit. in Gonçalves, R.A. 2000:98).

Importa agora referir, que existe um agrupado de medidas de flexibilização da pena, que são uma forma de atenuar e suavizar os efeitos negativos da pena de prisão. Pelo DL n.º 265/79, é permitido ao recluso, após o cumprimento de $\frac{1}{4}$ da pena, a possibilidade de usufruir de SPP, para passar alguns dias no seu lar, quando se verifiquem condições de apoio familiar e bom comportamento prisional. Geralmente são permitidas quando, para além destas condições, se preveja que o recluso não aparenta riscos de evasão ou de não regresso. Compete ao juiz do TEP decidir após terem sido ouvidos os membros do conselho técnico.

Só após ter sido autorizada ao recluso uma SPP, é que este poderá vir a usufruir de SPCD, ou ser colocado RAVI. A colocação do recluso em RAVI é da responsabilidade do Director do EP e também será decidido em conselho técnico.

Este regime permite a afectação dos reclusos a alguns postos de trabalho dentro do EP, onde é exigido um maior grau de confiança, sendo-lhe permitida uma maior mobilidade, sem a necessidade de uma vigilância permanente e directa. Numa fase mais avançada, o recluso poderá pedir a colocação em RAVE, que se caracteriza pela colocação laboral em sítios exteriores ao EP, regressando à instituição apenas para dormir e permanecendo na totalidade do tempo ao fim de semana.

Para entendermos em que moldes se executa a prisão efectiva inserida no tratamento penitenciário, é de especial utilidade perceber a ideologia que o regula. Deste modo, princípios da defesa e dignidade humana constituem toda uma filosofia que alicerça actualmente o tratamento penitenciário. A evolução desta filosofia deve-se, em grande parte, aos instrumentos jurídicos internacionais, definidores das regras a que deveria obedecer a execução da pena de prisão, as designadas “Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos”, adoptadas pelo I Congresso da ONU, sobre prevenção do crime e tratamento dos delinquentes (1995), aprovado pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas. Este princípio prevê igualmente que nenhuma pena leva à perda de direitos civis, profissionais ou políticos.

Com o decorrer dos tempos e com a evolução dos modelos de execução de pena de prisão, ganhou força a ideia de reeducar os reclusos. Ocorreu um distanciamento progressivo dos antigos e aviltantes regimes punitivos, em que o condenado era o alvo de um trato desumano e cruel (proporcional ao acto que tinha praticado), deixando o corpo de ser o eleito da punição, em detrimento da alma. Esta é então o objecto pretendido, através de mecanismos reflexivos, fazendo com que o indivíduo reconsidere as suas condutas e o respectivo valor que lhes atribui.

O desígnio da reinserção social do recluso e a sua preparação para a vida em liberdade de um modo socialmente responsável, são linhas orientadoras presentes em vários diplomas, tal como demonstra o art.40, nº 1 do CP. Nestas, a finalidade das penas e das medidas de segurança visa, entre outras, a reintegração do agente na sociedade.

De modo semelhante, também o DL nº 265/79 de 1 de Agosto refere que a execução da pena deve, tanto quanto possível, estimular a participação do

recluso na sua reinserção social. Como importantes sustentáculos da reinserção do recluso, temos a família e a formação profissional. A relação com os familiares deve ser fomentada e incentivada, de modo a garantir uma 'ponte' com o exterior. Este vínculo tem a relevante função de apoiar, quer no período em que o indivíduo se encontra encarcerado, quer aquando da sua saída em liberdade, seja ela provisória ou definitiva. A importância da formação profissional é percepcionada pela necessidade que é sentida pelo indivíduo em estar integrado na sociedade e que, para tal, necessita de estar inserido no mercado de trabalho. Assim, este aspecto deve ser trabalhado e valorizado, no sentido de dotar o indivíduo de capacidades adequadas e úteis às exigências do mercado de trabalho. Citando o nº1 do art. 63 do DL nº 265/79, deve-se sobretudo desenvolver no recluso a competência necessária para este realizar uma actividade que lhe permita sustentar-se após a sua libertação. Contribuir-se-á assim para a ressocialização do condenado, como meio de evitar a reincidência, sendo este, em termos dogmáticos, um dos pressupostos basilares da aplicação das penas. Para se conseguir alcançar tal pressuposto, temos que ter em consideração que o tratamento penitenciário se depara com novos problemas, tais como o consumo de drogas no interior das prisões (Torres, A. 2002). Pois tal como podemos constatar no Relatório Anual da OCDE "os dados resultantes de uma série de estudos continuam a apontar para uma sobre-representação dos consumidores de drogas nas prisões europeias", doenças infecto-contagiosas tais como o HIV-sida, a homossexualidade, suicídio durante o cumprimento da pena e oficinas de trabalho obsoletas, quando comparadas com as alterações de mercado de trabalho. Deste modo, a nova filosofia penal tem vindo a adaptar-se, pretendendo fazer face a tais problemas. Exemplo disso, temos o Despacho de 21 de Janeiro de 2009 emitido pela DGSP (**cf. Anexo 1**), onde é possível verificar-se uma abertura do espaço prisional às novas problemáticas, e no qual são criados diferentes centros de competências, tais como: *centro de competências para a gestão do acompanhamento individual de reclusos*; *centro de competências para a dinamização e gestão de actividades*; e o *centro de competências para a implementação e gestão de programas*. Para além de possibilitarem uma resposta que abrange os problemas supracitados, tais centros vão ao encontro da temática desta investigação, por ter sido implementado o

centro de competências para a dinamização e gestão de actividades. Este último contempla, entre outras, a promoção de programas de reinserção pela arte, nomeadamente no âmbito da expressão dramática.

Para finalizar a explanação do tratamento penitenciário, importa fazer referência ao conteúdo funcional do técnico, visto que é ele quem acompanha e colabora no exercício desse tratamento. Assim, num capítulo posterior, será feita uma enunciação do conteúdo funcional do técnico superior de reeducação.

Capítulo3. Teatro na Prisão para a Não-Dessocialização



©Pedro Medeiros - EPC 2009

3.1. Origens do Teatro

A Palavra *Teatro* teve origem no termo grego *Theatron*, o qual significava “o lugar de onde se vê”, ou seja, o espaço do anfiteatro que era ocupado pelo espectador.

Se nos reportarmos à imagem do teatro do Epidauro (cf. **Anexo 2**), na Grécia, podemos constatar a vastidão do espaço que possibilitava a milhares de pessoas assistir a um acontecimento que envolvia a totalidade da comunidade, tendo esse mesmo acontecimento uma conotação quer religiosa quer política.

O teatro ocidental desenvolveu-se a partir da imitação de acções humanas, explorando essa capacidade mimética do homem, um traço provavelmente inerente à sua sobrevivência como espécie.

“Já muito antes se imitava animais, caçadas, lutas, se exprimia emoções e medos, se revivia por gestos e sons articulados os momentos fulcrais da comunidade. Mas apenas a essas ‘coisas que acontecem sobre cena como se fosse verdade’ (Caudel, A Troca) se chamou teatro.” (cit. in Brilhante; 2008:10)

O local de onde se observava a acção no teatro Grego sofreu diversas alterações, adoptando diversas formas.

“Do edifício inserido na natureza, com lugares dispostos em semicírculo, permitindo iguais condições de visibilidade e audição, até ao edifício isabelino de forma circular e palco avançado em direcção ao espectador (...) fez-se teatro em cima de estrados improvisados nas praças ou em salas de palácios, com o público em pé ou sentado a observar a acção frontalmente; o teatro era de teor profano ou religioso, ocupando toda a cidade ou uma praça, era para todos ou só para alguns e o ‘lugar de onde se via’ estava, não raras as vezes associado ao estatuto social de quem via.” (ibidem:11)

E novamente, quando se constroem edifícios cuja única finalidade era o teatro (os denominados teatros à Italiana), faz-se equivaler o estatuto social de quem vê, o lugar de onde se vê e o preço do bilhete de ingresso.

Talvez seja então interessante verificar que a possibilidade de se fazer teatro no interior de um Estabelecimento prisional dará lugar a duas realidades

metafóricas contraditórias, relativamente à realidade teatral convencional, mas de todo o modo compatíveis, pois este teatro tem como lugar de desenrolo uma “cidade na qual todos os que nela vivem podem assistir” (prisão). Assim sendo, o local de onde se vê não faz qualquer distinção relativamente ao estatuto/papel societal de quem assiste.

No que concerne às origens do teatro, estas podem ser associadas, tal como defendeu Nietzsche, ao ritual. *“De maneira geral podemos dizer que se pode estabelecer uma ligação entre ritual e teatro, apesar da sua diferente relação com o sagrado, pois em ambos existem traços como a repetição de gestos convencionais, a organização e preparação das acções, a instauração de um tempo-espço liminal, fora da existência quotidiana.”* (ibidem:16)

Gil Vicente é considerado o criador do teatro português. Em Portugal o primeiro teatro público remonta aos finais do século XVI.

O tempo do teatro é o presente, embora na maioria das vezes remeta para acções acontecidas no passado, em que essas são recriadas perante nós através de heróis mitológicos ou históricos e suas aventuras que são colocados em cena pela imagem viva do actor. Todavia, nem sempre a acção teatral reportou o público espectador para paragens longínquas, pois desde sempre existiu um teatro representando a actualidade, constituindo ora tempo de paródia, de interpelação do real, ora de transgressão.

O teatro, contrariamente à maioria das restantes artes, tem uma condição tipicamente efémera pois, como afirmaria Jorge Silva Melo, *“os papéis, os espectáculos são sprints ali mesmo corridos – e o que deles fica para outros são recantos da memória e conquistas muito individuais”*.

Essas memórias e conquistas individuais distribuem-se simultaneamente por quem representa e por quem observa, dado que o público é a “razão de ser” do teatro, a comunidade com a qual o acto teatral se faz. Tal facto conduz a que se pense e veja o teatro como uma realidade cultural e ideologicamente mutável, sendo por isso impensável concebê-lo fora da sua condição histórica, política e cultural.

A recepção do espectáculo teatral pode ser manifestada pelo público de variadas formas, seja pelo aplauso, riso ou choro ou até mesmo pelos gritos. No entanto, tais reacções são sempre um sinal de interacção entre os actores e os

que assistem ao espectáculo. E será essa interacção que releva também o desenvolver do teatro numa prisão, quebrando fronteiras, possibilitando assim o contacto/partilha recíproco entre os que vivem intramuros e fora deles.

3.2. Teatro do Oprimido

O Teatro do Oprimido (TO) consiste num conjunto de exercícios, jogos e técnicas teatrais que visam a desmecanização física e intelectual de quem o pratica. É considerado uma metodologia transformadora que propõe o diálogo como meio para reflectir e procurar alternativas para conflitos interpessoais e sociais.

O Teatro do Oprimido emergiu no final da década de 60, quando grupos ligados ao teatro de Arena de São Paulo trabalhavam com o Teatro Jornal, em associações, sindicatos e igrejas.

Em 1971, o fundador Augusto Boal é banido do Brasil pelo Regime militar, passando a trabalhar por quase toda a América Latina, nos Estados Unidos e em vários países da Europa, sistematizando com o decorrer do tempo o TO enquanto metodologia, composta por exercícios, jogos e técnicas teatrais. No ano de 1979 funda em Paris o Centro de Teatro do Oprimido.

Regressa ao seu país de origem em 1986, a convite de Darcy Ribeiro, dando início ao projecto da Fábrica do Teatro Popular. Este projecto tinha como objectivo formar Curingas (Facilitador do TO, especialista na metodologia, simultaneamente um artista com função pedagógica capaz de gerir cursos e oficinas, dirigir e coordenar grupos de TO e mediar o diálogo entre o elenco e a plateia nas sessões de teatro-fórum) que pudessem desenvolver grupos populares de teatro por todo o Estado do Rio de Janeiro, sendo assim difusores por excelência do Teatro do Oprimido. O Teatro-fórum define-se como um espectáculo baseado em factos reais, durante o qual personagens, oprimidos e opressores entram em conflito, de forma clara e objectiva, na defesa dos seus interesses. Durante o confronto, quando o oprimido fracassa, o público é convidado pelo curinga a entrar em cena, substituindo o protagonista na busca de alternativas para o problema/situação encenada.

Por razões políticas a fábrica é fechada. São porém vários os defensores deste tipo de teatro, que continuam a luta para que sobreviva, sendo criado o Centro de Teatro do Oprimido no Rio de Janeiro (CTO- Rio).

Entre 1993 e 1996 o CTO-Rio dedica-se na íntegra ao *projecto teatro legislativo*, no qual são criados 19 grupos populares que pretendiam ajudar a transformar os seus desejos em lei.

Desde 1997 que a organização do Centro do Teatro do Oprimido do Rio de Janeiro se encontra formalizada juridicamente, sendo coordenada pela actual equipa de Curingas. Desenvolve-se desde então o programa de formação de Curingas e de grupos populares em Santo André e Porto Alegre.

Para além de projectos com Universidades e ONG's, o CTO-Rio tem vindo a participar com o seu elenco de curingas em festivais de teatro, oficinas, cursos e conferências.

Actualmente desenvolve três projectos essenciais, sendo eles: Direitos Humanos em Cena, Formação de Militantes Curingas e o Teatro Legislativo.

O projecto intitulado "Direitos Humanos em Cena" é conhecido vulgarmente pelo teatro nas Prisões.

O CTO-Rio, o People's Palace Projects (instituição sócio-cultural da Universidade de Londres dirigida por Paul Heritage) e a FUNAP (Fundação responsável pelo sistema educacional dos presídios de São Paulo) são parceiros neste projecto, que consiste na realização de oficinas teatrais para reclusos, na montagem de cenas de teatro-fórum sobre direitos humanos dentro do sistema prisional, na realização de teatros-fórum e na produção de declarações de Direitos humanos dos presos. Para além disto, eventos como "Fóruns públicos" e "Fóruns regionais", decorrem no interior e exterior dos estabelecimentos prisionais, com o intuito de abrir canais de diálogo e cooperação entre o sistema penitenciário e a sociedade civil.

Direitos Humanos em Cena é ainda um projecto que visa a humanização do sistema penitenciário, a compreensão e o debate do tema dos direitos humanos e a procura de alternativas concretas para a solução de problemas que afectam o sistema prisional, espaço onde continuamente se produzem conflitos, maus tratos e violências, sob todas as formas.

Sintetizando, o Teatro do Oprimido, criado e desenvolvido por Augusto Boal, é entendido como um *para a liberação*: “*deixemos que os oprimidos se expressem porque só eles podem nos mostrar onde está a opressão. Deixemos que eles próprios descubram os seus caminhos para a liberação, que eles próprios ensaiem os atos que os hão de levar à liberdade*” (Boal, 1979:18). Trata-se, portanto, de uma metodologia teatral que pode ser praticada tanto por actores como por não-actores. Um dos princípios basilares deste projecto consiste em provocar a participação e envolvimento directo do espectador na busca de alternativas para os problemas culturais e sociais apresentados no decorrer das peças.

Também no EP de Coimbra, no ano de 2002, decorreram algumas experiências desta vertente teatral e, apesar de terem terminado, não devemos esquecer-las pois contribuíram para a entrada do teatro na prisão e possibilitam-nos fazer uma leitura da capacidade de difusão do Teatro do Oprimido em Portugal, em espaços providos de tamanha opacidade como a prisão.

Ao fazer uma breve alusão ao Teatro do Oprimido, pretendemos demonstrar uma outra vertente do teatro – para além da tradicional – que tem sido desenvolvida em estabelecimentos prisionais, bem como as suas características catárticas e transformadoras.

3.3. Funções do Teatro

Se anteriormente deambulamos pela questão da socialização, fará agora todo o sentido retornar a ela ao falarmos em cultura, pois é através dela que nos integramos em qualquer sociedade. Também Durkheim, ao definir o conceito de sociedade, explicava “*o peso da função de integração que nele é atribuído à cultura*” (Crespi, 1997: 82).

Se a sociedade mais ampla não pode ser dissociada das culturas que contém, também o meio carcerário não pode permitir que os seus reclusos sejam destituídos da cultura que os abraça enquanto membros portadores de uma cidadania. Por este facto, temos atribuído, ao longo da pesquisa, grande importância ao teatro e às restantes actividades culturais que são, ou podem vir a ser, desempenhadas no seio prisional, sendo que é inegável que “*a produção artística (da qual faz parte o teatro) constitui um âmbito da cultura extremamente*

amplo e variado, no qual encontram expressão, ao mesmo tempo, emoções, dimensões do desejo e do imaginário individual e colectivo, representações da realidade natural e social, concepções do mundo e da vida.” (Idem: 170)

Para perceber o intercruzamento dos vários conceitos mencionados, faremos doravante alusão à metáfora das matrioskas (bonecas típicas que comportam dentro de si um número elevado de réplicas de dimensões sucedaneamente reduzidas). À semelhança destas bonecas, a sociedade engloba a cultura, que por sua vez engloba a arte (enquanto produção artística) que comporta o teatro. Será a este último conceito que mais ênfase daremos neste trabalho.

“O teatro é uma criação das sociedades humanas e como experiência comunitária que é, constrói o próprio conceito de comunidade e interroga crenças e costumes, transgride e reforça valores partilhados e traços identitários.” (Brilhante; 2008:84)

Considerando a prisão enquanto espaço punitivo, não importa aqui o teatro enquanto forma de transgressão, mas sim essa sua capacidade de reforçar valores e traços identitários em indivíduos que permanentemente se debatem com a desapropriação do seu próprio ego, em consequência das contingências da instituição total que é a prisão.

Depois de termos exposto o teatro de um modo global – passando pelas origens, pelos espaços onde se desenvolve, chegando mesmo à reacção do espectador, reflectindo paralelamente sobre a sua possível função de elemento condutor da partilha entre a sociedade e a população reclusa – tencionamos agora desviar a atenção para as funções do teatro, para além das que comumente nos ocorrem, que justifiquem a sua presença numa prisão.

O ensino/uso do teatro, mesmo que de uma forma amadora, insere-se numa prática pedagógica de extrema importância para o desenvolvimento do mundo com significado.

“Sabe-se que a palavra está presente na maioria das actividades teatrais (...) A partir da linguagem verbal, relacionamos ideias, eventos, objectos e nossas percepções numa estrutura significativa, que nos permite ordenar o mundo e dar-lhe sentido” (Martins, 2006:4).

Consequentemente, no uso da palavra pelo teatro, encontra-se a ligação deste à literatura, por meio da qual é possível ampliar o contacto do sujeito com obras clássicas, em qualquer um dos seus géneros dramáticos, envolvendo-o num processo de estímulo à leitura e, por conseguinte, ao conhecimento.

Ao valorizar a pesquisa que envolve o contexto sócio-político-histórico e cultural em que as personagens se encontram imbuídas, o orientador do grupo de teatro contribui para o processo intelectual, de criatividade, de originalidade e de espontaneidade do indivíduo/actor.

É necessário ter em conta que desde a actuação à utilização dos recursos técnicos – tais como as palavras, a expressão facial, emoções, as máscaras, os gestos, o figurino, o cenário, a iluminação teatral e os acessórios – o actor/recluso convive com a realidade que representa outras realidades, nem que seja somente pela sua condição de recluso, pois de outra forma poderia não ter acesso.

De igual modo, também não nos devemos esquecer que no decorrer de toda a produção teatral, desde os ensaios à actuação final, é possível favorecer o espírito de colaboração entre os reclusos, espírito esse que, na grande maioria das vezes, perdura para além da actuação final, para além da sala de teatro, contribuindo, mesmo que de um modo pouco significativo, para uma melhoria dos relacionamentos intramuros.

Por todas as idiossincrasias da arte que é o teatro, torna-se relevante inseri-lo num meio tão desprovido de elementos facilitadores quer à comunicação, quer ao sentimento, quer à criatividade, como é a prisão. Torna-se pois urgente reconhecer que todos os indivíduos *“possuem a necessidade latente de representar na fantasia a realidade desejada, em oposição à atmosfera quotidiana”* (Martins, 2006:2).

O teatro é uma arte, e esta é necessária para que o homem se torne capaz de conhecer e modificar o mundo, num processo dialéctico, mas também, é necessária pela subjectividade e simbolismo que outorgam as experiências humanas, num movimento de *possível utopia*, como refere Linhares (1999):

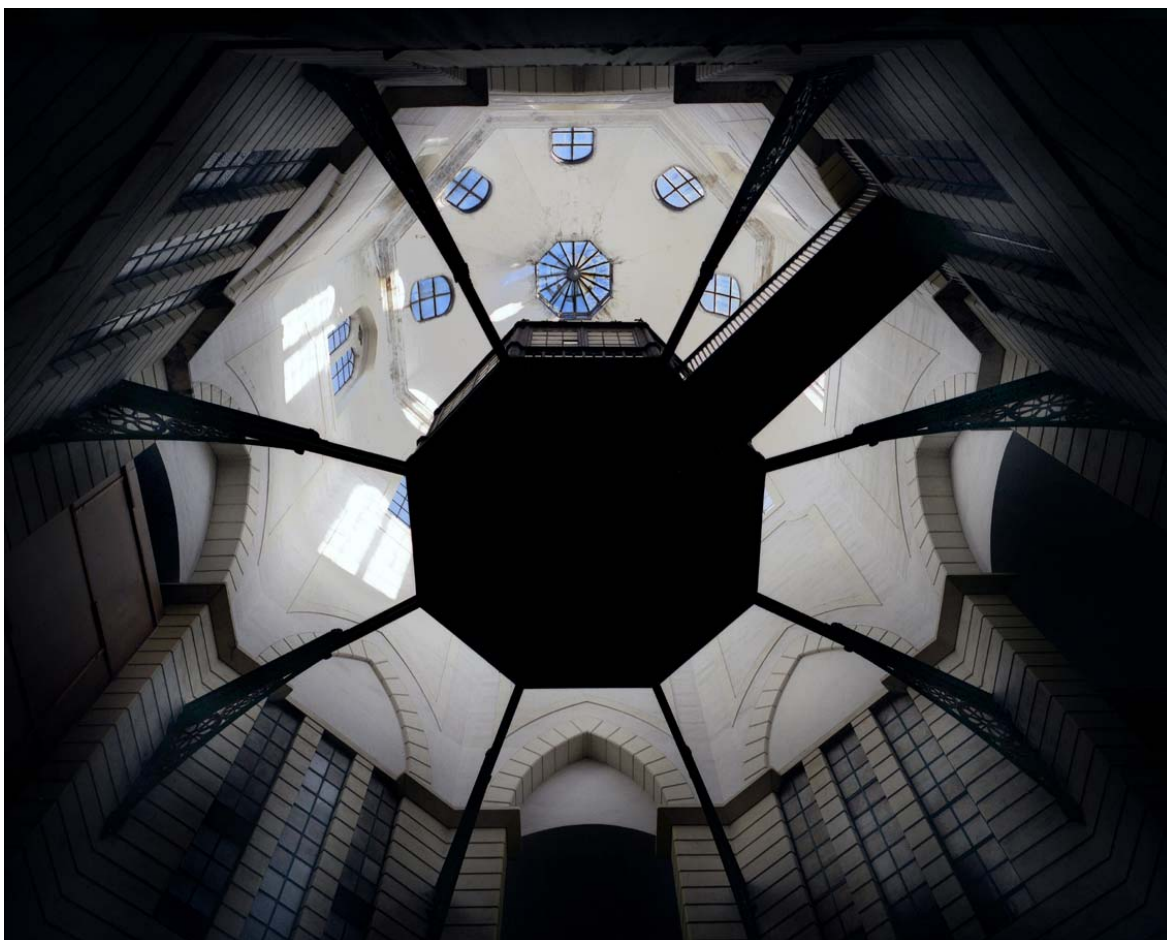
“O trabalho com a utopia é, necessariamente, um campo tenso, onde se trabalha o que se vê do real, do modo como ele se apresenta hoje e seus possíveis. Isso quer dizer que quando se mira a fantasia, o desejo, o sonho,

também se está criando um campo de tensão entre o não-ser-ainda dessa “realidade” e o que temos hoje. Está se lidando com o progresso.”

Esta reflexão de Linhares converge com a teoria do dramaturgo Bertolt Brecht. Este último preconiza um teatro em que seus espectadores devem entender que a sua situação social é um estado provisório, com possibilidade de mobilidade, e não uma realidade instituída e intrínseca à sua vida.

Parte II. Investigação Empírica

Capítulo 4. Apresentação do Estudo



©Pedro Medeiros - EPC 2009

4.1. Contexto de Investigação: Estabelecimento Prisional de Coimbra

4.1.1. Resenha Histórica do Estabelecimento

Os primeiros interesses para a criação de uma penitenciária em Coimbra são datados de 4 de Outubro de 1873. Para este efeito, a Câmara Municipal de Coimbra escolheu como local o Colégio da Nossa Senhora da Conceição, também conhecido por Colégio de Tomar, situado na Quinta de Santa Cruz (cf. **Anexo 3**).

Mais tarde, ao abrigo da Carta de Lei de 1888, foi concebida, pelo Decreto de 12/12/1889, a Cadeia Geral Penitenciária de Coimbra, e respectivo quadro administrativo. Seguem-se aproximadamente duas décadas de deliberações, acordos e escolha do seu representante, e a 4 de Novembro de 1909 iniciam-se os procedimentos no sentido de mobilar a cadeia. A 20 de Novembro de 1911, a cadeia acolhe os seus primeiros reclusos.

No ano de 1914, esta cadeia passa a ter a designação de Cadeia Nacional de Coimbra. Através da Lei nº428 de 31 de Agosto de 1915 são criadas as oficinas. Passados quatro anos, altera-se novamente a sua nomenclatura para “Prisão – Oficina de Coimbra”, devido às oficinas de trabalho que nessa altura já possui.

Em 1932, o estabelecimento recebe a denominação de “Cadeia Penitenciária de Coimbra” e, finalmente, em 1981 é estabelecida a designação que permanece até à actualidade: “Estabelecimento Prisional de Coimbra”.

Actualmente, o estabelecimento encontra-se situado no Bairro de Santana entre o Jardim da Sereia e o Quartel-general, pertencente à freguesia da Sé Nova.

4.1.2. Classificação do EPC

Os Estabelecimentos Prisionais classificam-se mediante três categorias: Centrais, Regionais e Especiais (Decreto-Lei 265/79 de 1 de Agosto).

O EPC de Coimbra está classificado como Central (Decreto-Lei 275/79 de 1 de Agosto, nos termos do disposto no nº1, alínea b e nº3, do artigo 158) em função da natureza das penas e medidas privativas de liberdade, que se pressupõem de duração superior a seis meses, e como estabelecimento prisional

fechado em função da segurança. Por ser um estabelecimento central, goza de autonomia administrativa, comportando serviços técnicos e administrativos (Decreto-Lei nº275/79 de 1 de Agosto, art.181, nº1). Privilegia igualmente de regime misto, dado que une o RAVI e o RAVE.

4.1.3. Estrutura Arquitectónica

As construções e os vários estilos arquitectónicos que estão na origem da edificação dos estabelecimentos prisionais, têm como pilar determinadas preocupações, nomeadamente de segurança, supervisão, isolamento relativo ao exterior, que reflectem intenções dirigidas para determinadas filosofias de tratamento penitenciário.

Ao recuarmos na História, podemos constatar que até ao século XVIII as prisões eram subterrâneas, insalubres, infectas e repelentes. *Verdadeiras masmorras do desespero e da fome*, como refere Lima (2005). Com o contributo de John Howard (1720-1790) verificou-se, em Inglaterra, um movimento revolucionário para humanizar o regime prisional da época, em que eram tidos em consideração aspectos como a escolha de lugares adequados para a elevação de cadeias (preferencialmente junto de cursos de água e fora das cidades), a existência de condições sanitárias e de ventilação, a construção sob forma de edifícios rectangulares ligados entre si, a existência de uma separação entre os reclusos mediante a idade e o tipo de delito, ou seja, procuravam-se espaços que proporcionassem segurança e poder de supervisão elevados.

De acordo com Lima, posteriormente, no século XIX, Jeremias Bentham concebe o famoso modelo arquitectónico panóptico (óptico = ver + pan = tudo), caracterizado pela forma radial, uma torre no centro e um só vigilante, o qual pelo efeito central da torre percebia os movimentos dos condenados em suas celas (cf. **Anexo 4**).

No modelo arquitectural panóptico os reclusos são vistos e vigiados, sem no entanto verem quem os vigia. O recluso nunca deveria saber se estava ou não a ser observado, mas deveria ter a certeza de que sempre poderia sê-lo. Tal sensação de vigilância torna-se imperativa para intimidar a sua conduta e minimizar a vontade do recluso de ir contra as regras instituídas.

O Estabelecimento Prisional de Coimbra adoptou, aquando do início da sua construção, este modelo arquitectónico proposto por Bentham.

Situando-se no “Bairro de Santana”, é característica a sua construção celular. É composto por um primeiro edifício, virado para a via pública, onde se encontra a portaria, os serviços de educação e ensino, o economato, secção de pessoal e contabilidade, gabinete da telefonista e a messe para funcionários. Quando saímos desse edifício, deparamo-nos com um pátio. Do lado esquerdo está situado outro edifício composto pelos serviços clínicos e pelo novo parlatório. Do lado direito, encontram-se as antigas instalações do sector feminino que, por sua vez, já tinham sido anexos psiquiátricos, sector esse que se extinguiu em Junho de 2006. (cf. **Anexo 5**). Depois de atravessarmos o pátio, encontramos uma segunda construção, constituída por quatro grandes alas, que formam uma cruz latina, tendo entre os braços outras quatro alas mais curtas (cf. **Anexo 6**). Na ala da entrada, estão instalados os gabinetes da direcção, parte dos serviços administrativos, a secretaria, a sala do conselho técnico, a secção de justiça e o gabinete da chefia de guardas. Após percorrermos esta ala da entrada, encaramos uma primeira porta chapeada que conduz à zona dos parlatórios mais antigos, mas que ainda estão no activo, e uma segunda porta que isola a secção da zona prisional propriamente dita. Esta secção forma a ala A, onde existem algumas celas de arrecadação e, nos pisos superiores, encontramos salas de aula, a secção de justiça, o museu prisional, a sala de vídeo, a enfermaria, as camaratas dos guardas e o depósito de roupa e calçado.

Um gradão de ferro fecha a ala A e dá acesso ao octógono, chamado “coração” da cadeia, de onde irradiam as diferentes alas, podendo deste modo serem todas vigiadas, devido ao sistema panóptico adoptado. A ala E situa-se na continuação daquela que forma a entrada, constituindo o braço maior da cruz (contém 163 celas). As alas C e G que formam os braços da cruz têm, respectivamente, 42 e 54 celas. As quatro alas pequenas que estão dispostas entre as outras, têm um pequeno número de celas habitáveis. Na cave existem 42 celas habitáveis e 2 celas de castigo (denominadas de celas disciplinares).

As dimensões de cada cela são, em geral, 4.30m de comprimento, 2.15m de largura e 3.68m de altura.

No segundo andar e na confluência das hastes da cruz ficam situados quatro grandes salões, ocupados pela capela, sacristia, salão de jogos e instalação da associação desportiva e recreativa dos reclusos. Do lado nascente, localizado no espaço entre as alas A e G da cruz, situam-se a cozinha e o refeitório dos reclusos. Do lado poente, entre as alas A e C, ficam o Estabelecimento Prisional Regional, os balneários dos funcionários e dos reclusos e as caldeiras de aquecimento. Entre as alas G e E situam-se, à nascente, uma pequena área destinada à agricultura, um parque de estacionamento de viaturas do E.P. e, à poente, entre as alas C e E, encontram-se os campos desportivos. No topo da cruz, situam-se as dependências industriais, num edifício separado, adoptado para as próprias actividades oficiais.

A partir da descrição anteriormente efectuada, constata-se que a disposição do EP permite uma total visibilidade dos comportamentos dos reclusos. Assim, este tipo de arquitectura também lhes transmite a noção de que a vigilância pode ser accionada sempre que um guarda o desejar. (cf. **Anexo 7**)

4.1.4. Caracterização da população do EPC de Coimbra até Dezembro de 2006

O Estabelecimento Prisional Central de Coimbra tem como população directa de intervenção, indivíduos condenados, exclusivamente do sexo masculino, em medida privativa de liberdade, superior a seis meses. Em termos de alojamento, o Estabelecimento tem uma capacidade oficial de acolher 410 reclusos. No entanto, alberga actualmente 427 reclusos. (cf. **Apêndice 1**)

A maioria da população reclusa tem idades compreendidas entre os 26 e os 50 anos, sendo que 21.78% do total dos indivíduos se encontra entre os 31 e os 35. Por outro lado, é visível que, à medida que a idade aumenta, diminui o número de indivíduos condenados, podendo dizer-se que estamos perante uma população maioritariamente jovem adulta.

Como é de esperar, a generalidade dos reclusos são de nacionalidade portuguesa, sendo contudo significativo o número de indivíduos estrangeiros que se encontram a cumprir pena neste estabelecimento (12.41%).

No que concerne a área de residência, constata-se que a maioria dos indivíduos é proveniente de Aveiro, Coimbra e Porto, sendo aqui as percentagens

muito semelhantes, rondando os 70%. Uma ínfima quantidade de reclusos provém do Algarve, Alentejo e Ilhas.

Quanto à escolaridade da população, cerca de 14% dos reclusos não tem qualquer nível de educação escolar e aproximadamente 4/5 do total da população não possui escolaridade mínima obrigatória. Dos restantes reclusos, apenas cerca de 2% possui o ensino secundário completo e 1.4% possui licenciatura. A baixa instrução académica verificada faz com que a maioria dos reclusos se insira na classe de operários, artífices e trabalhadores similares, numa taxa aproximada de 35%, e outra grande parte se inclua na classe de trabalhadores não qualificados (20.37%).

Um grande número de trabalhadores não qualificados são vendedores ambulantes, o que é fácil de conceber, tendo em conta que uma fracção significativa de reclusos é de etnia cigana, estando comumente associados a essa profissão.

Quando partimos para a análise do tipo de penas que são cumpridas neste estabelecimento, concluímos que a alta percentagem de penas está associada a sanções privativas de liberdade superiores a 12 anos, que se podem aliar à enorme quantidade de reclusos que praticaram homicídio (crimes contra as pessoas), e outros crimes de elevada gravidade, como o furto (crimes contra o património), roubo (crimes contra as pessoas) e tráfico (crime contra a comunidade).

O nosso Direito Penal consagra medidas de flexibilização da pena, entre as quais o RAVI e o RAVE que são contemplados neste EP. Desta forma, encontramos cerca de 13% da população a privilegiar do primeiro regime anteriormente mencionado, e apenas 1.17% dos indivíduos a beneficiar do segundo regime.

Dentro do estabelecimento é promovida a vertente do ensino, permitindo aos reclusos frequentar a escola aí existente. Existem reclusos inscritos nos vários graus de ensino, sendo que a maioria se encontra a frequentar o 3º Ciclo do ensino básico (18.03%). É ainda de realçar que um certo número de reclusos aspira progredir nos estudos, para além do mínimo legalmente exigido, mesmo depois de ser condenado à prisão. Cerca de 5% da população frequenta, ao momento, o ensino secundário e aproximadamente 0.5% frequenta o ensino

superior. Para além do ensino, incentiva-se a população reclusa para a realização de cursos de formação profissional, nos quais cerca de 7% de reclusos se encontram na situação de formando.

Tendo como objectivo preparar o indivíduo para uma mais fácil reinserção na sociedade, combatendo o ócio e promovendo estilos de vida saudáveis, o EP possibilita aos reclusos várias ocupações dentro da instituição. No que respeita as oficinas, aquelas em que existe uma maior adesão são as de encadernação, carpintaria/ marcenaria e serralharia. Nas outras ocupações existentes, a maioria dos reclusos tem como função dentro do EP o exercício de faxinas.

4.1.5.Caracterização da orgânica formal do EPCC

Para concebermos melhor a estrutura organizacional que caracteriza os EP centrais, iremos recorrer ao Decreto-Lei nº 268/81 de 16 de Setembro, que promulga a Lei orgânica da DGSP.

Ao nível das várias atribuições, a DGSP tem como função, entre outras, a supervisão da organização e respectivo funcionamento dos serviços de detenção, execução de penas e medidas de segurança. Torna-se claro o grau de hierarquia, observando o organograma (**cf. Anexo 8**).

A orgânica formal do EPCC é constituída pela estrutura organizacional, composta por órgãos, cargos e relações funcionais e hierárquicas, sendo a autoridade centralizada em escala descendente, desde o director até as secções de menor poder decisório (**cf. Anexo 9**).

São órgãos do EPCC, o Director, o Conselho Técnico e o Conselho Administrativo.

O Estabelecimento é dirigido por um *Director*, apoiado por três técnicos, que desempenham funções de adjuntos. Compete ao Director, orientar e coordenar os serviços do Estabelecimento, designadamente os de vigilância, educação, ensino, assistência social, trabalho, formação e aperfeiçoamento profissional dos reclusos. Tem ainda a seu cargo a representação do Estabelecimento, presidir aos conselhos técnicos e administrativos, distribuir o pessoal pelos serviços, exercer o poder disciplinar que legalmente lhe compete e aplicar aos reclusos as medidas disciplinares que forem necessárias. O Director também está disponível para ouvir os reclusos quando entram no EP, ou quando

lhe pedem uma audiência. É ainda da sua competência, segundo o nº 1 do art.185, do DL nº265/79 de 1 de Agosto, com as alterações sofridas pelo DL nº49/80 de 22 de Março, a elaboração de um regulamento interno, que requer a anuência da DGSP, homologado pelo Ministério da Justiça.

O *Conselho Técnico* é composto pelo Director do Estabelecimento que o preside e por cinco funcionários como vogais, designados pelo Ministério da Justiça, sob a proposta do Director Geral, ouvido o director do estabelecimento (DL nº268/81 de 16 de Setembro, art.48). É da competência do conselho técnico dar parecer sobre os programas de tratamento, nomeadamente sobre o Plano Individual de Reabilitação, apreciar os seus resultados e sugerir alterações sempre que considerar pertinente. Compete-lhe de igual modo a emissão de pareceres sobre a conveniência de propor aos tribunais alterações das situações prisionais, declarar-se sobre a aplicação das medidas disciplinares aos reclusos, sempre que a lei o exigir ou o Director do estabelecimento considerar necessário, dar pareceres sobre assuntos que sejam submetidos à apreciação pelo juiz do TEP (DL nº 268/81 de 16 de Setembro, art.49). O Conselho Técnico caracteriza-se por ser um órgão consultivo e de tomada de decisões.

O *Conselho Administrativo* é constituído pelo Director que o preside e por dois chefes de repartição. Poderão assistir às sessões do conselho outros funcionários, quando convocados pelo Director, sem terem direito a voto. Compete a este conselho, examinar contas, verificar a arrecadação das receitas e conferir o cofre, requisitar os fundos necessários e ordenar os pagamentos, inspeccionar os documentos de despesas e decidir sobre a sua aprovação, estabelecer directrizes sobre os preços dos artigos produzidos no EP e sobre a conjugação da sua venda, administrar a cantina e propor superiormente a aprovação do respectivo regulamento e elaborar projectos de orçamento, prestando contas nos termos legalmente estabelecidos (DL nº 268/81 de 16 de Setembro, art.51).

Ao nível dos Serviços, o EPCC dispõe de *Serviços Operativos* e de *Serviços de Apoio*.

São Serviços Operativos os de Educação e Ensino e os de Vigilância e Segurança (DL nº 268/81 de 16 de Setembro, art.52 nº2).

Compõe os Serviços de Apoio a Repartição de Administração de Pessoal, de Reclusos e de Assuntos Gerais, a Repartição de Serviços Económicos, de Contabilidade e de Tesouraria, o Serviço de Assistência Médica e o Serviço de Assistência Religiosa (DL nº 268/81 de 16 de Setembro, art.52 nº3).

Aos *Serviços de Educação e Ensino* competem várias tarefas, que serão referidas posteriormente no capítulo seguinte, tendo em conta a caracterização do seu conteúdo funcional, descrito no DL nº 346/91 de 18 de Setembro.

Aos *Serviços de Vigilância*, compete zelar pela segurança do EP e exercer a permanente vigilância sobre os reclusos, vigiar e acompanhar os reclusos nas saídas para o exterior, cumprir e fazer executar as determinações superiores no que se refere essencialmente à segurança e vigilância e colaborar com os restantes serviços do EP, designadamente os de Educação e Ensino, na execução global dos planos de tratamento dos reclusos.

À *Repartição de Administração de Pessoal e de Assuntos Gerais* compete a organização e actualização do registo biográfico dos funcionários, dos ficheiros e arquivos dos reclusos e respectivos processos, sendo estes últimos actualizados sempre que se verificam transferências, saídas precárias ou hospitalizações.

À *Repartição dos Serviços Económicos e de Contabilidade e Tesouraria* compete elaborar projectos de orçamento do Estado e das receitas próprias, conforme os programas definidos pelo Conselho Administrativo, requisitar e depositar fundos, cobrar as receitas, processar despesas e efectuar pagamentos, proceder às aquisições necessárias ao funcionamento do estabelecimento (DL nº 268/81 de 16 de Setembro, art.58).

Aos *Serviços de Assistência Médica* cabe-lhes satisfazer as exigências de profilaxia e tratamento dos reclusos (DL nº 268/81 de 16 de Setembro, art.59).

Finalmente, aos *Serviços de Assistência Religiosa* compete dar assistência moral e espiritual aos reclusos, colaborar quando necessário com os Serviços de Educação e Ensino e celebrar os actos de culto.

4.2. Conteúdo Funcional do Técnico Superior de Reeducação

Desde a introdução de assistentes e auxiliares sociais nas prisões até 1982 a sua nomenclatura referia-se mais especificamente à carreira de Técnico de Educação. Em 1982, passam a ser designados por Técnicos Superiores de Educação. Tal nomenclatura sofre novamente alterações com a criação da carreira de Técnico Superior de Reeducação, com o DL N° 349/91 de 18 de Setembro, em que o mesmo decreto vai regulamentar mais aprofundadamente o seu conteúdo funcional e, por conseguinte, vai ser concedido aos técnicos uma maior autonomia profissional.

Nesta reformulação do conteúdo funcional do técnico, nota-se uma preocupação em dotá-lo de características e metodologias mais científicas, remetendo para segundo plano o papel de animador sócio-cultural, que até então prevalecia.

Assim, segundo o DL referido anteriormente, compete ao TSR:

- Propor e desenvolver as actividades necessárias ao acolhimento dos reclusos em colaboração com o IRS e os restantes serviços do Estabelecimento;
- Conceber, adoptar e/ou aplicar métodos e processos técnico-científicos considerados mais adequados ao acompanhamento dos reclusos durante a execução de medidas privativas de liberdade, nomeadamente no que respeita à elaboração e actualização do PIR e à emissão de pareceres legalmente exigidos ou superiormente solicitados;
- Prestar à direcção dos estabelecimentos a assessoria técnica necessária à execução do plano individual de tratamento dos detidos, nomeadamente no que concerne à colocação laboral, frequência de cursos escolares e formação profissional, aplicação de sanções disciplinares e as alterações do regime de cumprimento da pena;
- Apoio técnico aos TEP's através da elaboração de relatórios, emitindo pareceres sobre a evolução da personalidade dos reclusos, durante a

- execução da pena, de modo a habilitar os respectivos juízes a avaliar a persistência ou não de perigosidade e a viabilidade da sua inserção social;
- Elaboração de programas e execução de estudos psico-sociais e acompanhamento individual dos delinquentes;
 - Concepção e/ou desenvolvimento de projectos da actuação ao nível de grupos específicos em risco psico-afectivo, designadamente toxicodependentes, portadores de doenças transmissíveis, jovens adultos e doentes mentais;
 - Conceber programas de prevenção primária e secundária, nomeadamente de consultas, tratamento e apoio permanente a reclusos em risco e/ou consumidores de drogas;
 - Organizar e dinamizar actividades culturais, recreativas, formativas e de Educação física, com a participação dos reclusos, com vista à ocupação dos tempos livres e à promoção da vertente psicossocial dos mesmos;
 - Organizar o contacto dos reclusos com o meio exterior, incentivando a troca de correspondência e o convívio periódico com familiares e amigos;
 - Organizar cursos escolares de diferentes graus de ensino, estimular os reclusos à sua frequência e estabelecer os contactos necessários com o Ministério da Educação;
 - Fomentar o acesso dos reclusos aos meios de comunicação social de forma a mantê-los informados dos acontecimentos relevantes da vida social;
 - Estimular a participação de grupos de voluntários da comunidade na vida prisional, em ordem a viabilizar a ressocialização futura dos reclusos;
 - Organizar estudos estatísticos e elaborar planos e relatórios de actividades.

4.3. Caracterização dos Serviços de Educação e Ensino no EPC

No EPCC existem 9 técnicos superiores de reeducação responsáveis pelos vários pelouros, sendo estes: desporto, escola, música, formação profissional, biblioteca, saúde e pelouro do teatro.

No **pelouro do desporto** promovem-se várias actividades desportivas com a colaboração de um professor de Educação Física, destacado a tempo inteiro. Assim, temos variadas actividades desportivas colectivas como o futebol, voleibol, basquetebol, entre outras, e outras individuais como o ténis de mesa, o xadrez, damas e dominó. Promove-se também o culturismo, que é praticado num ginásio específico para a modalidade.

Têm sido também concretizados vários torneios afectos às actividades acima descritas e, para tal, tem-se vindo a incentivar a vinda de equipas do exterior, fomentando a abertura do estabelecimento a toda a comunidade envolvente.

A média dos reclusos participantes é de aproximadamente duzentos e cinquenta e cinco, divididos pelas diferentes modalidades desportivas.

Além da vertente de ocupação de tempos livres e da criação de espaços de descompressão, a actividade desportiva pretende desempenhar um papel essencial na promoção de estilos de vida que influenciem directamente a saúde e o bem-estar dos reclusos. A componente pedagógica do desporto permite ainda uma aprendizagem social e comportamental cooperando para a reinserção dos indivíduos na sociedade e contribuindo para a aprendizagem de regras, ainda que de uma forma imperceptível/subtil.

O **pelouro da escola** resulta da importância dada pelos Serviços Prisionais ao ensino, que assenta na defesa do princípio de que o preso não perde o direito constitucional de aprender. Existe uma articulação entre o Ministério da Educação e da justiça para que os reclusos tenham acesso ao ensino.

A estrutura do ensino dentro das prisões é igual à das escolas do exterior (professores, currículos e avaliação), permitindo aos alunos reclusos continuarem os seus estudos após terem cumprido a pena.

Actualmente, é ministrado o 1º ciclo do ensino básico em todos os EP's, o 2º ciclo em 38 estabelecimentos, o 3º ciclo em 20 estabelecimentos e o ensino

secundário em apenas sete do total de estabelecimentos. É ainda possível aos reclusos fazer o bacharelato ou licenciatura através de ensino à distância.

A técnica responsável por este pelouro tem como função realizar a articulação entre a escola e os vários serviços do EP, sendo também responsável por todo o apoio logístico relativamente à concretização dos objectivos deste pelouro. À técnica compete-lhe ainda elaborar um plano anual, a enviar à DGSP, solicitando verbas para as diferentes actividades a realizar pela escola e para a compra do material necessário.

Relativamente à caracterização física da escola, esta é composta por uma sala de professores, uma biblioteca, sala de educação visual, quatro salas de aula e uma sala para o “projecto ciência viva”.

O **pelouro da música** tem como objectivo, para além da componente pedagógica que naturalmente lhe é inerente, proporcionar um centro de ocupação lúdica através da música. Para isso, entendeu-se que este pelouro deveria ser um espaço acessível a todos, nas suas mais diversas vertentes musicais. Tem-se vindo a investir na aquisição de novos equipamentos e na manutenção do material existente.

Para a concretização dos seus objectivos, o estabelecimento conta com a colaboração de um professor de música destacado. Tem-se verificado resultados positivos, que se manifestam na satisfação e motivação dos reclusos participantes.

É de salientar que os grupos do EPC têm sido convidados para várias actuações e festivais, o que para além de ser um incentivo, torna credível a aposta feita a este nível. A prática da música, quando devidamente enquadrada, pode ser utilizada com objectivos socioeducativos, fomentado o convívio saudável entre os reclusos, sendo uma boa fonte de ocupação e entretenimento dos mesmos.

Ao fazermos o enquadramento do **pelouro da formação profissional**, urge referir que a formação profissional nos diferentes estabelecimentos prisionais é coordenada pela DGSP e é levada à prática em colaboração com as diversas entidades públicas e privadas, especialmente orientadas para a promoção de actividades de formação profissional, com vista à preparação para a vida activa dos reclusos quer no meio prisional, quer futuramente na comunidade. Neste

âmbito, compete ao técnico responsável por este pelouro mediar todas as diligências necessárias entre as várias entidades.

Participam no desenvolvimento destas actividades: o Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça (CPJ), entidade pública em cuja constituição participa o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP); a DGSP e o IRS, como principal promotor da formação profissional levada a cabo nas prisões; o IEFP, que participa através de diversos cursos de formação que desenvolve a nível nacional; Instituições Privadas de Segurança Social como “O Companheiro” e “Praxis”, que proporcionam a frequência de cursos a reclusos em RAVE; o Ministério da Educação que promove cursos profissionais; e as Câmaras Municipais e empresas, que colocam reclusos em acções de formação.

O **pelouro da biblioteca** incentiva a prática da leitura por parte dos reclusos como sendo um meio essencial de promoção de educação, formação, informação e ressocialização. Para tal, existem nos vários EP's bibliotecas que facultam o acesso à leitura a todos os reclusos.

O aumento e a renovação dos espólios destas bibliotecas quanto a géneros literários e autores menos proeminentes nos seus fundos, tem sido possível devido à contribuição do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, quer por sua iniciativa, quer por solicitação dos EP's. Estes contributos inserem-se no âmbito do protocolo assinado em 1998 entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Cultura.

Uma das formas de estimular a prática da leitura e da escrita tem sido a organização de concursos literários nacionais, abertos à participação dos reclusos.

Como forma de se manterem actualizados e informados sobre o que se passa em meio livre, todos os dias são entregues na biblioteca compêndios de jornais, onde se inserem publicações regionais, diárias e semanais. Pela sua importância informativa e formativa, a edição de jornais, em cuja composição participam os reclusos, tem vindo a ser largamente incentivada e incrementada. Actualmente grande número de EP's tem o seu próprio jornal, existindo 40 jornais prisionais a ser regularmente editados. No sentido de se potenciar uma reflexão sobre os objectivos e finalidades de um jornal, enquanto meio de comunicação no interior/exterior do EP, têm-se promovido reuniões regionais abarcando todos os

estabelecimentos, tendo-se realizado em Maio de 2001 o I Encontro Nacional dos Jornais dos Estabelecimentos Prisionais, contando com a participação do Centro Protocolar de Formação para Jornalistas (CENJOR).

Através do **pelouro da saúde**, a DGSP pretende garantir a toda a população reclusa uma adequada prestação de cuidados de saúde e promover a aquisição de estilos de vida saudáveis, com especial incidência na responsabilização individual e colectiva, e ainda na prevenção de doenças infecciosas, inseridas numa perspectiva de redução de comportamentos de risco e de melhoria de qualidade de vida. Para atingir esses objectivos, foi criada em 1997, a Direcção de Serviços de Saúde.

O **pelouro do teatro** surge no contexto das actividades lúdicas que ao longo dos tempos se foram desenvolvendo no EP. O teatro foi sempre uma actividade muito procurada pelos reclusos, aproximando-se dos seus interesses e preferências.

Com efeito, foi passando por várias fases, mais ou menos estruturadas, sendo nas suas fases iniciais desenvolvido sob a responsabilidade dos Serviços de Educação e contando com a participação de um grupo de reclusos que iam colaborando nas iniciativas festivas do EP, numa linha de entretenimento.

Posteriormente, e procurando também valorizar a parte pedagógica que o teatro contempla, imprimiu-se um cunho mais profissional a esta actividade. Por isso, começaram a ser feitos contactos com grupos de teatro da cidade de Coimbra, ainda que grupos amadores, numa perspectiva de abertura do estabelecimento à comunidade, contactos esses que na actualidade ainda permanecem.

Pretende-se finalmente que o pelouro do teatro tenha, para além da componente lúdica atrás mencionada, uma intervenção também terapêutica, que promova o auto-conhecimento do recluso, e seja um elemento facilitador na mudança de comportamentos, ajudando-o a tomar opções e considerar novas alternativas na construção do seu projecto de vida pessoal.

Após a breve apresentação dos pelouros, é de realçar que compete ainda aos técnicos superiores de reeducação do Estabelecimento Prisional de Coimbra executar funções como: entrevistas de acolhimento, que correspondem ao

primeiro contacto do recluso com o EP; e entrevistas de acompanhamento que comumente designamos por atendimentos, sendo entrevistas de modelo não directivo que permitem obter muita informação sobre o recluso, avaliar a sua adaptação e integração ao meio prisional e perceber a evolução da sua personalidade. Estas entrevistas podem ser solicitadas quer pela técnica quer pelo recluso. Neste último caso, solicita-as para obter informações acerca da sua situação processual, para pedir para fazer telefonemas (pedido que na maioria das vezes fica condicionado devido ao facto do recluso ter um cartão telefónico pessoal, como utente da DGSP, onde constam os números registados e para os quais está autorizado a telefonar). Pelo que pudemos constatar através dos atendimentos que assistimos, uma grande parte dos pedidos de atendimento não se deve a nenhuma necessidade em concreto, mas sim à urgência em se fazerem ouvir e terem alguém que os escute e aconselhe.

Relativamente aos técnicos, e considerando o seu conteúdo funcional, compete-lhes ainda a assessoria técnica à direcção do estabelecimento. Dão pareceres, sobre SCD, transferências, RAVI, RAVE, aplicação de medidas disciplinares, ao Director do EP, e respectivo conselho técnico interno. Prestam também apoio técnico ao Juiz do TEP, em conselho técnico externo, elaborando pareceres para SPP e relatórios de liberdade condicional que lhe serão remetidos, até dois meses antes da data admissível para apreciação da liberdade condicional, albergando informação sobre a execução da pena, comportamento institucional e respectivo comportamento do recluso em questão. Executam ainda as tarefas administrativas diárias, como organizar expediente sobre pedidos de atendimento, pedidos de SPP e SCD, informações da secretaria, fichas de visitas e outros, tendo em conta a natureza da intuição e a “carga” burocrática que a caracteriza.

4.4. Teatro no Estabelecimento Prisional de Coimbra

De acordo com a informação decorrente da entrevista à técnica dos Serviços de Educação e Ensino responsável pelo pelouro do teatro, Dr^a. Emília Gouveia, em 1999 havia já no estabelecimento prisional de Coimbra um núcleo de teatro em funcionamento, tendo sido formado originalmente por um grupo de reclusos, orientados pelos serviços de educação. Nesse grupo e nesse tempo, os reclusos possuíam uma quase total autonomia, através da qual escolhiam e elaboravam a própria peça, sendo que esta *“normalmente incidia muito sobre a vida da cadeia, traduzindo-se em sketches, peças de riso fácil”*. A partir de 1999 – ano em que técnica acima mencionada se encontra a dirigir o pelouro do teatro – assiste-se a um ponto de viragem no teatro do estabelecimento, quando o EPC elabora um convite a um grupo de teatro do exterior, nomeadamente o TEUC (Teatro de estudantes da Universidade de Coimbra), para a colaboração no desenvolvimento de um projecto de “Iniciação ao Teatro”. Tal convite prendia-se com três premissas a atingir, tais como: *“valorizar e reforçar a iniciativa demonstrada por aquele grupo de reclusos ao darem início à actividade teatral; abrir as fronteiras do núcleo, de forma a incluir indivíduos que se mostravam relutantes em integrar a actividade em virtude da hierarquia informal existente no seio do grupo; contribuir para o processo de abertura do EPC à comunidade envolvente.”* (Dias, N. 2006). O mesmo grupo composto pelo TEUC ficou também incumbido de montar o espectáculo para a festa de Natal desse mesmo ano, em que a performance teatral *Não haverá porta de saída?* foi apresentada, baseando-se nas seguintes obras: *Os Malefícios do Tabaco* de Anton Tchekhov (1860-1904) e *A Porta* de Yvette Centeno (1940).

Em 2000 o TEUC continua a dar o seu contributo ao Estabelecimento, mantendo a colaboração iniciada no ano anterior. O Estabelecimento pretendia agora que a nova acção de formação teatral a ser promovida se dirigisse *“ao grupo que integrara a intervenção anterior, mas aberta também a outros reclusos que quisessem aderir”*. (Dias, N. 2006). A apresentação de um espectáculo na festa de Natal manteve-se como meta orientadora. Foi nessa altura apresentada a *Barca do Tempo*, dando-se assim por terminado o primeiro ciclo de trabalho orientado pelo TEUC.

Em 2001/2002, devido à ausência da Dr.^a Emília Gouveia no Estabelecimento, fica outra técnica encarregue de dirigir o pelouro do teatro. Nessa altura, conforme nos foi mencionado pela entrevistada, dá-se uma maior abertura do Estabelecimento às várias companhias de teatro da cidade, *“e todas fizeram cá ateliês, desde o Teatro do oprimido, Escola da Noite, etc. Foi uma fase de formação, não houve pelo meio, pelo menos que eu me recorde, nenhuma apresentação de uma peça”*.

Em 2003, regressa ao Estabelecimento e retoma o pelouro do teatro, ano em que Coimbra é considerada Capital Nacional da Cultura. Neste âmbito, constitui-se no EP um grupo de reclusos que viria a participar num evento inscrito nas cerimónias de Coimbra Capital Nacional da Cultura. Desse grupo faziam parte inicialmente cerca de 50 reclusos. Porém, foram desistindo com o decorrer dos tempos, ficando o grupo final reduzido a uma dúzia de elementos, orientados pelo encenador Andrzej Kowalski, de origem Polaca, residente em Portugal há alguns anos.

O texto construído para este fim, apesar de ter sido escrito por um dramaturgo, teve a particularidade de ter por base histórias, cartas, poemas e vivências dos reclusos que compunham o heterogéneo grupo de trabalho. Através do que foi possível apurar junto de um recluso que participou nesta peça, *“foi concebida uma peça de teatro com um texto colectivo, intitulada ‘Só Entra Se Vier Às Fatias’ e escolhido pelo encenador, pois à entrada do estabelecimento prisional, certo dia, deparou-se com um papel afixado que dizia o seguinte: ‘presunto, chouriço, salpicão, só entra se vier às fatias’. Desta forma nasceu a peça que viria a ser apresentada no Estabelecimento em Dezembro de 2003, sempre com lotação esgotada e que viria mais tarde a ser negociada pela ordem dos advogados e reposta em cena para os mesmos.”*

De 2004 a 2006 o teatro continuou a ser desenvolvido dentro do estabelecimento, não tendo sido possível saber quais as peças desenvolvidas.

A partir de finais de 2006 apurámos todo o trabalho desenvolvido pelo pelouro do teatro¹. No final desse ano as técnicas responsáveis pelos pelouros do

¹ Sendo tal informação possibilitada pela minha participação enquanto estagiária no Estabelecimento Prisional de Coimbra em 2006/2007, e posteriormente tendo continuado a colaborar com o EP, participando permanentemente até Março de 2009 nos ensaios do grupo de teatro.

teatro e da biblioteca optam por desenvolver um trabalho conjunto que torne possível aliar o teatro à literatura, decidindo dar relevo à poesia portuguesa. Começam a ser feitas as primeiras sondagens na biblioteca e junto dos reclusos que nela trabalham. Dia após dia, alguns reclusos manifestam interesse em participar, sugerem nomes de colegas, e assim se começa a formar o grupo de teatro no qual participei, orientado pelas técnicas responsáveis pelos pelouros supracitados. Os ensaios têm início em princípios de 2007, regradamente uma vez por semana à sexta-feira das 15 às 17 horas. Conseguiram-se autorizações para aumentar os dias dos ensaios na semana que antecede a apresentação da peça ao público. Esta primeira peça de 2007, intitulada “(Re) Encontro com Poetas” (cf. **Anexo 10**), é apresentada na biblioteca da prisão, a 23 de Março, com o propósito de integrar as celebrações do dia mundial da poesia, tratando-se genericamente de um discurso cruzado entre alguns dos poetas mais consagrados da literatura portuguesa, tais como Ary dos Santos, Fernando Pessoa, Luís de Camões, Bocage, Gil Vicente e D. Dinis, protagonizados por seis reclusos. Fazem ainda parte da peça as personagens: poetiza Florbela Espanca, por mim interpretada; a narradora, protagonizada pela Dr.^a Clara, professora do Estabelecimento Prisional e um recluso como apresentador. Do exterior pudemos contar com a presença do Dr. Laborinho Lúcio² a assistir, tendo este tecido positivas críticas ao trabalho apresentado pelos reclusos, tanto presencialmente como em notícias publicadas nos jornais locais. (cf. **Anexo 11**) Foi possível verificar que a sala estava repleta de reclusos que assistiam com alguma curiosidade. Desde então, os reclusos que participaram nesta peça pediam insistentemente que se continuasse o trabalho no âmbito da actividade teatral, que se erguesse uma nova peça. São tomadas as diligências para dar continuidade ao projecto, no âmbito do qual as técnicas dos pelouros anteriormente referidos e a professora Clara constroem o texto para ser encenado. Surge assim uma peça que se intitula ‘Os Mundos Novos do Mundo’ (cf. **Anexo 12**), que seguiu o mesmo sistema de ensaios da peça anterior. Englobou todos os reclusos da peça anterior com a excepção de um que saiu em liberdade condicional, o que permitiu a integração no elenco do recluso que

² É de realçar a presença do Ex-Ministro da Justiça no espaço “Prisão”.

apenas fez a apresentação da peça anterior. '*Os Mundos Novos do Mundo*' retrata as aventuras e desventuras da descoberta do caminho marítimo para a Índia e a miscigenação dos povos, contando novamente com a participação de seis reclusos, é apresentada ao público prisional e a alguns convidados do exterior em Julho de 2007, tendo como palco a capela do estabelecimento prisional. Novamente é noticiada nos jornais regionais, obtendo juízos bastante positivos. Após esta peça, o teatro no estabelecimento esteve inactivo devido a condicionalismos internos até Fevereiro de 2008, período em que se realiza uma reunião entre as técnicas responsáveis pelos pelouros do teatro e biblioteca e entre os reclusos que participaram nas peças anteriores, para tomar diligências em relação aos trabalhos futuros, sendo então retomados os ensaios. Nesse momento pudemos contar com a participação de cinco reclusos da peça anterior, tendo novamente o grupo ficado reduzido a menos um elemento que também saiu em liberdade condicional, e três novos reclusos deram entrada no grupo. É também realizada uma possível previsão da data em que a peça subirá ao palco, ficando esta prevista para Maio de 2008. Tratou-se de um projecto deveras arrojado em relação aos anteriores, que pretendeu aliar o pelouro do teatro, biblioteca e música, que se concretizou através da realização final de uma opereta intitulada '*O Achamento do Brasil*' (cf. **Anexo 13**), que se enquadrava nas comemorações dos Descobrimentos e que retratava a descoberta do Brasil. A complexidade da mesma, traz consigo obstáculos, desistências de reclusos, saturação. Assim fomos assistindo a um clima, por vezes, tenso durante os ensaios. Ao termos projectado realizar uma opereta, foi requisitada a colaboração dos reclusos que fazem parte do grupo da música e do respectivo professor, tornando-se por vezes mais difícil conciliar vontades e interesses. Tendo em consideração que esta era uma peça com um grau de exigência muito superior à anterior, não foi possível apresentá-la na data prevista, sendo apenas apresentada ao público em 11 de Dezembro de 2008. Como largos meses se passaram desde o início dos ensaios até à apresentação, mais dois reclusos do grupo inicial saíram em liberdade condicional, pelo que ficaram apenas 3 reclusos do grupo original pertencente à primeira peça, juntamente com 4 reclusos estreantes no teatro. Apesar de todos os imprevistos, a apresentação da peça excedeu as expectativas de todos os que nela colaboraram e dos que assistiram,

a avaliar pelo feedback recebido. Perante este facto, optou-se pela repetição da peça em Março de 2009, por ocasião do dia mundial do teatro.

4.5. Pertinência e objectivos do estudo

Para compreender a pertinência da pesquisa em questão, torna-se também fulcral explicitar a importância da relação do Serviço Social com a Investigação.

Ao ser introduzido o caminho para a investigação, *“Com os cursos de mestrado de serviço social, iniciou-se verdadeiramente a investigação académica nesta área, desenvolvendo-se uma formação qualificada no domínio da investigação e do conhecimento do serviço social, qualificando docentes e investigadores de serviço social”* (Martins, A., 1999;53), tornou-se possível que os assistentes sociais contribuíssem de modo directo para a construção de conhecimento. Isto porque, segundo Alcina Martins, a investigação ao ser desenvolvida por profissionais de serviço social, tendo como sustentação a compreensão e explicação das transformações que ocorrem na nossa sociedade, deve contribuir para o equacionamento de respostas aos novos problemas sociais, identificando novas procuras para o serviço social e facultando a construção ou renovação das práticas profissionais.

A investigação, ao ser uma estratégia que permite repensar e renovar as práticas profissionais, através da procura consciente de aproximação à realidade social, promove uma actuação por parte do profissional mais pró-activa e propositiva.

Assim, o estudo em questão torna-se pertinente pela pouca produção de investigações e publicações que impliquem conjuntamente o sistema prisional e o papel do teatro no seu seio, em Portugal.

Toda a investigação se pauta por um conjunto de objectivos. Deste modo, os objectivos propostos serão divididos em objectivos gerais e objectivos específicos.

Objectivos Gerais

- Compreender, se de alguma forma, o teatro implementado pelo Serviço Social na prisão, contribui para a não dessocialização do recluso;
- Compreender qual o papel da cultura e do teatro no tratamento penitenciário actual;
- Compreender a implementação do teatro nos Estabelecimentos Prisionais em Portugal.

Objectivos Específicos

- Perceber qual o contributo da prática do teatro, para a humanização do meio prisional;
- Compreender a evolução do Pelouro do Teatro no EPC;
- Elaborar a caracterização do grupo de reclusos que aderiu ao teatro, na tentativa de perceber, por um lado, quais as idiossincrasias facilitadoras da adesão a actividades como o teatro, e, por outro, quais os critérios de selecção adoptados pelos TSR na constituição do grupo;
- Perceber como é encarada a implementação do teatro pelos reclusos e quais as alterações ao nível das relações internas e externas;
- Perceber como se pode enquadrar o teatro como prática criativa e inovadora no conteúdo funcional do Técnico Superior de Reeducação.

4.6. Estratégia Metodológica

A fase de trabalho de campo decorreu de Fevereiro de 2008 a Fevereiro de 2009, constituindo-se por três etapas.

A primeira etapa contemplou a localização, identificação, selecção e análise dos processos dos reclusos, através do acesso aos seus registos que se encontram na secretaria do estabelecimento, o que possibilitou fazer uma caracterização dos indivíduos no que concerne à sua situação prisional: duração da pena, tipo de crime, se já usufruiu ou não de medidas de flexibilização da pena, habilitações literárias e idade. A amostra investigada consistia num grupo de sete indivíduos que integram actualmente o grupo de teatro. Para a caracterização de cada indivíduo foi elaborada uma grelha composta por algumas variáveis. (cf. **Apêndice 2**)

Depois de efectuado o levantamento das variáveis, foram construídas tabelas de frequências relativas às categorias: identificação sócio-familiar, situação jurídico-penal e situação penitenciária, onde se sistematiza a informação, e que nos permitiu alcançar uma caracterização global dos indivíduos que participam no teatro.

Simultaneamente, elaborámos uma significativa pesquisa documental em algumas bibliotecas, em jornais e em revistas. Tal permitiu-nos aceder a informações sobre a existência do teatro nos Estabelecimentos Prisionais.

No âmbito da pesquisa de informação sobre o teatro no EPC, foi realizada uma entrevista exploratória a uma perita no domínio de investigação, Dr.^a Emília Gouveia, assistente social responsável pelo pelouro do teatro no EPC.

A segunda fase consistiu na participação nos ensaios do grupo de teatro³. Esta participação permitiu fazer uma observação participante e elaborar um diário de campo no qual foram registadas: as reacções do grupo aos ensaios e aos diversos elementos; os horários; a mobilidade interna ao grupo; as dificuldades que foram surgindo no decorrer das actividades teatrais; bem como algumas características/ comportamentos observáveis dos elementos do grupo que podiam contribuir para a reflexão da socialização/ não dessocialização.

³ Grupo de Teatro do Estabelecimento Prisional de Coimbra, no qual participei.

A terceira parte consistiu na realização de entrevistas aos reclusos do grupo para averiguar qual o impacto do teatro nestes indivíduos, e de que modo estes encaram tais actividades num espaço tão pouco impermeável como é a prisão. Projectámos realizar sete entrevistas, sendo assim extensível à totalidade de indivíduos que participavam no grupo de teatro. Todavia, por condicionalismos inerentes à instituição (greve dos guardas, saídas precárias dos reclusos) e alguns imprevistos externos (problemas de gravação e doença), tal não foi possível. Assim, apenas quatro entrevistas ficaram válidas para efeito de tratamento de informação. Duas delas decorreram na biblioteca do estabelecimento e as outras duas na sala de teatro, tendo cada uma a duração média de uma hora. O objectivo dessas entrevistas foi, para além de clarificar dados omissos nos processos de cada indivíduo, recolher informação mais detalhada sobre a aderência do sujeito ao teatro e sobre como tem vivenciado o processo de pertencer a um grupo de teatro.

A realização das entrevistas possibilitou uma interacção directa, dado que o objectivo de qualquer entrevista, de acordo com Carmo e Ferreira, *“é abrir a área livre dos dois interlocutores no que concerne à matéria da entrevista, reduzindo, por conseguinte, a área secreta do entrevistado e a área cega do entrevistador.”* (1998:126)

A entrevista era de natureza semi-directiva, havendo um guião com questões abertas e com questões fechadas (**cf. Apêndice 3**). Para estas últimas, a resposta teria de ser bastante objectiva, como por exemplo a questão do estado civil. As outras, sendo abertas, deveriam ser formuladas de tal maneira que o indivíduo se sentisse livre para expressar-se, sem que houvesse nenhum tipo de restrição. No entanto, o diálogo não foi limitado a alguns itens, dando-se alguma liberdade ao entrevistado. Assim, nem todas as entrevistas tiveram o mesmo percurso. Estas foram gravadas, após a formulação de um pedido ao Director do Estabelecimento para que fosse autorizado a utilização de um gravador (instrumento considerado útil para aumentar a fidedignidade do tratamento da informação). É de ressaltar que apenas seria utilizado se o recluso consentisse, tendo sido respeitados os pressupostos inerentes ao sigilo relativamente à sua identificação.

Para analisar toda a informação obtida através das entrevistas, primeiramente optou-se pela transcrição das entrevistas e, de seguida, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo temática. (cf. **Apêndice 4**)

A análise de conteúdo é uma técnica que se caracteriza por ter uma dimensão descritiva, que visa dar conta do que nos foi narrado, e por ter uma dimensão interpretativa, que decorre das interrogações do investigador face a um objecto de estudo. Recorre-se a um sistema de conceitos teórico-analíticos, cuja articulação permite formular as regras de inferência, pois o que se objectiva não é deduzir uma teoria – ou seja, partir do geral para o particular – mas sim algo muito mais pretensioso e arriscado, como *induzir uma teoria*, partindo de casos particulares para o geral. Assim, inicialmente foi feita uma análise de conteúdo categorial⁴, sendo que esta se caracteriza por uma análise temática e que, na sua generalidade, é descritiva. A partir desta, posteriormente, elaborou-se uma conclusão ancorada, ou seja, fundamentada em teorias perante as quais possamos comparar resultados. Para manter o anonimato e a confidencialidade dos entrevistados, e de todos os restantes que participaram no teatro, optámos por lhes atribuir identidades fictícias. Designámos então para cada um nomes de dramaturgos da Grécia Antiga.

⁴ Foi utilizada a Análise de Conteúdo sob a óptica de Poirier no seu livro *Histórias de Vida – Teoria e Prática*.

Capítulo 5. Apresentação dos resultados



©Pedro Medeiros - EPC 2009

5.1. Estabelecimentos que têm aderido ao Teatro no decorrer do Tratamento Penitenciário

Vários são os estabelecimentos prisionais que, na última década, têm aderido a actividades como o Teatro, apesar de alguns estabelecimentos só terem desenvolvido tal actividade pontualmente. No entanto, é difícil encontrar registos sistematizados de tais actividades. Por este motivo, recorremos a uma pesquisa documental, na qual elaborámos leituras a várias “Prisões em Revista”. Daí foi possível verificar a existência de um registo sob a forma de notícias dos Estabelecimentos Prisionais Regionais e Centrais que no ano 2000 integravam nas suas valências a actividade do teatro. Não foram encontradas quaisquer referências ao tipo de peças apresentadas e à caracterização dos reclusos que nelas participavam. Encontrámos apenas algumas informações no que concerne ao nome dos grupos de teatro e o local de apresentação das peças. Assim, na totalidade dos 15 Estabelecimentos Prisionais Centrais constatámos a presença do teatro nos seguintes EP’s: Porto, Pinheiro da Cruz, Paços de Ferreira, Alcoentre e Lisboa (nestes verificou-se a existência de grupos de reclusos que têm estudado e dramatizado alguns textos); Funchal (grupo de teatro “Experimental Sentir” que tem feito várias representações dentro e fora de muros).

Perante a totalidade dos 33 Estabelecimentos Prisionais Regionais, constatámos a presença do teatro no EP Caldas da Rainha (Teatro/Atelier de Animação e Cenografia. Um grupo de reclusos tem dramatizado alguns textos e feito representações dentro e fora do estabelecimento. Esta actividade tem o apoio de um professor do Ministério de Educação.), no EP Chaves (Teatro – “CACOS” (Caminhos com Saída) com actuações pontuais), no EP Odemira (possui um grupo de teatro que já tem feito algumas representações fora do Estabelecimento), no EP Silves e no EP instalado na P.J. do Porto (Teatro realizado por reclusos - escrito e representado - na festa de Natal).

Finalmente concluímos que, até à data da notícia, integravam o teatro nas suas actividades apenas seis dos quinze Estabelecimentos Prisionais Centrais existentes. Dos trinta e três Estabelecimentos Regionais, somente cinco.

A fraca aderência dos Estabelecimentos Regionais a actividades como o teatro pode ser justificada hipoteticamente pela impossibilidade de encontrar estabilidade na permanência da sua população, sendo que os reclusos que ocupam estes estabelecimentos são preventivos, dificultando, por isso, o decorrer de actividades que exijam uma maior longevidade temporal para o seu desenvolvimento.

Apesar de não haver notícia nas “Prisões em revista”, também no Estabelecimento Prisional de Coimbra, no ano de 2000, já existia um núcleo de teatro. Deste modo, pode ser colocada a possibilidade de também outros estabelecimentos desenvolverem à data actividades na área teatral.

Foi possível aceder à informação sobre um projecto artístico no âmbito do teatro/dança – Trans(form)art - que tem vindo a ser desenvolvido no Estabelecimento Prisional do Funchal, através da Associação Artística de Educação pela Arte na Madeira (AAEAM).

Tendo como pilar a consciencialização da importância da educação artística na formação psíquica e social do indivíduo, enquanto ser criativo, têm surgido várias associações que aliam a educação à arte. Assim é o caso da AAEAM.

Tal como refere o preâmbulo do projecto da AAEAM, não podemos considerar a educação/reeducação, através das mais variadas manifestações artísticas (teatro, dança, música, escultura, literatura, pintura), como a *fórmula mágica* para sanar deficiências estruturais. Todavia, possibilita-nos uma óptica diferente perante tal problemática, sob o prisma de uma das capacidades inerentes à arte: a capacidade de operar mudanças.

Apesar de tal capacidade poder ser menosprezada quando aceite de uma forma superficial, tal não acontecerá se nos focarmos na Arte e nas suas exigências intrínsecas: *“responsabilidade, aplicação, autodisciplina, humildade, diálogo, trabalho em grupo. Neste sentido, a exploração criativa, seja ela qual for, constitui uma oportunidade para que o indivíduo opere em si a mudança, a transformação”* (Dias, T. 2007: 3).

Desta forma, a Associação Artística de Educação pela Arte na Madeira, ao englobar na sua panóplia de projectos um que se realiza no Estabelecimento Prisional do Funchal, considera-o como resultado do conhecimento teórico da

importância indubitável de actividades artísticas no desenvolvimento pessoal do ser humano. Neste âmbito, a AAEAM considera pertinente a sua intervenção ao nível deste projecto, pelo modo como o trabalho aí desenvolvido pode constituir-se numa *“ajuda na reabilitação e reinserção de pessoas que estão privadas de liberdade, através de um processo de (re)educação pela arte”*.

5.2. Caracterização Sumária dos Actores que constituem o grupo de teatro no EPC

Partindo das entrevistas, do diário de campo e da recolha de dados omissos, através da consulta dos processos, foi-nos possível elaborar a caracterização geral dos sete sujeitos que participaram frequentemente no teatro em 2008/2009. Realça-se tal frequência como característica fundamental, uma vez que o grupo de teatro foi sofrendo oscilações no número de reclusos, como consequência de alguns terem saído em liberdade condicional e serem naturalmente substituídos por outros.

Tabela I - Identificação Sócio-familiar

Reclusos \ Categorias	Idade	Nacionalidade	Naturalidade	Estado Civil	Habilitações Literárias à entrada no EP
Sófocles	31	Portuguesa	Pombal	Separado	Curso técnico-profissional
Ésquilo	38	Portuguesa	Viana do Castelo	Solteiro	7º Ano
Aristófanes	45	Portuguesa	Santa Maria da Feira	Solteiro	6º Ano
Menandro	28	Portuguesa	Coimbra	Solteiro	6º Ano
Crátinos	50	Francesa		Solteiro	Frequentou Ensino Universitário
Téspis	36	Portuguesa	Coimbra	Separado	6º Ano
Eurípedes	30	Colombiana		Casado	11º Ano

Legenda:

Sem informação



Através da análise da tabela de identificação sócio-familiar, verificamos que os reclusos que fazem parte do grupo de teatro se encontram, de um modo geral, distribuídos equitativamente pelas várias idades, não havendo contudo nenhum indivíduo com idade inferior a 28 anos e nenhum com idade superior a 50 anos. A

maioria são portugueses, e apenas dois têm nacionalidade estrangeira. Os indivíduos portugueses encontram-se distribuídos, no que concerne a naturalidade, por Coimbra, Pombal, Viana do Castelo e Santa Maria da Feira. No que diz respeito ao estado civil, são maioritariamente solteiros (somente um é casado e dois encontram-se separados não oficialmente). No que concerne as habilitações literárias à entrada no EPC, quatro não tinham a escolaridade mínima obrigatória, dos quais três indivíduos tinham apenas o 2º ciclo concluído. Um possuía o 11º ano, outro possuía um curso técnico profissional de desenhador gráfico e um outro tinha frequentado o ensino universitário, não o tendo completado.

Tabela II - Situação Jurídico-penal

Categorias	Pena	Crime	Medidas de Flexibilização	Data prevista para atingir ½ da pena
Reclusos				
Sófocles	25 Anos	Homicídio qualificado	RAVI;SPCD; SPP	17.12.2010
Ésquilo	24 Anos	Homicídio qualificado	RAVI; SPCD;SPP	03.11.2010
Aristófanés	25 Anos	Homicídio qualificado	RAVI; Não beneficia de Saídas Precárias	02.01.2015
Menandro	7 Anos	Roubo, furto qualificado, burla	Não beneficia de Saídas Precárias	
Crátinos	9 Anos	Roubo, Resistência e coacção	Não beneficia de Saídas Precárias	
Téspis	12 Anos	Homicídio qualificado	RAVI; Não beneficia de Saídas Precárias	
Eurípedes	Aguarda contagem de pena	Tráfico de estupefacientes, sequestro e associação criminosa	Não beneficia de Saídas Precárias	

Legenda:

Sem informação



RAVI – Regime Aberto Virado para o Interior

SPCD – Saídas Precárias de Curta Duração

SPP – Saídas Precárias Prolongada

Através da leitura da tabela que caracteriza a situação jurídico-penal dos indivíduos, verificamos que, no que respeita a duração das penas, estas variam entre os sete e os vinte e cinco anos. Sendo de realçar que três destes se encontram a cumprir penas de duração superior a 20 anos. Três indivíduos

encontram-se a cumprir penas entre os sete e os doze anos e um indivíduo aguarda contagem de pena.

O grupo de teatro é constituído por indivíduos que têm uma longa pena a cumprir.

Relativamente à tipologia de crime cometido, verifica-se uma predominância dos crimes contra o património e dos crimes contra as pessoas, ou seja, os crimes mais frequentes foram o roubo e o homicídio.

Do total dos indivíduos, quatro beneficiam da medida de flexibilização de Regime Aberto Virado para o Interior. Destes, 2 beneficiam também de saídas precárias de curta e longa duração. Três indivíduos não tiveram ainda acesso a qualquer medida de flexibilização.

Apesar de não termos a informação sobre o tempo de prisão cumprida, podemos verificar, relativamente aos três primeiros indivíduos, que se encontram há vários anos em meio prisional, uma vez que a data do meio da pena se encontra próxima.

Tabela III - Situação Penitenciária

Categorias Reclusos	Frequência de escola / Formação Profissional	Local onde trabalha no EP	Recebe visitas	Se já frequentou anteriormente o teatro
Sófocles	Concluiu 12º no EP	Biblioteca	Sim	Sim
Ésquilo	Concluiu 12º no EP	Biblioteca	Sim	Sim
Aristófanes	Concluiu 12º no EP; Candidatou-se ao Ensino Superior	Faxina da sala de teatro	Sim	Sim
Menandro	Sim	Não trabalha	Sim	Não
Crátinos	Não	Rouparia	Sim	Sim
Téspis	Não	Obras		Não
Eurípedes	Sim	Lavandaria		Não

Legenda:

Sem informação



Nos casos analisados, verificamos que quatro indivíduos frequentaram a escola no EP, três dos quais ali concluíram o 12º ano, sendo que um deles concorreu ao ensino superior.

Quanto à ocupação dos reclusos no Estabelecimento, um indivíduo frequenta a escola e trabalha, dois trabalham na biblioteca do EP e um está a frequentar um curso de formação profissional. Os restantes reclusos encontram-se distribuídos pelos diversos trabalhos, tais como a lavandaria, rouparia e trabalho nas obras do EP. É de salientar que não temos nenhum indivíduo inactivo que faça parte do grupo de teatro.

No que concerne ao facto de estarem ou não a receber visitas, a sua grande maioria tem visitas (cinco reclusos), apesar de serem geralmente esporádicas. Segundo alguns reclusos, são visitas que apenas ocorrem uma a duas vezes por ano. Em relação aos outros dois indivíduos, não foi possível apurar esta informação.

Através das entrevistas realizadas, conseguimos explorar com maior profundidade a especificidade da ocorrência das visitas em relação aos quatro entrevistados. Verificamos que apenas um sujeito tem visitas com regularidade, por parte da família alargada. Eram semanais antes de usufruir de saídas precárias, passaram a quinzenais aquando da obtenção dessas mesmas saídas. Relativamente aos restantes, um encontra-se na situação de não receber visitas, outro recebe visitas apenas do apoio moral e outro sujeito recebe visitas esporádicas, uma a duas vezes por ano, por parte da mãe.

Como a maioria é divorciada ou solteira, não têm filhos, e o seu suporte é a mãe ou um familiar não directo, podemos considerar a existência de um vazio familiar, cuja prisão acentua ainda mais.

Dos sete indivíduos que constituem o grupo de teatro actualmente, quatro já participaram nas peças promovidas anteriormente e três são estreantes no grupo.

5.3. Dinâmicas Relacionais do Grupo de Teatro do EPC

5.3.1. Vivências intra-muros: relação entre pares

Uma vez que o grupo de teatro é composto por indivíduos a cumprir penas de longa duração e que tem relações com o exterior bastante diminutas, centramo-nos nas relações frequentes e que diariamente se tornam possíveis: as relações intra-muros, com os colegas do grupo de teatro, restantes reclusos, guardas e resto do staff.

As relações intra-muros pautam-se quer por alguma amistosidade, quer por alguns conflitos, à semelhança das relações entre grupos no exterior. Ao longo do período de investigação e dos registos que foram efectuados, foi possível observar que nas relações internas ao grupo, por vezes há relações de privilégio, de convergência de interesses, de amizade, ou de conflito interno que ocasionalmente se traduz numa mera tolerância, num clima de tensão latente.

Dois reclusos verbalizam que sentiram alterações nas relações entre pares após a entrada no grupo de teatro, de uma forma directa e consciente. Os restantes dois, Sófocles e Ésquilo, mencionam primeiramente no seu discurso que não decorreram alterações nas relações. No entanto, ao analisarmos a totalidade dos seus discursos, verificamos ideias contrárias.

A convivência com os colegas após a entrada no grupo de teatro, é referida por Sófocles como não tendo sofrido alterações, porém menciona que *“antes do teatro a vida é aquela que tem sido depois do teatro, este levou a conhecer melhor algumas pessoas mas não levou a que o círculo de relacionamentos se tivesse alargado.”* Também Ésquilo afirma não ter sentido grandes mudanças nas relações, *“porque eu dou-me bem praticamente com toda a gente, eu sou uma pessoa sociável, falo com toda a gente, quem falar comigo...não tive assim grandes problemas com o pessoal que encarou o grupo”,* acrescentando que *“(...)já falava com alguns e depois vim a falar com outros.”*

Os restantes afirmam que a convivência alterou muito. Aristófanes menciona *“As coisas evoluem, evoluem sempre num crescimento contínuo. Claro que se chega aqui alguém ao grupo, para se iniciar, tentamos acolher da melhor forma possível mas não temos a devida confiança nessa pessoa, eu pelo menos*

não tenho, mas com o tempo vou obtendo, e essa pessoa se calhar também sente que não tem confiança em relação ao grupo, mas vai interagindo, vai-se inserindo lentamente e é claro que ao fim de algum tempo essa pessoa insere-se e acaba por confiar no grupo e o grupo acaba por confiar nessa pessoa, e as amizades crescem dessa forma(...)”. Neste discurso podemos constatar que o teatro pode ser considerado um espaço que privilegia a emergência de amizades e/ou relacionamentos mais próximos.

Quanto às mudanças nas relações com os colegas extra-grupo, e tendo em consideração que os sujeitos entrevistados cumprem penas longas, e que já estão há vários anos detidos, estes não admitem mudanças profundas. Assumem, no entanto, mudanças superficiais, tais como ter surgido diálogo com indivíduos com os quais ainda não tinham estabelecido contacto, tal como menciona Ésquilo: “Alguns vêm ter comigo, alguns (reclusos) que não falavam comigo, vêm ter comigo: então parabéns, a peça foi bonita.” Justifica ainda a inexistência de grandes mudanças em relação aos colegas e respectivos relacionamentos da seguinte forma: “eles já me conhecem, já estou aqui há nove anos, já me conhecem todos, sabem o meu feitio, depois tenho que lidar com eles aqui (biblioteca, local onde trabalha). Se fosse outra pessoa que encarasse o teatro e que estivesse aqui há pouco tempo, podia ser, podia haver mudanças, mas eu não, não notei muito isso, porque já estou aqui há muito tempo.”

Sófocles, por seu turno, assume que o teatro permitiu que alguns sujeitos o conhecessem um pouco mais para além do mero cumprimento diário, referindo que “havia ali muitas pessoas com as quais não tinha o hábito de manter um relacionamento mais próximo e passaram a ver-me para além do bom dia e da boa noite.”

Após termos indagado, durante as entrevistas, se houve ou não, mudanças significativas no relacionamento referente aos restantes reclusos que, não fazendo parte do grupo de teatro, habitam na prisão, apurámos a opinião do grupo de teatro sobre a percepção da globalidade dos reclusos extra-grupo relativamente ao teatro e aos que nele participam. Aqui verificam-se opiniões diversas. Sófocles, por exemplo, menciona que *“a esmagadora maioria não assistiu às peças, logo revela desinteresse, mas lá fora também é assim. A população prisional divide-se nos que se interessam pelas actividades e os que*

não se interessam. Dos que assistem, alguns tecem críticas porque põem a fasquia um bocado elevada.” Na sua perspectiva, predomina um paralelismo com o que acontece na vida do exterior, justificando o desinteresse mostrado pelos reclusos relativamente à cultura, como reprodução daquilo que está enraizado na sociedade portuguesa em geral.

Ésquilo, por sua vez, é da opinião que *“alguns gostam, daquilo que eu conversei com alguns, dizem que gostaram e que deviam incentivar, (...) dar mais oportunidades às pessoas para fazer mais peças., eu acho que cada peça devia ter figurinos diferentes, se calhar, para dar mais oportunidades aqui às pessoas que querem mesmo fazer peça de teatro (...) depois há aquelas pessoas que não respeitam, bom há um evento qualquer e eles vão para lá e fazem as gargalhadas deles, mandam as boquinhas deles, mas há alguns que gostam e houve muitos comentários também, que gostaram muito, foi muito bom e tudo...que estando no meio onde estamos, e conseguir uma coisa assim, e em pouco tempo, (...) as pessoas ficam admiradas como é que nós conseguimos fazer isso em pouco tempo e mesmo assim houve aquelas pequenas falhas, mas mesmo assim foi gratificante.”*

Deste discurso destacamos o modo como o próprio sujeito em reclusão tem a percepção de que não são esperadas grandes expectativas em relação ao que pode ser produzido pelos reclusos.

Já Aristófanes é da opinião de que *“é um bocadinho complicado, mas também ninguém diz nada...porque há pessoas que gostam de teatro e dão-nos os parabéns e tudo o mais...mas outros há, não quero dizer que não gostam do teatro, não foram educados a verem teatro e por isso mesmo olham para o teatro e para as pessoas que estão no teatro de uma outra forma, é claro que outros há que encaram mais como um passatempo, outros há que nos olham como pessoas que compactuam com o sistema, com a instituição, há vários tipos de pessoas a olharem para o teatro de formas bastante diferentes...”*

A noção de “sistema” usada por Aristófanes, e frequentemente enraizada na linguagem dos restantes reclusos, conduz-nos particularmente para a reflexão sobre a relação entre os agentes sociais e o *poder simbólico*. Assim, é possível distinguir entre aqueles que participam na vida sócio-cultural da cadeia – como os que integram o grupo de teatro ou os que não reagem negativamente perante

aqueles que participam, e agem aparentemente em conformidade com a ordem social e moral dominante – e aqueles que são contra todas as formas de participação, identificando-as com o facto de se “estar do lado do sistema”. Estes últimos indivíduos são, maioritariamente, os que não encontram uma posição ou estatutos sociais visíveis e legítimos, na medida em que as respectivas aspirações não se coadunam com as práticas e significados morais hegemónicos.

Ainda sobre a percepção da globalidade dos reclusos, relativamente ao teatro e aos que nele participam, Menandro, embora não se alongando muito no seu discurso, refere que no seu entender *“Os colegas extra-grupo elogiam muito, mas parece elogio falso”*. Daqui podemos constatar a predominância do elemento desconfiança no seu discurso, à semelhança do que acontece na maioria das relações entre a população prisional. A desconfiança é uma atitude que predomina no meio prisional, pelo que podemos relacioná-la com o facto da prisão, enquanto instituição total, ser caracterizada como um espaço em que vivem em simultâneo um certo número de indivíduos, sem qualquer privacidade, sem poder escolher com quem gostariam de partilhar as mais diversas tarefas diárias, sendo “obrigados” a suportar a presença dos restantes.

Tal sentimento de desconfiança, e simultaneamente mecanismo de protecção, pode ser igualmente verificado no discurso de Aristófanes ao mencionar *“que dificilmente chamo de amigo a uma pessoa aqui dentro do estabelecimento prisional, embora haja pessoas que me considerem amigo e eu por vezes até corto a conversa e digo: amigo não, isso se tivermos que ser amigos será no exterior, aqui somos só conhecidos. Eu vou um bocadinho por aí, também é uma forma de nos protegermos da restante população.”*

Pelo descrito, encaramos as actividades sócio-culturais, como o teatro, como um meio possível para modificar comportamentos, fomentando a coesão do grupo, e consequentemente contribuir para uma melhoria das relações entre pares.

5.3.2. Percepções dos Actores em relação aos Guardas

“Os reclusos e guardas constituem os dois maiores universos dentro do sistema prisional. Entre estes, o contacto é permanente, dependente de uma proximidade resultante do conhecimento de códigos e gírias comuns que retiram o ruído à comunicação, não se podendo, no entanto, inferir a ausência de conflitos”. (Moreira, J.S.; 1994:181)

Após termos descortinado as visões dos actores acerca da opinião dos reclusos em geral, é também importante debruçarmo-nos sobre o modo como os guardas prisionais encaram o desenvolvimento do teatro, executado por reclusos e no espaço intra-muros, tendo em consideração que também fazem parte do universo de interacção. Optámos então por questionar os elementos do teatro, registando a sua percepção acerca do juízo dos guardas, como seguidamente expomos.

Para Sófocles *“a esmagadora maioria (dos guardas) considera o teatro, como as restantes actividades socioculturais, são uma verdadeira perda de tempo. Nos nossos dias alguns ainda consideram que o rádio e a televisão são um luxo, porque quando começaram a trabalhar, estes instrumentos não existiam nas prisões.”*

Menandro considera que *“de 100 guardas, uma dúzia é capaz de apoiar e incentivar, os restantes estão aqui para abrir e fechar portas.”*

Ésquilo expõe que *“aí já é um caso diferente, porque a parte dos guardas é completamente diferente, porque ah são presos, são presos...se pudessem se calhar prejudicar um preso, se calhar prejudicam um preso. Nem todos, mas a maior parte deles podiam acabar com isto tudo, para eles era melhor. Se nos vissem fechados 23 horas por dia era uma alegria.”* Acrescenta ainda que *“A maior parte das vezes é a vigilância que impede as pessoas...então nós tentámos prolongar o horário dos ensaios e foi sempre restrito, eles nunca toleraram depois das 7. Não custava nada até às 8. Agora eles podem implicar motivos de segurança da própria cadeia, olhe eu não sei, esta cadeia é um bocado complicada.”*

Aristófanes afirma que *“Muito honestamente, nem todos pensam da mesma forma, e eu já o senti na pele, porque por exemplo, quando apresentámos a peça ‘Só entra se vier às fatias’, eu tive um guarda que se virou para mim e me disse: «tu? Actor? No teatro? Se fosse eu que mandasse...eu contava-te uma história.»*

Isto vindo de um guarda, outros há que também não queriam aqui o teatro porque era fora de horas, outros riem-se com esse tipo de situações, outros há que nos dão os cumprimentos e nos dão os parabéns pelas peças que levamos a cena, porque neste momento estamos a trabalhar nos temas relacionados com os Descobrimentos. Há aqui pessoas que nos olham das mais variadas formas.

É claro que outros guardas há, por exemplo, estariam bem era se tivessem os reclusos todos os dias fechados durante 22h ou 23 horas e só 2 horas de pátio.”

Analizados os discursos dos entrevistados, encontramos como ponto comum o facto de percepcionarem uma disposição negativa por parte de alguns guardas em relação às actividades sócio-culturais como o teatro, seja por considerarem que os reclusos deveriam estar fechados nas celas o maior número de horas possível, seja por encararem tais actividades uma perda de tempo.

Os entrevistados também estiveram de comum acordo ao assinalarem uma pequena “percentagem” de guardas que apoia o desenvolvimento dessas actividades e que felicita os actores-reclusos pela sua prestação. Também foi possível verificar o apoio prestado por alguns guardas aquando da apresentação de uma das peças; houve inclusive um elemento dos guardas que se predispôs a auxiliar, servindo de ‘ponto’ para um dos actores. É de sublinhar que apenas um recluso referiu no seu discurso uma percepção de mudança de relacionamento com os guardas prisionais. Trata-se de Menandro, que refere que *“Logo a seguir à peça notei logo diferenças, havia mais à vontade com os guardas.”*

Nas palavras dos actores está implícita a prossecução do objectivo principal da segurança, por parte dos guardas, que poderá explicar muitas vezes as reticências por parte destes em relação a todas as actividades que impliquem alterações de rotina.

5.3.3. Percepção de mudanças pelos actores após a entrada no grupo de Teatro

No âmbito das mudanças que foram operacionalizadas pelos sujeitos após a entrada no grupo de teatro, procurámos saber se essas ocorreram e de que modo foram percebidas pelos próprios.

Assim, Sófocles após a entrada no grupo de teatro no interior da prisão, passou a ter uma outra percepção dos outros, afirmando “Com a continuidade das peças o grupo ficou mais eclético, de várias culturas.” Podemos deduzir deste discurso a possibilidade de interacção com diferentes grupos sociais.

Reflectindo sobre a sua identidade antes e depois do teatro, menciona a possibilidade da actividade teatral contribuir para uma alteração naquela, “provavelmente, quero acreditar que tudo o que uma pessoa faz na vida não nos deixa indiferentes.”

Também Aristófanes, reflectindo nas alterações ao nível da identidade menciona: *“Há, sou uma pessoa completamente diferente daquilo que era, como eu já disse antes, se não fosse o teatro eu estava uma pessoa muito mais bruta, não tão refinada como estou. Se calhar ainda tenho muito mais para caminhar para a frente, mas é claro que tem sido uma aprendizagem a vários níveis.*

Olhando um pouco para trás, consigo aperceber-me delas (mudanças) ainda há pouco falei na questão do sotaque, que de certa forma perdi-o, é claro que falo de uma forma mais pausada, estou mais comunicativo, tento encontrar as palavras certas para que o diálogo aconteça com naturalidade. É claro que não se faz tudo bem, eu creio que evoluí, se calhar outros há que dizem que regredi, não sei...mas penso que evoluí.”

Verificamos que o teatro configura-se como um veículo promotor de novas aprendizagens, em que os actores percebem que tiveram alterações decorrentes dessas mesmas aprendizagens. Melhoraram a qualidade de relação com os outros, bem como adquiriram novas competências ao nível da comunicação e uma melhor dicção. A este propósito, Sófocles refere que com o teatro andava a aprender a projectar melhor a voz.

A assimilação de novas competências pode ser novamente visível no discurso de Aristófanes ao referir o modo como o teatro propicia uma mudança na

comunicação, dizendo que *“O teatro ajudou-me nas mais diversas maneiras, quer ao nível do trato com os meus companheiros, do trato com os educadores, do trato com os professores, provavelmente até me ajudou numa melhor dicção, fez-me crescer a vários níveis. Se calhar se não fosse a ajuda do teatro eu ainda tinha muito até aquele sotaque muito típico da região do norte, da zona do Porto, que me dizem, hoje em dia dizem-me que eu não tenho esse tipo de sotaque. Se calhar ainda estava muito mais bruto quero eu dizer...”*. A já referida assimilação de novas competências é também visível em Aristófanes quando fala em reaprender a usar o tempo: *“O teatro veio ocupar um espaço na minha vida, enquanto estou inserido no Estabelecimento prisional, que já não consigo, acho que neste momento, o teatro faz parte da minha vida cá dentro, se me tirassem o teatro eu se calhar ia andar aí bastante tempo a reaprender a ocupar o tempo, porque provavelmente não iria saber funcionar da melhor maneira possível.”*

Este testemunho vai ainda ao encontro da ideia de Goffman em que *“toda a instituição total pode ser vista como uma espécie de mar morto, em que aparecem pequenas ilhas de actividades vivas e atraentes. Essa actividade pode ajudar o indivíduo a suportar a tensão psicológica usualmente criada pelos ataques ao eu.”* (Goffman, 2005:66)

Este actor percepcionou também opiniões positivas decorrentes da sua participação no teatro, por parte dos familiares, que terão repercussões nas questões de identidade, ao nível da auto-estima e do auto-conceito.

“E mesmo o meu irmão que está na Austrália, fizemos cá uma peça em que ele veio assistir, e gostou bastante, ficou admirado comigo, com a minha situação, com a forma como representei, o à vontade com que estava em palco, porque eu era uma pessoa, era e sou uma pessoa tímida, mas uma pessoa quando está no palco as coisas evoluem de tal forma, que a pessoa tira de certa forma a pele que tem e veste uma outra e passa a ser aquela personagem e tem de o viver da melhor forma possível. E então ele ficou impressionado também pela positiva de uma forma transcendental.

Eu tenho tido mudanças a todos os níveis, sem o teatro não sei o que seria de mim, provavelmente andava aí no pátio, a jogar xadrez, a jogar umas cartas e pouco mais...”

Por sua vez, Menandro também admite alterações em si mesmo, depois do teatro, admitindo estar *“mais paciente, porque o único vício que tenho é o café e o jogo, e o jogo deixa-me um bocado...o teatro acabou por funcionar como distracção e afastar-me do jogo. (...) Se não fosse o teatro, a esta hora estava com as cartas na mão, o teatro acaba por ser distracção, o problema é não haver nada que nos motive.”*

Daqui verificamos que o teatro funciona como um ‘escape’ e, paralelamente, como reorganizador de interesses, sendo um mecanismo de fuga ao *stress* e aos problemas - a tal *ilha de actividade atraente* anteriormente mencionada.

É claramente visível que todos os entrevistados identificaram diferenças na percepção de si próprios, decorrentes da sua participação na actividade teatral no EP.

5.4. Investimentos Para a Saída

5.4.1. Relações extra-muros: Visitas e Saídas Precárias

Na presente investigação, estipulamos algumas categorias de análise que se centram sobretudo nas dinâmicas relacionais vivenciadas por indivíduos em reclusão e que fazem parte do grupo de teatro da prisão. Como peremptoriamente, ao final de mais ou menos tempo, o indivíduo que cumpre uma pena privativa de liberdade, terá o seu merecido retorno à sociedade da qual foi afastado, torna-se impreterível pensar no recluso enquanto ser que sobrevive no interior da prisão, mas que tem uma vida pré e pós-prisional na sociedade mais ampla.

Deste modo, pensamos que será oportuno perceber quais os investimentos realizados para a saída do recluso, tomando como ponto de partida as relações extra-muros vivenciadas pelos quatro sujeitos entrevistados. Para o efeito, foram considerados factores, a saber: a frequência das visitas recebidas e o usufruto de saídas precárias. Factores esses que nos permitem afirmar que os contactos com o exterior para estes sujeitos é bastante diminuto, derivado das visitas esporádicas ou até mesmo inexistentes, sendo o contacto apenas facultado aos dois que actualmente já beneficiam das saídas precárias de curta e/ou longa

duração. Várias são as razões apontadas para a falta de visitas, tais como o facto dos familiares residirem longe do estabelecimento, ou até mesmo a avançada idade do elemento exterior de suporte. Tal pode deduzir-se da afirmação de Aristófanes: *“Quem me visita mais será sempre a minha mãe que já tem uma idade bonita, 72 anos, e eu também não pretendo que ela venha para aqui constantemente, porque se acontece qualquer coisa durante a viagem vai-me doer muito mais, vai haver sempre um sentimento de culpa, e como não pretendo isso, quanto menos melhor (...)”*.

Este contacto diminuto com o exterior, numa sociedade em constante mudança, faz-nos reflectir sobre as dificuldades que o recluso poderá vir a enfrentar aquando da sua saída em liberdade, tendo consequências inevitáveis na sua reinserção social, pelo que o único recurso que pode compensar e atenuar tais obstáculos será uma vivência intra-muros o mais *normalizante* possível comparativamente com a vida no exterior.

Através do discurso de um dos dois actores que usufrui de saídas precárias, foi ainda possível verificar que durante as suas saídas ao exterior não tem por hábito procurar peças de teatro para assistir. Justifica tal facto com o pouco tempo de que dispõe ser distribuído pelo convívio familiar, por actividades ao ar livre e por idas ao cinema. Assim, é pertinente constatar que o teatro não é uma prioridade na *vida cá fora*, mas tem uma importância para o indivíduo indubitável na prisão.

5.4.2. Práticas de promoção do sujeito: Escola versus Teatro

Dos quatro sujeitos entrevistados, apenas um não frequentou a escola na prisão. Os restantes três indivíduos valorizam o terem frequentado a escola no estabelecimento, havendo um que chega mesmo a lamentar a falta de condições para continuar os estudos universitários no interior da prisão. No que concerne às condições necessárias para dar continuidade aos estudos num grau mais avançado, refere a privacidade, o silêncio e o acesso aos manuais e às aulas.

Tendo em conta que o apoio do exterior por parte da família do indivíduo é nulo, não poderão ser satisfeitas as últimas condições.

A frequência escolar num espaço como a prisão, a seguir à ocupação laboral, continua a ser uma das principais pedras angulares para a reinserção do recluso. Podemos constatar a importância da escola no discurso de Aristófanes: *“se calhar tenho a vida na cadeia antes de entrar para a escola e a vida na cadeia pós escola. Eu andei aqui um bocadinho perdido inicialmente porque fui a julgamento e apanhei a pena máxima e é complicado digerir uma situação dessas e andei cerca de um ano a analisar a situação, a olhar para dentro, a tentar mentalizar-me sobre o que se havia passado e foi um ano assim um bocadinho difícil (...)”* no ano seguinte matriculei-me na escola, isto 2002/2003, matriculei-me para o 7º ano e comecei a levar as coisas certinhas(...).”

Para além de ser estritamente necessária para a frequência de actividades sócio-culturais como o teatro, verifica-se a existência de alguma literacia por parte dos participantes, pois a maioria deles frequentava o ensino no estabelecimento. Daí que seja estreito o elo que une o ensino ao teatro no EP. Para mais, consideramos de extrema importância o contributo que este dá à aprendizagem, se tivermos em conta que a maioria das peças encenadas tinha como pano de fundo a literatura portuguesa. Tal ligação entre o ensino e o teatro é também acentuada pela presença da Professora Clara, que se revela ser uma mais-valia no carácter relacional e na distribuição/partilha de saberes.

Sendo indubitável a importância que é dada à frequência escolar num espaço tão particular como a prisão, passaremos agora à análise do modo como os participantes encaram o teatro, avaliando o que interpretam como positivo ou negativo no desenvolvimento dessa actividade.

Ésquilo admite que o teatro *“Foi uma experiência única, gostei...é uma oportunidade que uma pessoa tem, porque nós ficamos mais ricos por dentro, experiências novas. Eu acho que uma pessoa devia experimentar essas coisas e pode ser que uma pessoa possa ter um futuro mais tarde.”* Acrescenta ainda que *“se os técnicos pudessem deviam fazer mais deste género de actividades. Se pudessem, eu acho que deviam fazer muito mais e não só o teatro, outras actividades também. Eu acho que uma pessoa fica diferente, fica mais alegre.”*

Neste discurso é nítida a valorização que é dada a esta actividade, bem como a outras actividades sócio-culturais que possam ser desenvolvidas, como contributo para o bem-estar e enriquecimento do indivíduo.

O entrevistado faz ainda referência ao incentivo recebido pelo exterior, como sendo gerador de motivação positiva.

“ O António Jorge da Escola da Noite, também veio algumas vezes assistir aos ensaios e também gostou da peça e acho que são eles que estão a incentivar as pessoas a continuar, porque gostaram da peça, e também tudo o que é feito cá dentro, é tudo por nós, tanto o palco como as roupas, logicamente que eles próprios ficam um bocadinho espantados com o trabalho que uma pessoa faz. Foi muito bom, foi uma experiência muito gratificante, e conhecemos pessoas e é a convivência com as pessoas também.”

O contacto com o exterior, para além de proporcionar oportunidades relacionais, potencia também aos reclusos a possibilidade de transmitirem uma imagem que contrarie o estigma que admitem ser inerente à sua condição.

“Parece que não, porque as pessoas lá fora pensam ah são presos e tudo, não são pessoas nem cultas nem respeitam as outras pessoas...pelo menos a maior parte da sociedade pensa assim são criminosos, são pessoas diferentes, e assim elas vêem isto de outra maneira, e eu acho que se houver mais iniciativas para isso acho que era muito gratificante, porque podia haver muito mais. E depois as pessoas vêem ah mas afinal de contas nem todos, não são o que nós pensamos, são pessoas como nós, são pessoas com sentimentos, afinal de contas também sabem fazer muitas coisas interessantes.”

Neste testemunho verificamos a consciencialização que o recluso tem de si próprio, da imagem que lhe é atribuída e de como a sua participação numa actividade como o teatro pode contribuir para modificar a imagem generalizada dos reclusos que é percepcionada pela sociedade mais ampla, alterando o auto-conceito desses mesmos reclusos. Constatamos então que o teatro confere visibilidade às competências e diminui o estigma.

Outro benefício do teatro é sinalizado no discurso de Sófocles ao referir que *“o recluso durante a reclusão torna-se mais isolado, mais egoísta, perdendo os reflexos de grupo, sendo que o teatro pode contribuir para contrariar isso.”*

Daqui podemos encarar o teatro como mecanismo de reconstrução do ‘eu’ na e pela relação com o outro, na interacção grupal exigida pela actividade teatral.

Para Menandro, *“O teatro acaba por ser um escape”*. Referindo que o melhor do teatro é o *“passar o tempo e a confraternização”* e o pior do teatro acontece quando *“acabam por haver conflitos de interesses, picardias, por exemplo quando vim para o teatro o Aristófanes só via uma direcção, mas agora já está mais flexível, já não é tão rígido, já ouve outras opiniões.”*

Tanto no discurso de Menandro como no de Sófocles, abaixo transcrito, encontramos a referência ao teatro como possibilitador de fuga/ evasão. Torna-se por isso interessante pensar o teatro como fomentador de evasão e, simultaneamente, de integração. Não são ideias antagónicas, uma vez que a evasão pelo teatro realiza-se para atenuar o sofrimento da reclusão, e a integração que ocorre pela relação com o grupo, pela sociabilidade interna, serve também os fins de atenuação de sofrimento.

Para Sófocles, também *“devia haver mais actividades, este espaço prisional carece um bocado de actividades, workshops por exemplo. Ocupações sim e de preferência culturais, pois a cultura permite uma evasão e é um pilar fundamental da personalidade. Permite uma maior aquisição de competências e organização. Podemos encarar a cultura como ocupação do tempo, de forma pedagógica e proveitosa.*

A instituição se fornecer utensílios pode esperar que os reclusos construam alguma coisa, de contrário não acontece. Deve existir alternativa para que haja possibilidade de escolha por parte dos reclusos.”

A partir deste discurso, e tomando por continuidade os seguintes, aferimos que os reclusos reflectem bastante sobre a dinâmica interna do meio prisional e não se inibem de sugerir propostas para o pelouro do teatro. Tais propostas seguem quatro sentidos: diversificação das actividades; diversificação dos textos a dramatizar; aumento do número de espectáculos, o que consequentemente fará aumentar o número de actores, e logo o público, agitando a tal dinâmica prisional; e diversificação do acesso dos outros reclusos, através do aumento da oportunidade de participação.

Referem de igual modo que as actividades sócio-culturais devem ser mais abrangentes no que concerne aos seus participantes. Assim, Sófocles assume-se

como *“apologista das actividades culturais mas que tentem englobar o maior número de intervenientes possíveis. Os grupos do teatro não devem ser imortais, é bom quando se muda, a diversidade enriquece.*

O teatro deve ser liberalizado de modo a que todos possam participar, de modo a não haver uma casta de privilegiados e uma casta de desconsiderados.”

Também Ésquilo corrobora da mesma opinião, dizendo que deviam *“dar mais oportunidades às pessoas para fazer mais peças., eu acho que cada peça devia ter figurinos diferentes, se calhar, para dar mais oportunidades aqui às pessoas que querem mesmo fazer peça de teatro”.*

Sófocles menciona ainda a sua opinião sobre as peças encenadas, acrescentando algumas sugestões: *“Da 1ª peça para a 2ª achei muito interessante, houve uma grande diversidade. Mas da 2ª peça para a 3ª houve uma grande aproximação da temática. Foram peças bastante pedagógicas e divertidas. Já sugeri em tempos obras mais conceituadas na literatura, como por exemplo de Shakespeare, para fugir aquilo que já foi feito, pois quanto mais variadas forem as peças mais possibilidade há, de atingir um publico mais eclético, pois sem público não há teatro.”*

Aristófanes, à semelhança dos restantes entrevistados, é da opinião de que os técnicos devem incentivar este tipo de actividades no estabelecimento, *“(...)deviam incentivar, não só o teatro, “n” de actividades, por vezes aqui dentro do estabelecimento prisional há picos, picos altos e picos baixos, há determinados momentos em que há “n” de actividades lúdicas e interessantes para os reclusos e que lhes faz muitíssimo bem e há alturas em que as pessoas começam a olhar, afinal isto não há nada a nível de cultura, não vai acontecer nada? Mesmo os reclusos lá dentro, alguns há, nem todos, porque há muita gente que não participa em nada porque acham que estão a compactuar com a instituição e são aquelas pessoas que vão um bocado contra a instituição e acham que está na moda do ser recluso é ser mau, é ser terrível, é ir contra, é dizer não, esse tipo de coisas. Outras há que nos perguntam: então quando é que há mais qualquer coisa ou na biblioteca ou no teatro, ou a este nível ou aquele?”*

Aqui apercebemo-nos que num estabelecimento prisional, tal como na vida quotidiana do exterior, existem picos nas dinâmicas de actividade. Contudo, podemos depreender pelas palavras acima mencionadas que numa instituição

plena de regras, também no que concerne às actividades sócio-culturais, é esperada uma regrada continuidade, suprimindo momentos de ausência das *ilhas de actividade* revitalizantes para o indivíduo.

No final do seu discurso, Aristófanes repete ainda a noção de sistema que engloba sempre os que estão a seu favor ou contra este. Posteriormente, menciona os aspectos positivos da actividade teatral: *“(...) eu acho que o teatro tem todo de positivo, mesmo as relações que acontecem entre os diversos membros, porque as pessoas aprendem a conhecerem-se e o teatro é um local para pormos os nossos problemas de parte, eu tive uma chatice aqui, na escola durante um teste de matemática com um aluno(...) e quando saímos fora da sala nós chateamo-nos mesmo a sério, de forma a ficarmos os dois com os olhos pretos e depois era uma situação complicada para gerir porque andávamos os dois no teatro, e a Dra. Dina Luís na altura, depois estive a conversar comigo e disse: e agora como vai ser lá em cima no teatro? ao que eu respondi: Então lá em cima no teatro eu vou ser eu, ele vai ser ele, vamos ter que nos entender, vamos ter que trabalhar e ultrapassámos as coisas da melhor forma possível no teatro (...) um de nós podia ter abandonado o teatro ou as complicações podiam continuar a acontecer no teatro mas pusemos as coisas todas de parte, eu passei a ser eu, ele passou a ser ele, e em poucos dias tudo aquilo estava sanado. O teatro aqui dentro do estabelecimento prisional faz-nos muito bem a todos.”*

Menandro valoriza todo o tipo de actividades sócio-culturais, referindo que *“da parte do estabelecimento acho que o teatro deve ser para continuar. Se pudesse mudar algo no teatro era os Horários, e havia de haver mais disciplina. Tem que haver gosto pelo que fazem para que as coisas sejam bem feitas.”*

Afirma ainda que *“se não houver um retorno por parte do EP...devia haver mais iniciativas, no entanto os reclusos só aderem se houver alguma compensação. São esperadas contra-partidas dos dois lados, sempre fui um bocado do contra...”*

Aquando da entrada na prisão, o recluso começa a sofrer o processo de mortificação do ‘eu’ e simultaneamente a aperceber-se, por via formal e informal, da existência do sistema de privilégios. Segundo Goffman (2005: 50), é este sistema, composto por três elementos básicos, que permite alguma reorganização do indivíduo após a sua mortificação.

Constituem-se como elementos do sistema de privilégios, as denominadas *regras da casa*, que assentam num conjunto manifesto e formal de prescrições e proibições que determina as principais exigências no que concerne à conduta do recluso, bem como um pequeno número de *prémios/privilégios* que são claramente estipulados e cuja sua obtenção deriva da obediência dos reclusos.

O último elemento do sistema de privilégios está relacionado com os *castigos*, operacionalizados quando se verifica a desobediência às regras.

Tal como Goffman refere, os castigos e privilégios são modos de organização peculiares às instituições totais (Goffman.2005: 51). Daí não ser de estranhar as esperadas contrapartidas supracitadas por Menandro, inevitáveis na prisão. No entanto, não é considerado benéfico que o recluso apenas procure aderir às diversas iniciativas que nela decorrem como meio de obtenção de privilégios, menosprezando o benefício inerente à sua própria participação. Será sempre oportuno consciencializar o individuo que, mais do que procurar obter privilégios a curto prazo, deverá contribuir, ainda que indirectamente, para o seu enriquecimento a longo prazo, pensando sempre no seu retorno ao mundo exterior.

No seguimento deste pensamento, e depois de termos constatado anteriormente a existência de alterações na identidade pessoal de cada actor, procurámos saber através dos entrevistados se há um *'tu' depois do teatro*, se consideram que passaram a ser reconhecidos pelos demais de uma outra maneira - ao que todos foram unânimes quanto à percepção de uma nova identidade social. Ésquilo afirma que o grupo de teatro pode ser encarado como exemplo a seguir, indo ao encontro do modo como são apelidados, a *finá flor da prisão*, a quem alguns reclusos recorrem para pedir auxílio no redigir de uma carta, no obter de uma opinião ou simplesmente na tentativa de uma aproximação.

Aristófanis expõe a sua opinião positiva, relativamente ao facto de ser encarado como uma pessoa diferente pós-teatro, dizendo: *“sim eu tenho percepção, inclusive me dizem que eu mudei muito desde que cá cheguei, hoje sou uma pessoa completamente diferente, para melhor. A Dra. Graça Neto foi a técnica de educação que me recebeu quando eu cá cheguei e sempre julgou que eu ia ser uma pessoa extremamente difícil dentro do estabelecimento pela minha*

postura quando cá cheguei. Não aconteceu nada disso, hoje olha para mim com outros olhos, e todas as pessoas que me conheceram nessa época...poderá ser pelo teatro, mas também poderá não ser só pelo teatro, poderá ser pela escola, poderá ser por ter mais idade, poderá ser por uma série de razões mas creio que para os outros, que eles vêem que o teatro me fez bastante bem.”

Tanto no discurso de Ésquilo como no de Aristófanes podemos constatar que o teatro contribui para a constituição de uma imagem positiva para os que nele participaram, possibilitando-lhes a aquisição de um certo *status*, que leva inevitavelmente ao aumento da auto-estima do indivíduo. Certo é que, se uns levam em conta tal *status* como um exemplo a seguir de participação, construção e empenho, outros encaram esse *status* como estando associado ao comungar com o sistema prisional. Haverá sempre dois lados da mesma moeda. Todavia, reafirmando o que se tem vindo a dizer, não importará compreender quem abraça o sistema ou quem luta contra ele. Urge encarar o sistema prisional como um espaço transitório que disponibiliza alguns instrumentos ao serviço do indivíduo dos quais este deverá ter o melhor usufruto e partido possível.

Conclusões

Todo o sujeito que entra na prisão para cumprir uma pena privativa de liberdade traz consigo uma socialização, sendo esta considerada como o processo pelo qual o indivíduo se encontrava integrado na sociedade, que terá funcionado, ora mais ora menos de acordo com as regras e valores da comunidade onde se encontrava inserido.

Apesar do recluso ter que adoptar novas regras e um novo *modus vivendi* na sua vida em reclusão, ao ser destituído em grande parte da sua identidade, atende-se ao princípio primordial do tratamento penitenciário que se funda na ressocialização do indivíduo. Porém, o recluso não é uma *tábua rasa* passível de ser completamente manipulada e erigida pelo sistema prisional, produzindo uma nova e adaptada socialização. Importa, antes de mais, combater então a dessocialização que ocorre durante a sua estadia na prisão, minorando os efeitos nefastos da mesma.

Assim, ao longo desta investigação, procurámos indagar se o teatro poderia ser um meio para a não-dessocialização do recluso.

A não-dessocialização é passível de ocorrer se privilegiarmos os laços que o indivíduo estabelece com o exterior e, apesar dos mais óbvios nos parecerem sempre os familiares, tivemos também em consideração todos os que se identificavam como comunicacionais. Não sendo possível promover o reatar do recluso com a sua vida pré-prisional, optámos por promover uma melhoria na qualidade de vida presente na reclusão, contribuindo para uma facilitação da vida pós-prisional.

Se pensarmos em tudo o que a prisão pode traduzir ao nível de perdas e no que o teatro pode trazer ao nível de benefícios, podemos estabelecer um balanço que, pretensiosamente, pretendemos positivo para o recluso.

No fundo, aquilo que pretendemos que seja um contexto para o potencial desenvolvimento, educação, socialização, acaba por ser um contexto cheio de contradições onde predomina uma enorme centralização de poderes, onde predomina a despersonalização do recluso, a sua não-autonomia e um fraco apelo à participação.

Aspira-se à socialização de pessoas, que provêm na sua grande maioria de meios desestruturados e pouco socializados, conforme os princípios que pretendem ir de acordo à coesão social.

Pretende-se gerar mudanças em indivíduos num contexto que se debate permanentemente na dualidade intrínseca de punir e reabilitar. Dois pólos opostos que muito dificilmente coabitam equitativamente no mesmo espaço, sem que a tendência seja que um se sobreponha grandemente ao outro, para aniquilar tensões.

Segundo Pinatel existe uma série de factores que tem contribuído para o fracasso dos programas de tratamento penitenciário, dirigidos a um dos objectivos primordiais da prisão: a reinserção ou ressocialização do delinquente. Dentro desses mesmos factores existem os extra-muros e os factores intra-muros.

A presente investigação focou-se primordialmente no contexto intra-muros, pelo que foi também a esse tipo de factores que demos especial relevo para corroborar a visão de Pinatel no que concerne ao fracasso de que tem sido alvo o Tratamento Penitenciário.

Deste modo, dos factores intra-muros é possível destacar “a conflitualidade nas prisões: distúrbios, tumultos, ajustes de contas que deterioram ainda mais o clima social da prisão, e constituem um sério problema para qualquer programa de tratamento”. (Caballero 1981 cit. in Barroso & Abrunhosa 1992: 71)

O teatro apresenta-se constituído como pelouro de actuação dos técnicos superiores de reeducação, encontrando-se assim já institucionalizado na prisão de Coimbra. Ao termos analisado tal pelouro, foi possível por um lado constatar que este contribui, ainda que de um modo superficial, para uma melhoria das relações, pelo que poderá estar simultaneamente a contribuir para diminuir o factor supracitado e para a não-dessocialização dos reclusos. Por outro lado, pudemos encarar o teatro como promotor da autonomia e auto-afirmação do indivíduo, indo ao encontro da visão de Lopez-Coira que menciona que:

“os treinamentos em habilidades sociais, o reforçamento positivo e diferencial das expressões socialmente apropriadas de auto-afirmação, para dar alguns exemplos, não parecem ser técnicas manipulativas ao serviço da classe dominante, nem reprodutoras dos valores da classe burguesa. São,

sem ir mais longe, potenciadoras da capacidade interna do sujeito” (Lopez-Coira 1992 cit. in Barroso & Abrunhosa 1992: 86).

Podemos então encarar tal actividade como propulsora do *empowerment* no indivíduo.

Os próprios actores presentes nesta investigação perceberam e valorizaram os aspectos positivos e benéficos decorrentes da actividade teatral, dentro dos quais sinalizaram: o contributo para o reformular do seu quotidiano, uma melhoria ao nível da linguagem e das relações interpessoais, mudança no auto-conceito e auto-estima e a possibilidade de diminuição de estigmas, através do contacto com pessoas vindas da sociedade exterior. Ao consciencializarem-se das vantagens inerentes a tal actividade e das competências adquiridas, sugerem como sendo de interesse da comunidade prisional, um alargar das possibilidades de participação, para que no futuro seja possível abranger um maior número de reclusos.

Embora na actualidade as peças desenvolvidas tenham a intervenção de um pequeno grupo de sujeitos, há ainda a considerar que, aquando das suas apresentações, o número de pessoas envolvidas aumentam significativamente como decorrência da presença do público constituído maioritariamente por reclusos. É assim possível dar-se uma *contaminação* positiva e, conseqüentemente, um contágio de atitudes e comportamentos benéficos no espaço prisional.

Uma vez que a actividade teatral em meio prisional já se constitui como um dos vários pelouros de carácter social, educativo e cultural, dentro da vasta área de intervenção dos técnicos superiores de reeducação, nos quais se inserem os assistentes sociais, pode-se destacar o teatro e a cultura como elemento constitutivo da reeducação social dos reclusos, vertente do tratamento penitenciário, que começa a dar os seus primeiros passos e que deve ser valorizada e enfatizada. Nesta matéria vão surgindo experiências, todavia há ainda um vasto campo a explorar.

Considerando a importância do teatro já estar constituído enquanto pelouro, deve-se continuar a promover a articulação deste com os restantes pelouros e fomentar o alargamento da equipa de intervenção, à semelhança do que aconteceu no Estabelecimento Prisional de Coimbra. Ou seja, abriu-se o

espaço prisional a uma diversidade de artes que se aliaram entre si, tal como o teatro, a literatura, a música e o canto, contribuindo cada vez mais para um aprofundamento da dimensão cultural e artística.

Propomos como tarefa futura, a realização de um regulamento do pelouro do teatro que defina aspectos relacionados com os critérios de selecção dos participantes, a dinâmica do grupo e a sua relação com o restante staff, nomeadamente com o grupo de guardas, definição de horários, entre outros.

Sublinha-se por fim o interesse da presente investigação, pelo seu carácter exploratório no âmbito do Serviço Social, como um “abrir caminho” para investimentos futuros, tendo em conta a raridade dos estudos que privilegiam simultaneamente a prisão, a intervenção do Serviço Social e as actividades sócio-culturais e educativas neste meio.

Referências Bibliográficas

- ADDAMS, J. (1990). *Twenty years at Hull House*; University of Illinois Press;
- ALVIM, F. (1983). “O Problema da Reintegração Social nos Delinquentes”. In *Cidadão Delinquente: Reinserção Social?* (pp. 89-99). Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- BAPTISTA, M. V. (2001). *A Investigação em Serviço Social*. Lisboa: CPIHTS – Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social.
- BARREIROS, J. A. (1983). “A Ressocialização e o Processo Penal”. In FIGUEIREDO, J., *Cidadão Delinquente: Reinserção Social?* (pp. 101-131). Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- BARROSO, J. & ABRUNHOSA, R. (1992). *Psicologia e Intervenção Social de Justiça*. Porto: APPORT.
- BELEZA, T. P. (1983). “A Reinserção Social dos Delinquentes: Recuperação da Utopia ou Utopia da Recuperação”. In FIGUEIREDO, J., *Cidadão Delinquente: Reinserção Social?* (pp. 159-173). Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- BENTO, A. (2003). *Teatro e Animação: Outros Percursos de Desenvolvimento Sócio-Cultural no Alto Alentejo*. Lisboa: Edições Colibri.
- BOAL, A. (1979). *Técnicas Latino-Americanas de Teatro Popular: Uma Revolução Copernicana ao Contrário*. São Paulo: HUCITEC.
- BRILHANTE, Maria João (Comissariado Científico) (s/d). *O que é o Teatro? Território Artes*; Ministério da Cultura – Direcção Geral das Artes.
- CARMO, H. e FERREIRA, M. M. (1998). *Metodologia de Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CHAMON, Edna e GOMES Jean (s/d). “Re-socialização Sob a Ótica de Seus Atores” – *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia* de 29 de Maio a 1 de Junho de 2007; Disponível em: www.sbsociologia.com.br consultado a 28 Janeiro de 2008.

- CONCILIO, Vicente (s/d). “Teatro e Prisão em Fogo Cruzado: Quando a Arte Promove Encontros e Derruba Preconceitos”; Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br//007/07concilio.htm> consultado a 10 de Maio de 2008;
- COSTA, A. F. (1986). “A Pesquisa de Terreno em Sociologia”. In A. S. SILVA, & J.M. PINTO, *Metodologia das Ciências Sociais*; (pp. 129-149). Porto: Edições Afrontamento.
- COSTA, A. S. (2004). “Teatro – Educação e Lucidade: Novas Perspectivas em Educação”. *Revista Faced*, 8, (pp.95-108).
- CRESPI, F. (1997). *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa. Editorial Estampa.
- CUNHA, M. I (2008). *Aquém e Além Da Prisão – Cruzamentos e Perspectivas*. Editora 90°.
- DIAS, N. F. (2006). *Trânsito – Performance Teatral em Contexto Prisional (E.P. de Coimbra_Portugal)*. [dissertação de investigação não publicada]. Coimbra: Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- DIAS, T. (2007). “Projecto Trans(form)art - A comunicação através da arte”. In *Práticas de Animação* (pp.1-9) Disponível em: revistapraticasdeanimacao.googlepages.com/Transformart.pdf consultado a 5 de Maio de 2009.
- DORES, A. P. (2003). *Prisões na Europa*. Oeiras: Celta Editora.
- DUBAR, P. (1997). *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Lisboa: Martins Fontes.
- ECO, H. (2005). *Como Se Faz Uma Tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Editorial Presença.
- EVANGELISTA, M. D. R. (1983). *Prisão Aberta: A Volta à Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora.
- FALEIROS, V. P. (1979). “Espaço Institucional e Espaço Profissional”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 1, (pp.137-152) São Paulo: Cortez Editora.

- _____ (1982). “Formas ideológicas da Participação”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 9, (pp.17-25) São Paulo: Cortez Editora.
- _____ (1985). “Serviço Social nas Instituições – hegemonia e prática”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 12, (pp.30-40) São Paulo: Cortez Editora.
- _____ (1986). “Alternativas Metodológicas da Pesquisa em Serviço Social”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 21, (pp.5-17) São Paulo: Cortez Editora.
- _____ (1989). “A questão da assistência social”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 30, (pp.109-126) São Paulo: Cortez Editora.
- FERREIRA, J.M. C., & PEIXOTO, J., & CARVALHO, A. S., & RAPOSO, R., & GRAÇA, J. C., & MARQUES, R. (1995). *Sociologia*. Alfragide: Editora McGraw-Hill.
- FIGUEIREDO, J. (1983). “Antecedentes Legislativos da Reinserção Social.” In FIGUEIREDO J., *Cidadão Delinquente: Reinserção Social?* (pp. 17-47). Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- FILHO, C. (2009). “Ressocializar ou Não-dessocializar, eis a Questão”. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5081/Ressocializar-ou-nao-dessocializar-eis-a-questao> consultado a 1 de Junho de 2009
- FILHO, W. (s/d) “Agente de Lazer: Uma Proposta de Ressocialização e Reeducação”. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/cd/resumos/263.pdf> consultado a 15 de Junho 2009
- FOUCAULT, M. (1987). *Vigiar e Punir*. Brasil: Editora Vozes.
- GOFFMAN, E. (1988). *Estigma – Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan.
- GOFFMAN, E. (2005). *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva.

- GONÇALVES, R. A. (1993). *A Adaptação à Prisão: Um Processo Vivido e Observado*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.
- GONÇALVES, R. A. (2000). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Quarteto Editora.
- GUERRA, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Príncípia.
- GUIDDENS, A. (1997). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LIMA, S. (2005). “Arquitetura Penitenciária: A Evolução do Espaço Inimigo”
Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp299.asp>
consultado a 10 de Março de 2008.
- LOPEZ – COIRA, M. (1992). “Reclusos y Guardianes: La Prisión Como Contexto”. In BARROSO, J. & ABRUNHOSA, R. *Psicologia e Intervenção Social de Justiça* (pp. 69-90). Porto: APPOINT.
- LÚCIO, A. L. (2008). *Educação, Arte e Cidadania*. Temas e Lemas.
- MARTINS, Guaraci (2006). “O Ensino do Teatro para além de um mero entretenimento”;Disponível em:
http://www1.fapr.br/Revista/PDF/GUARACI_DA_SILVA_LOPES_MARTIN_S.PDF Consultado em 10 de Maio de 2008
- MOREIRA, J.J.S. (1994). “Vidas Encarceradas: Estudo Sociológico de uma Prisão Masculina” In *Cadernos do CEJ*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- NEGREIROS, M. A. (1983). “Reforma do Direito Penal e Intervenção Social”. In FIGUEIREDO, J., *Cidadão delinquente: Reinserção social?* (pp. 147-157). Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- NEGREIROS, M. A., & MARTINS, A. (1999). *Serviço social profissão & identidade: Que trajectória?*. Lisboa/ S. Paulo: Veras Editora.
- NETO, A. N. (1997). *Descolonizando o Imaginário*. Plexus Editora: São Paulo.
- OLIVEIRA, T. D'. (2007). *Teses e Dissertações – Recomendações para a Elaboração e Estruturação de Trabalhos Científicos*. Lisboa: Editora RH.

- OEDT (2008). Relatório Anual 2008 Disponível em: http://www.min-saude.pt/NR/rdonlyres/D75BA77D-780C-49F9-AEA3-08BE05876B7D/0/EMCDDA_AR08_pt.pdf Consultado em 27 de Maio de 2009.
- PEREIRA, L. M. (1987). “Reinserção Social” in *POLIS 5 Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado: Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política*. São Paulo: Verbo (pp.283 – 291)
- PIMENTEL, A. M. F. (2001). *Acção Social na Reinserção Social*. Lisboa: Universidade Aberta.
- PIMENTEL, J. M. (1983). “Desafios ao Instituto de Reinserção Social”. In FIGUEIREDO, J., *Cidadão Delinquente: Reinserção Social?* (pp. 205-211). Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- PINTO, J. B. (1986). “A Pesquisa e a Construção da Teoria do Serviço Social”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 21(pp.47-54). São Paulo: Cortez Editora.
- POIRIER, J. & VALLADON, S. C. & RAYBAUT, P. (1999). *Histórias de Vida – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora
- QUIVY, R., & CAMPENHOUDT, L. V. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Editora.
- RIBEIRO, M. C. (1983). “A Reinserção Social de Delinquentes”. In FIGUEIREDO, J., *Cidadão Delinquente: Reinserção Social?* (pp. 51-67). Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- ROCHA, M. A. L. (1983). “A Reinserção Social do Delinquente: Utopia ou Realidade”. In FIGUEIREDO, J., *Cidadão Delinquente: Reinserção Social?* (pp. 69-87). Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- RODRIGUES, A. M. (1983). “Polémica Actual Sobre o Pensamento da Reinserção Social”. FIGUEIREDO, J., *Cidadão delinquente: Reinserção Social?* (pp. 175-204). Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- RODRIGUES, A. M. (1999). “Consensualismo e Prisão”; Disponível em: <http://www.gddc.pt/actividade-editorial/pdfs-publicacoes/7980-c.pdf> Consultado em 28 Janeiro de 2008

- RODRIGUES, A. M. (2000). *Novo Olhar Sobre a Questão Penitenciária*. Coimbra: Coimbra Editora.
- SEABRA, A. (1983). “Breves Notas Sobre a Punição do Crime Segundo o Novo Código Penal”. In FIGUEIREDO, J., *Cidadão delinquente: Reinserção social?* (pp. 133-145). Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- SOUSA, P. (2007). *Almas Encarceradas (E.P. de Coimbra_Portugal)*. [relatório de estágio não publicado]. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.
- TORRES, A. (2002). “Drogas e Prisões: ‘Relações Perigosas’”. In *Temas Penitenciários*, 8 e 9, Série II. Lisboa: DGSP. (pp.9-24).
- WACQUANT, L. (2000). *As Prisões da Miséria*. Oeiras: Celta.

Legislação Consultada:

- Decreto-Lei nº 26 643 de 28 de Maio de 1936;
- Decreto-Lei nº 40 876 de 24 de Novembro de 1956, Reorganização do Conselho Superior dos Serviços Criminais e da Direcção Geral dos Serviços Prisionais;
- Decreto-Lei nº 783/76 de 29 de Outubro, Lei Orgânica do Tribunal de Execução de Penas;
- Decreto-Lei nº 265/79 de 1 de Agosto, Execução de medidas privativas de liberdade;
- Decreto-Lei nº 268/81 de 28 de Março, Lei Orgânica dos Serviços Prisionais;
- Decreto-Lei nº 319/82 de 11 de Agosto
- Decreto-Lei nº 346/91 de 18 de Setembro, Conteúdo Funcional dos Técnicos Superiores de Reeducação;
- COSTA, J. F. (2000). *Código Penal*. Coimbra: Quarteto Editora.

Webgrafia:

www.dgsp.pt

www.idt.pt

Outras Fontes Documentais:

- DGSP, (1997, Fevereiro) *Prisões em Revista*, Ano 1, Nº1. Lisboa
 - DGSP, (1997, Abril) *Prisões em Revista*, Ano 1, Nº2. Lisboa
 - DGSP, (1997, Agosto) *Prisões em Revista*, Ano 1, Nº3. Lisboa
 - DGSP, (1997, Outubro) *Prisões em Revista*, Ano 1, Nº4. Lisboa
 - DGSP, (1998, Janeiro) *Prisões em Revista*, Ano 1, Nº5. Lisboa
 - DGSP, (1998, Abril) *Prisões em Revista*, Ano 2, Nº6. Lisboa
 - DGSP, (1998, Agosto) *Prisões em Revista*, Ano 2, Nº7. Lisboa
 - DGSP, (1998, Outubro) *Prisões em Revista*, Ano 2, Nº8. Lisboa
 - DGSP, (1998, Dezembro) *Prisões em Revista*, Ano 2, Nº9. Lisboa
 - DGSP, (1999, Março) *Prisões em Revista*, Ano 3, Nº10. Lisboa
 - DGSP, (1999, Junho) *Prisões em Revista*, Ano 3, Nº11. Lisboa
 - DGSP, (1999, Setembro) *Prisões em Revista*, Ano 3, Nº12. Lisboa
 - DGSP, (2000, Fevereiro) *Prisões em Revista*, Ano 4, Nº13. Lisboa
 - DGSP, (2000, Junho) *Prisões em Revista*, Ano 4, Nº14. Lisboa
 - DGSP, (2000, Setembro) *Prisões em Revista*, Ano 4, Nº15. Lisboa
 - DGSP, (2000, Dezembro) *Prisões em Revista*, Ano 4, Nº16. Lisboa
 - DGSP, (2001, Julho) *Prisões em Revista*, Ano 5, Nº18. Lisboa
 - DGSP, (2001, Outubro) *Prisões em Revista*, Ano 5, Nº19. Lisboa
 - DGSP, (2002, Abril) *Prisões em Revista*, Ano 5, Nº20. Lisboa
-
- UNAERP: “Mostra Fotografia “Aplausos no Cárcere” Será Aberta Neste Sábado à Visitação Pública”; Disponível em: http://pre.www.universia.com.br/noticia/materia_dentrodocampus.jsp?not=32149 Consultado em 11 de Julho de 2008.

Anexos e Apêndices

Lista de anexos

- Anexo I – Despacho de 21 de Janeiro de 2009, emitido pela DGSP
- Anexo II – Imagem do Teatro do Epidauro
- Anexo III – Mapa do Antigo Colégio de Tomar
- Anexo IV – Modelo Panóptico de Bentham
- Anexo V – Mapa antigo do Estabelecimento Prisional de Coimbra
- Anexo VI – Mapa esquemático das alas que compõem o Estabelecimento Prisional de Coimbra
- Anexo VII - Vista aérea do Estabelecimento Prisional de Coimbra
- Anexo VIII – Organograma da DGSP
- Anexo IX – Organograma do Estabelecimento Prisional de Coimbra
- Anexo X – Peça ‘(Re) Encontro com Poetas’
- Anexo XI – Notícia de Jornal sobre a Peça (Re) Encontro com Poetas
- Anexo XII – Peça ‘Os Mundos Novos do Mundo’
- Anexo XIII – Peça ‘O Achatamento do Brasil’

Anexo I

Despacho de 21 de Janeiro de 2009, emitido pela
DGSP



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS
Gabinete da Directora-Geral

DESPACHO

A lei orgânica da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, adoptou como modelo de organização interna para a área do tratamento penitenciário uma estrutura matricial agrupada por centros de competências, nomeadamente no âmbito da educação, animação sócio-cultural e desportiva, ensino e formação profissional, trabalho e preparação, em colaboração com a Direcção-Geral da Reinserção Social, da liberdade condicional e da liberdade para prova.

Nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, subjacente a este modelo organizacional está o desenvolvimento da actividade dos centros de competências por programas/projectos a serem aprovados por despacho do Director-Geral e posteriormente incluídos no Plano de Actividades da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

Por despacho de 30 de Abril de 2007, procedeu-se à identificação e definiu-se as áreas de intervenção dos seguintes centros de competências:

- Centro de Competências para a Educação e Dinamização Sócio-Cultural e Desportiva;
- Centro de Competências para o Ensino e Formação Profissional;
- Centro de Competências para Apoio à Reintegração Social.

Tendo presente as mais recentes linhas evolutivas do sistema prisional, entre as quais cumpre destacar o Projecto Global de Reorganização do Sistema Prisional, que inclui a implementação de um sistema progressivo por fases, torna-se agora necessário proceder à revisão da estrutura matricial para a área do tratamento penitenciário, de modo a que melhor responda às actuais exigências e desafios que se colocam ao sistema prisional.

Nestes termos determino:

1. São extintos os seguintes Centros de Competências:

- Centro de Competências para a Educação e Dinamização Sócio-Cultural e Desportiva;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS
Gabinete da Directora-Geral

- Centro de Competências para o Ensino e Formação Profissional;
- Centro de Competências para Apoio à Reintegração Social.

2. São criados os seguintes Centros de Competências no âmbito da estrutura matricial para a área do tratamento penitenciário:

- Centro de Competências para a Gestão do Acompanhamento Individual de Reclusos;
- Centro de Competências para a Dinamização e Gestão de Actividades;
- Centro de Competências para a Implementação e Gestão de Programas;

3. Sem prejuízo da necessária interdependência funcional, no âmbito da estrutura matricial do tratamento penitenciário e da articulação com os demais departamentos, as áreas de intervenção dos Centros de Competências agora criados são as seguintes:

3. 1. O Centro de Competências para a Gestão do Acompanhamento Individual de Reclusos (CCGAIR) desenvolve as actividades nas seguintes áreas de intervenção:

- a) Desenvolvimento e coordenação da implementação do Manual de Intervenção Técnica no âmbito do acompanhamento individual de reclusos;
- b) Apoio, acompanhamento e supervisão às equipas técnicas dos estabelecimentos prisionais no âmbito do acompanhamento individual de reclusos, nomeadamente nos seguintes domínios:
 - i) Acolhimento de reclusos;
 - ii) Avaliação de reclusos;
 - iii) Preparação, elaboração, execução e avaliação do plano individual de readaptação;
 - iv) Preparação e elaboração de pareceres e relatórios no âmbito da concessão de medidas de flexibilização da pena;
 - v) Elaboração de pareceres e relatórios e gestão de saídas administrativas e contactos com o exterior;
 - vi) Elaboração de relatórios para efeitos de concessão de liberdade condicional e para prova e antecipação da liberdade condicional;
 - vii) Elaboração de Relatórios de Indulto



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS

Gabinete da Directora-Geral

- c) Apoio, acompanhamento e supervisão às equipas técnicas dos estabelecimentos prisionais, no âmbito da preparação da liberdade condicional e para prova e da antecipação da liberdade condicional, em colaboração com a Direcção-Geral da Reinserção Social;
- d) Acompanhamento e supervisão da implementação do sistema progressivo por fases e dos mecanismos de progressão e regressão de reclusos;
- e) Coordenação e gestão da realização de estágios académicos nos estabelecimentos prisionais, na área do tratamento penitenciário;
- f) Coordenação e apoio à gestão em matéria dos recursos humanos afectos aos estabelecimentos prisionais, na área do tratamento penitenciário;
- g) Coordenação e monitorização do sistema integrado de informação e gestão da população prisional (SIP), no âmbito da respectiva área de intervenção;
- h) Desenvolvimento e coordenação do estabelecimento de parcerias e acordos de cooperação com entidades externas, nacionais ou de âmbito internacional, para implementação de projectos, no âmbito da respectiva área de intervenção;
- i) Recolha, tratamento de dados e produção de indicadores referentes às actividades desenvolvidas nos estabelecimentos prisionais, no âmbito da respectiva área de intervenção;
- j) Desenvolvimento de metodologias de monitorização e avaliação da eficiência e da eficácia das acções desenvolvidas nos estabelecimentos prisionais, no âmbito da respectiva área de intervenção;

3. 2. O Centro de Competências para a Dinamização e Gestão de Actividades (CCDGA) desenvolve as actividades nas seguintes áreas de intervenção:

- a) Promoção, coordenação e gestão do desenvolvimento, nos estabelecimentos prisionais, das seguintes actividades:
 - i) Actividades de carácter sócio-cultural e desportivo;
 - ii) Visitas de estudo e actividades afins;
 - iii) Programas de reinserção pela arte, nomeadamente no âmbito da expressão dramática ou artes plásticas;
 - iv) Desenvolvimento de ateliers de artesanato, actividades ocupacionais e actividades de natureza ergoterápica;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS

Gabinete da Directora-Geral

- b) Coordenação da implementação de projectos de voluntariado em meio prisional;
- c) Coordenação das actividades desenvolvidas nos estabelecimentos prisionais no âmbito da assistência religiosa a reclusos;
- d) Apoio técnico, coordenação da execução e avaliação dos projectos de âmbito sócio-cultural e desportivo desenvolvidos pelos estabelecimentos prisionais;
- e) Coordenação e gestão das actividades escolares e formativas dirigidas à população reclusa, visando a melhoria de competências e qualificações, e dos acordos com escolas e entidades formadoras nesse domínio;
- f) Dinamização, coordenação, acompanhamento e avaliação da implementação de novas modalidades de ensino e formação;
- g) Elaboração e gestão de Programas-Quadro estruturadores do desenvolvimento de actividades nos estabelecimentos prisionais;
- h) Dinamização, coordenação e gestão do desenvolvimento de actividades de cariz laboral por reclusos no interior dos Estabelecimentos Prisionais;
- i) Dinamização, coordenação, gestão e avaliação da execução de protocolos, parecerias ou acordos de cooperação com outras entidades, visando a colocação laboral de reclusos em postos de trabalho no exterior dos estabelecimentos prisionais, tendo em vista a preparação da liberdade;
- j) Promoção de estratégias de incremento da ocupação laboral da população reclusa, designadamente através da divulgação de bolsas de trabalho prisional, colóquios e outras acções no âmbito de acordos com outras entidades;
- k) Coordenação e monitorização do sistema integrado de informação e gestão da população prisional (SIP), no âmbito da respectiva área de intervenção;
- l) Desenvolvimento e coordenação do estabelecimento de parcerias e acordos de cooperação com entidades externas, nacionais ou de âmbito internacional, para implementação de projectos, no âmbito da respectiva área de intervenção;
- m) Recolha, tratamento de dados e produção de indicadores referentes às actividades desenvolvidas nos estabelecimentos prisionais, no âmbito da respectiva área de intervenção;
- n) Desenvolvimento de metodologias de monitorização e avaliação da eficiência e da eficácia das acções desenvolvidas nos estabelecimentos prisionais, no âmbito da respectiva área de intervenção;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS
Gabinete da Directora-Geral

3. 3. O Centro de Competências para a Implementação e Gestão de Programas (CCIGP) desenvolve as actividades nas seguintes áreas de intervenção:

- a) Desenvolvimento e coordenação da implementação de metodologias específicas de intervenção técnica, nomeadamente no que concerne:
 - i) À execução da prisão por dias livres ou em regime de semi-detenção;
 - ii) Ao acompanhamento de reclusos no decurso da execução de sanções disciplinares ou de medidas especiais de segurança;
 - iii) Ao acompanhamento de reclusos em situação de particular vulnerabilidade;
- b) Desenvolvimento, aperfeiçoamento, implementação e gestão de metodologias de avaliação de risco e de necessidades de reclusos;
- c) Preparação e acompanhamento de estudos e projectos de investigação desenvolvidos no âmbito de instituições de ensino universitário com impacto técnico-operativo directo na área do tratamento penitenciário;
- d) Coordenação da implementação de programas, com definição de problemáticas, grupos-alvo, objectivos, metodologias de intervenção, manuais de suporte, planos de implementação, planos de formação e supervisão técnica e metodologias de avaliação de eficiência e eficácia, dirigidos, nomeadamente:
 - i) À aquisição e reforço de competências pessoais e sociais;
 - ii) A grupos diferenciados de reclusos, nomeadamente jovens e idosos;
 - iii) A problemáticas criminais específicas, nomeadamente no âmbito dos delitos sexuais, da violência doméstica ou dos delitos estradais;
 - iv) Às problemáticas do desajustamento emocional e ao risco de auto-mutilação ou suicídio;
 - v) Ao desenvolvimento, nos estabelecimentos prisionais, de grupos de auto-ajuda;
 - vi) Ao desenvolvimento, pela população reclusa, de valores de cidadania e responsabilidade social;
 - vii) Ao desenvolvimento ético e moral dos reclusos e à consciencialização quanto ao impacto negativo dos crimes nas vítimas;
 - viii) Ao desenvolvimento de programas no âmbito da mediação com as vítimas e da justiça restaurativa.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS

Gabinete da Directora-Geral

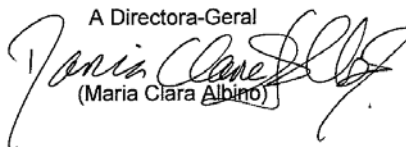
- e) Colaboração na implementação e coordenação de projectos e programas na área da saúde, designadamente em matéria de tratamento à toxicod dependência ou na área da saúde mental;
- f) Implementação e coordenação de projectos e programas específicos no âmbito do tratamento penitenciário, em articulação ou parceria com entidades externas, em especial com a Direcção-Geral da Reinserção Social, que criem ou reforcem redes de sociabilização e apoio social e promovam o processo de preparação para a liberdade de reclusos, nomeadamente no âmbito da empregabilidade ou da criação de casas de transição;
- g) Coordenação e monitorização do sistema integrado de informação e gestão da população prisional (SIP), no âmbito da respectiva área de intervenção;
- h) Desenvolvimento e coordenação do estabelecimento de parcerias e acordos de cooperação com entidades externas, nacionais ou de âmbito internacional, para implementação de projectos, no âmbito da respectiva área de intervenção;
- i) Recolha, tratamento de dados e produção de indicadores referentes às actividades desenvolvidas nos estabelecimentos prisionais, no âmbito da respectiva área de intervenção;
- j) Desenvolvimento de metodologias de monitorização e avaliação da eficiência e da eficácia das acções desenvolvidas nos estabelecimentos prisionais, no âmbito da respectiva área de intervenção;

4. O presente despacho produz efeitos a 1 de Fevereiro de 2009.

5. Dê-se conhecimento aos Senhores Subdirectores Gerais, Directores dos Estabelecimentos Prisionais e Dirigentes dos Serviços Centrais.

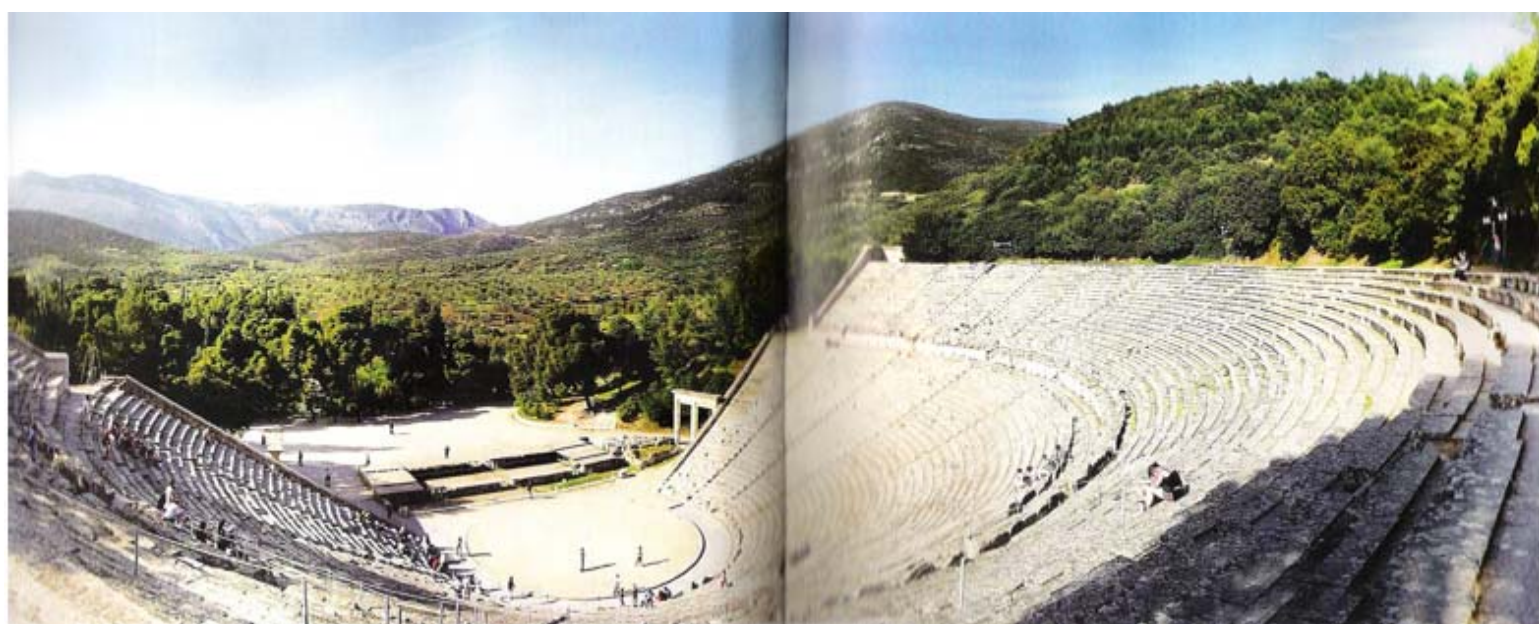
6. Dê-se ainda conhecimento ao Gabinete de Sua Excelência o Ministro da Justiça.

Em 21 de Janeiro de 2009,

A Directora-Geral

(Maria Clara Albino)

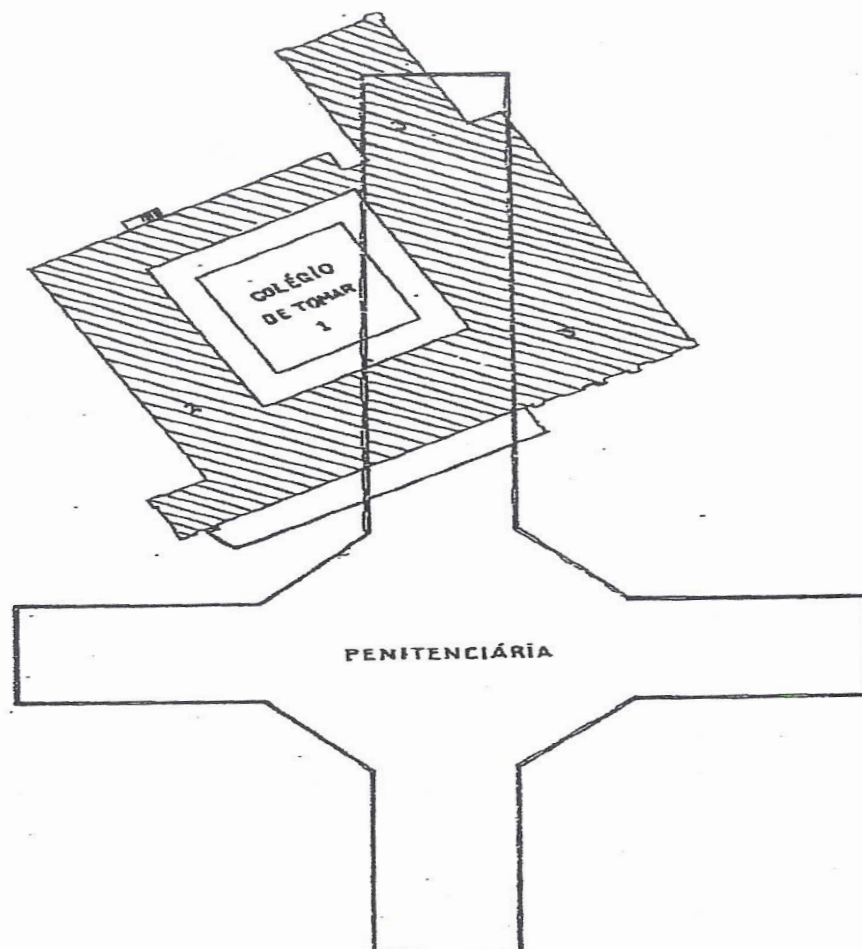
Anexo II

Imagem do Teatro do Epidauro



Anexo III

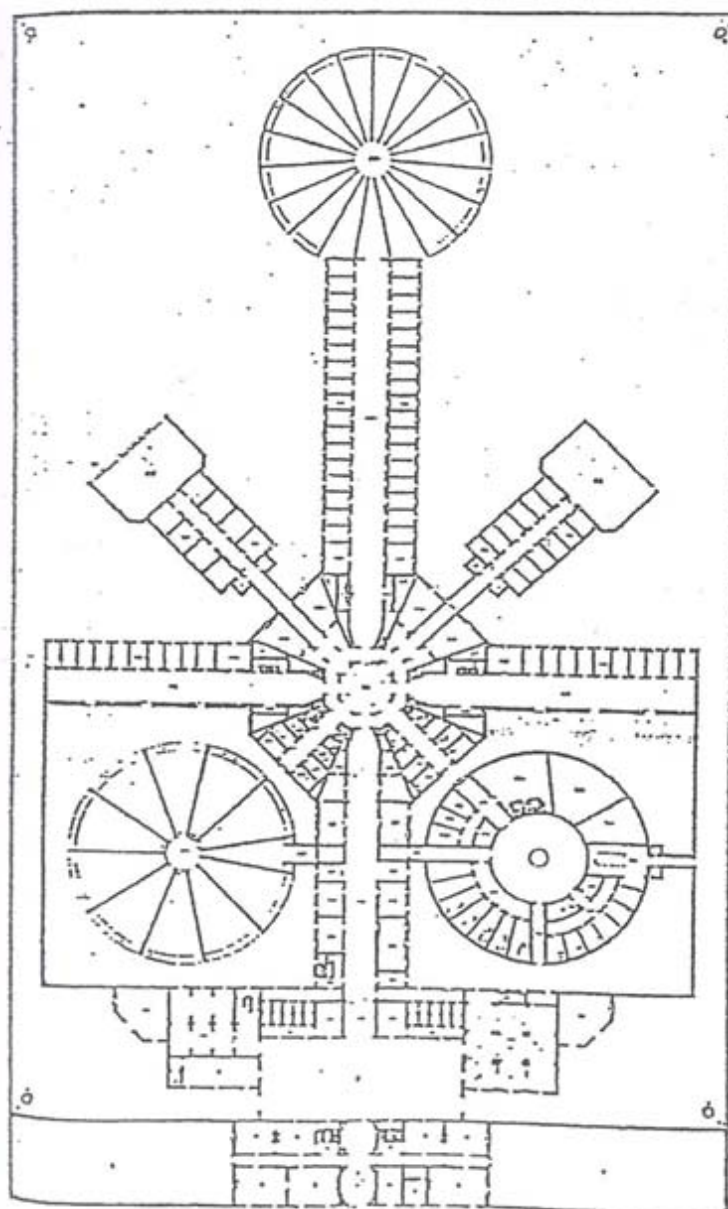
Mapa do Antigo Colégio de Tomar



PLANTA DO COLÉGIO DA ORDEM DE CRISTO ou DE TOMAR
 Claustro—2 Dormitório—3-3 Nave da igreja, transepto, capela-mor e sacristia
 Sobrepe-se-lhe a planta da Penitenciária,
 a indicar com precisão o local onde se erguia o Colégio

Anexo IV

Modelo Panóptico de Bentham



Sistema Panóptico de Bentham

Projecto de Penitenci-
rias Districtas e havendo
no qual se construíram
as Penitenciárias de
Coimbra e Santarém.

Foi seu autor o Eng.
Júlio Ferraz — 1873.

1.º Pavimento

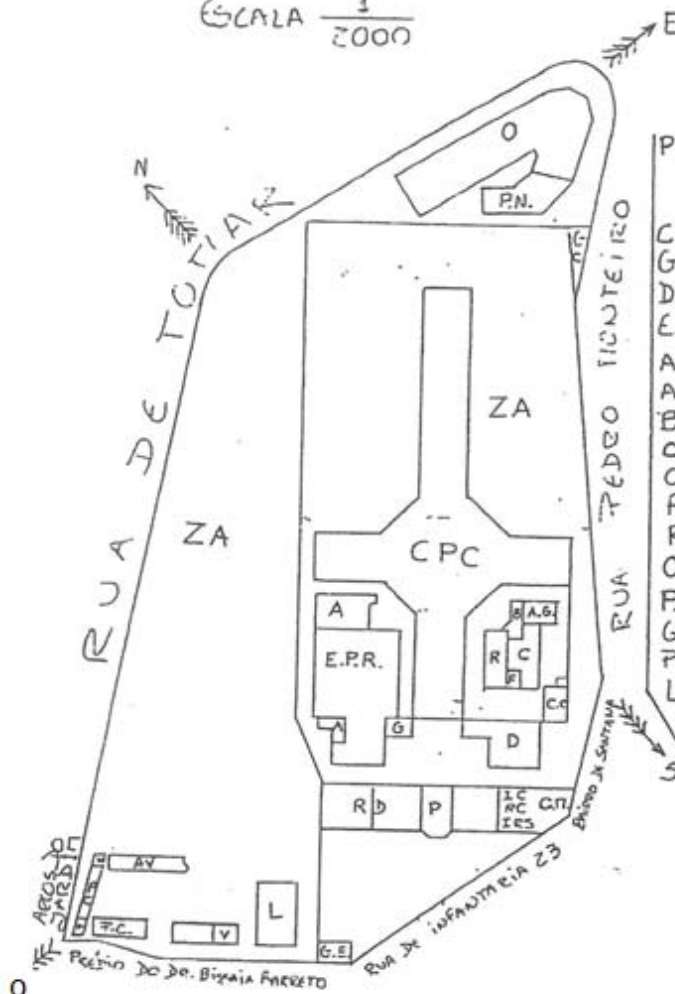
Anexo V

Mapa Antigo do Estabelecimento Prisional de Coimbra

(ESTABELECIMENTO PRISIONAL COIMBRA)

PLANTA

ESCALA $\frac{1}{2000}$

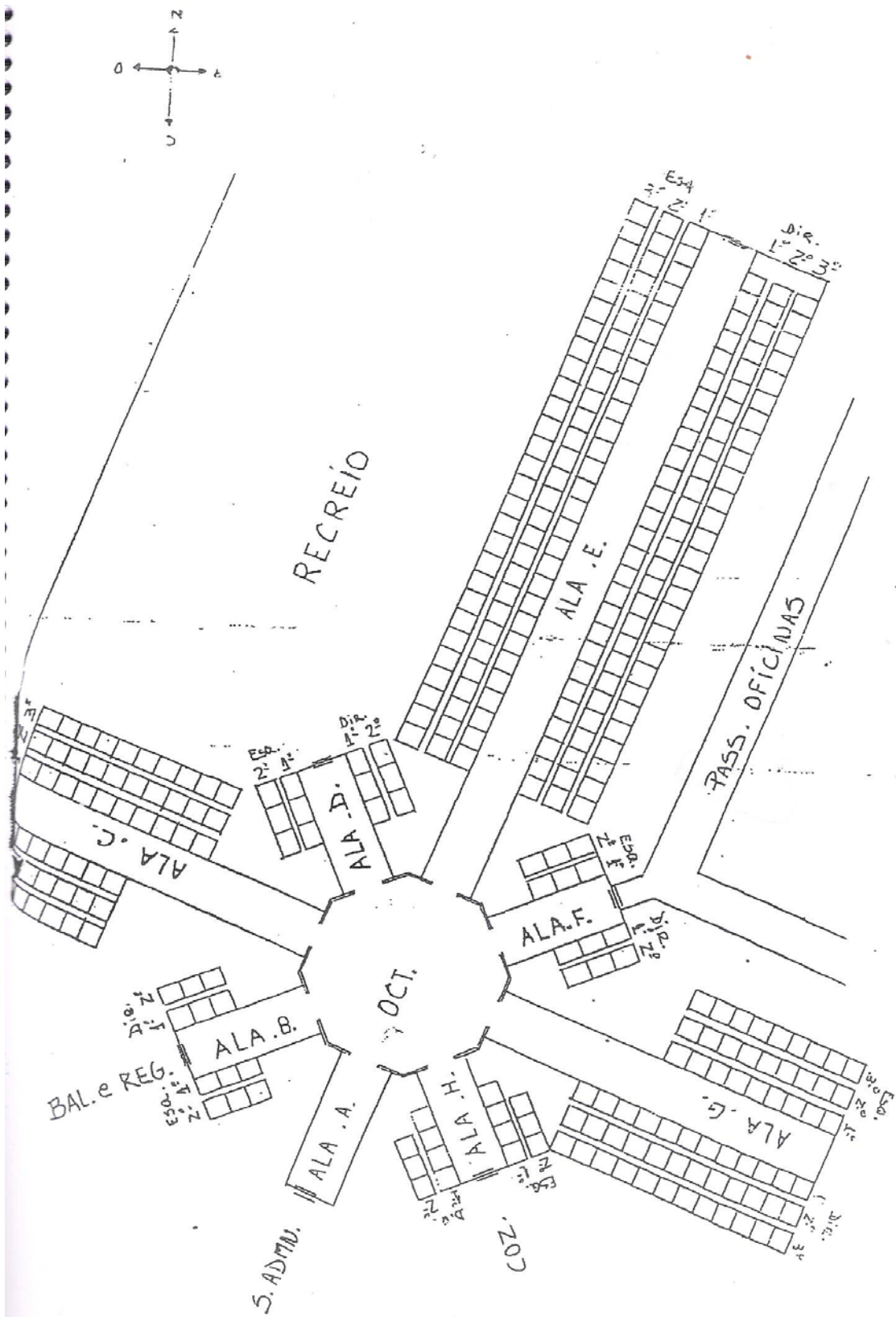


LEGENDA

- P - PORTARIA
- R.D - RESIDENCIA SR. DIRECTOR
 - I.C - INSTITUTO CRIMINOLOGIA
 - R.C - RESIDENCIA CADEIA DE GUARDAS
 - IRS - INSTITUTO REINTEGRACAO SOCIAL
 - C.M - CASTILHA E PLESE FUNCIONARIA
- C.P.C. - CADEIA PROPRIAMENTE DITA.
- G. - CASA DA GUARDA.
- D. - ANEXO PSIQUIATRICO.
- E.P.R. - ESTABELECIMENTO PRIS. REGIONAL
- A. - BANHEIROS.
- A.G. - ARMAZEM DE GENEROS.
- B. - BIBLIOTECA E SALA DE LEITURA.
- C. - COZINHA.
- C.C. - CASA DAS CALDEIRAS.
- F. - FUMEIRO.
- R. - REFEITORIO DE RECLUSOS.
- O. - OFICINAS.
- P.N. - PAVILHAO NOVO.
- G.E. - GARAGEM DE ENTRADA.
- P.C. - POCALGAS.
- L. - LAVANDARIA
- V. - VACA RIA.
- A.V. - AVIARIO.
- G.C. - GARAGEM DA CERCA.
- Z.A. - ZONA AGRICOLA.

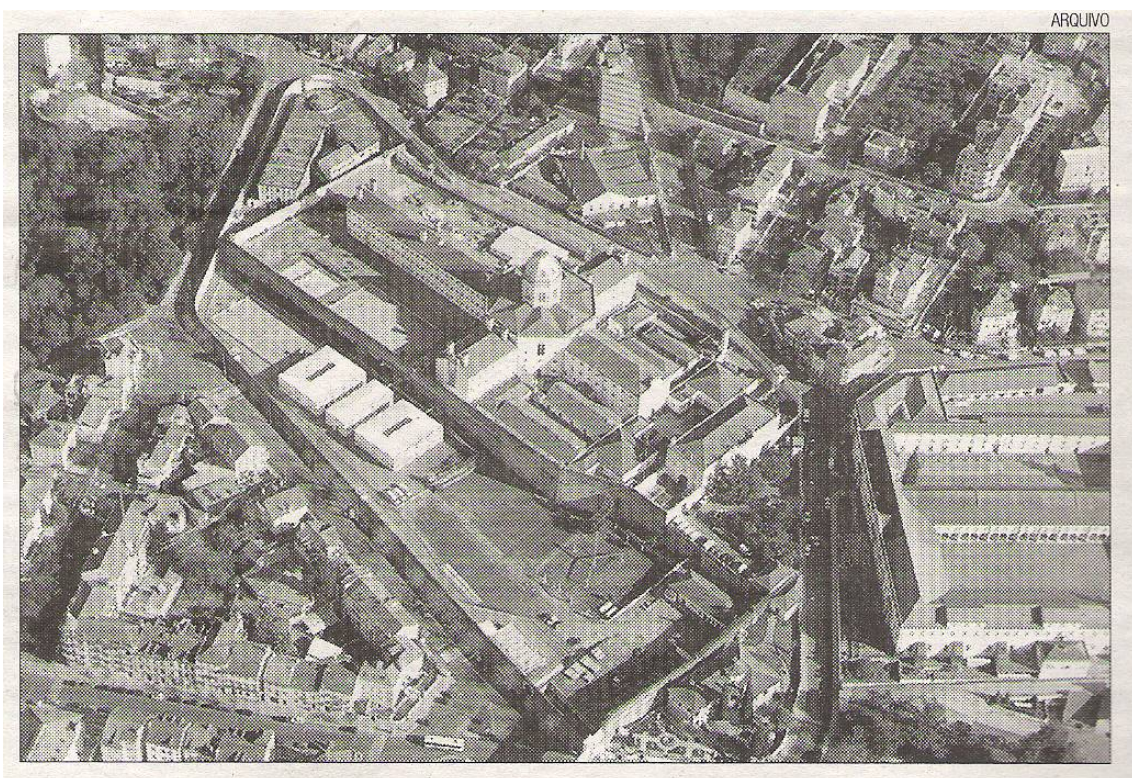
Anexo VI

Mapa esquemático das alas que compõem o
Estabelecimento Prisional de Coimbra



Anexo VII

Vista aérea do Estabelecimento Prisional de Coimbra



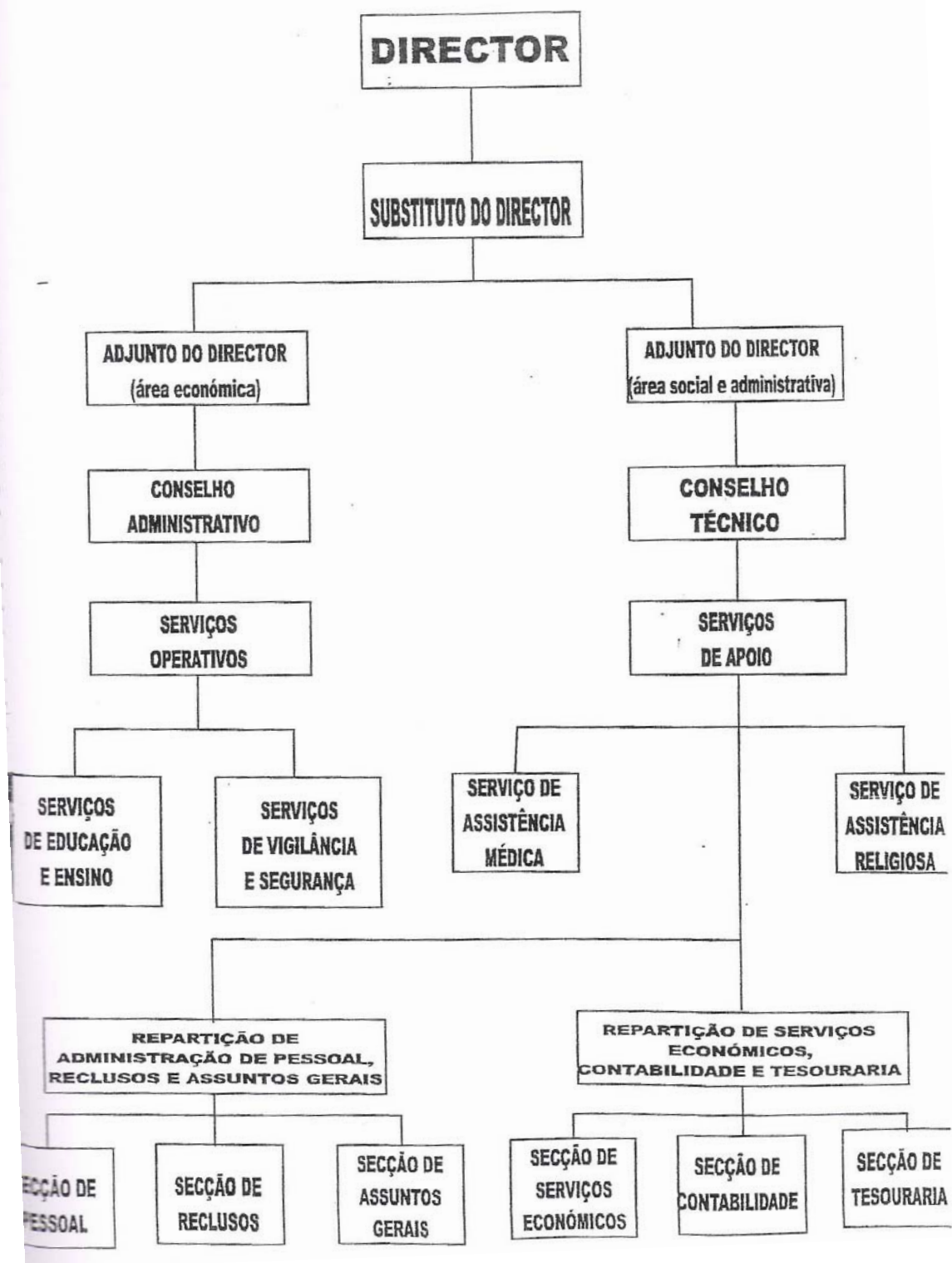
In Diário de Coimbra de 12 de Novembro de 2006

Anexo VIII

Organograma da DGSP

Anexo IX

Organograma do Estabelecimento Prisional de Coimbra



Anexo X

Peça '(Re) Encontro com Poetas'

(Re)encontro com os poetas

O visitante passeia pela exposição olhando os quadros, pára em frente ao quadro de D. Dinis e toca-lhe com a mão:

D. Dinis – Plebeu, como ousas tocar em minhas vestes reais? Acaso te esqueces que sou El-Rei D. Dinis, o Rei Trovador?

Visitante – O Rei Trovador, olhe que na escola aprendi que era o Rei Lavrador, por ter mandado plantar o pinhal de Leiria.

D. Dinis – Ignorante! Pois fica sabendo que fui um dos maiores e mais fecundos trovadores do meu tempo. Escrevi mais de 137 cantigas de amigo, de amor e de escárnio e maldizer.

Visitante – Não me diga que até sabia escrever?

D. Dinis – Fui o 1º Rei português não analfabeto e assinava todos os documentos com o meu nome completo.

Visitante – De facto consta que era muito culto e muito mulherengo também?

Gil Vicente – (sai do seu quadro) Ouvi falar em mulherengo? Quem El-Rei D. Dinis? Ora não! C'o Demo! Ouvi dizer que teve mais de nove filhos e de sua esposa só dois. Bem as enganava, com suas cantigas de amor.

D. Dinis – Oh Gil alcoviteiro, desta vez tendes alguma razão, mas não pensais que descurei meu Reino. Fundei a

Universidade de Coimbra, incentivei a agricultura, o comércio e a indústria e sempre me preocupei com o meu povo.

Fernando Pessoa – (sai também ele do seu quadro) É verdade! Até eu o reconheço na minha obra, “A Mensagem” : « Na noite escreve um seu cantar de amigo, o plantador de naus a haver ...»

Visitante – Já percebi. Afinal o Rei não foi só um grande poeta. E tu Gil Vicente, parece que também não te ficaste pelas rimas?

Gil Vicente – É verdade! Como sabeis vivi no reinado de D. Manuel I, que aliás, me mandou escrever autos para a corte, mas também fui ourives e mestre de balança.

Camões – (sai do seu quadro) Eu era muito novo, mas lembra-me que se dizia que havíeis feito a Custódia de Belém.

Visitante – Ainda hoje não se sabe ao certo. Certo, certo é que Gil Vicente é considerado o pai do teatro nacional.

Gil Vicente – Oh! Gentileza vossa. Agora que já morri, todos me acham talentoso, mas a minha obra só foi publicada porque meu filho Luís a compilou.

D. Dinis – Mas olhe que também se diz que era muito popular entre as mulheres?!

Gil Vicente – Oh! O que significa ser popular entre as mulheres. Eu andava pelo teatro, as actrizes queriam papéis.

Sabeis como é, conversa doce para cá, jantarzinho para lá e citando a minha querida Inês Pereira: «Pois assim se fazem as cousas».

Bocage (também saindo do seu quadro diz) – Ah! Vocês os dois, saíram-me melhor que a encomenda. Contém lá! Contém lá!

Gil Vicente – Nada mais acrescento porque homem avisado nunca fala publicamente das suas relações privadas a fim da manter intacta a máscara das públicas virtudes.

Bocage – Está bem! Já vi que o assunto não lhe interessa. Mas olha que o Camões também foi homem de muitos amores.

Camões – Ai! O amor valeu-me o desterro, mas amaria sempre e mais porque «amor é fogo que arde sem se ver, é ferida que dói e não se sente»

Florbela Espanca – (saindo do seu quadro) Até que enfim que dizem alguma coisa de jeito. Eu passei a minha curta vida a cantar o amor e não me arrependo. Nasci a 8 de Dezembro de 1894 e no mesmo dia do ano de 1930 acolhi a Morte. Se tivesse vivido noutra época, todos teriam entendido o meu desassossego. Toda a Vida procurei o amor sem nunca realmente o encontrar.

Fernando Pessoa – (entrando em cena) Afinal parece-me que todos fomos de alguma maneira atraídos pelo amor, esse enigma que nos consumiu a alma e que todos perseguimos.

Bocage – Não há maior enigma maior depois do Amor que tu próprio, oh Pessoa!

Visitante – (falando para Pessoa) Por isso criou tantas vidas diferentes através dos teus heterónimos e escreveu sem cessar?

Fernando Pessoa – « Viver não é necessário, o que é necessário é criar». A minha vida nada teve de surpreendente. Foi triste e insípida. Hão-de convir que ser tipógrafo, tradutor e correspondente comercial nada tem de criativo. Por isso me dediquei tanto à escrita.

Camões – Mas mui surpreendentes são os seus poemas, há-de convir!

Fernando Pessoa – Talvez, mas como diria o meu amigo Alberto Caeiro « Se depois de eu morrer, quiserem escrever a minha biografia, não há nada mais simples. Tem só duas datas – a da minha nascença e a da minha morte. Entre uma e outra, todos os dias são meus».

Florbela Espanca – Como eu o entendo, meu amigo.

Fernando Pessoa – Eu sei «alma sonhadora, irmã gémea da minha», que eu não esqueci na minha poesia.

Visitante – Bem, bem. Isto está a ficar muito melancólico e se falássemos de coisas mais divertidas?

Bocage – Sim, sim, se deixarmos o Pessoa e a Florbela cavaquear, não tarda nada estamos todos a chorar.

Visitante – Lá está você a agradecer, ficou-lhe o jeito da vida de boémia que levou, sempre a criticar os costumes e a sociedade da sua época.

Bocage – É verdade e isso valeu-me a prisão no Limoeiro e no calabouço da Inquisição. Ai!! Aquele Pina Manique!... Tinha-me um ódio! Imaginem que dizia que eu era desordenado nos costumes.

Gil Vicente – Censura e Inquisição! Que Flagelo! Felizmente que já não vivi tempo suficiente para sofrer na carne e no espírito essa injúria. Foram os meus filhos que enfrentaram os esbirros do Santo Ofício.

D. Dinis – No meu tempo não se falava de tal coisa. Também eram tão poucos os que sabiam escrever. A cultura era privilégio do clero e de alguns nobres. Mesmo assim, com toda essa censura quem me dera ter vivido no vosso tempo.

Camões: É. Mas olhe que a Santa Inquisição desgraçou a cultura portuguesa entre o séc. XV e o séc.XIX.

Ary dos Santos – (entrando em cena) Acrescentem aí o séc. XX, ou acham que a censura acabou com o fim da inquisição. Andaram por cá muitos ditadores que temiam as palavras de poetas e escritores. Muitos foram presos e torturados por ousarem escrever contra a Ditadura.

Fernando Pessoa – Isso é verdade, até eu fui alvo dela. A ditadura militar censurou muitos dos meus poemas.

Visitante – Meus Senhores, deixem-me dizer-vos que esses tempos acabaram em 25 de Abril de 1974.

Ary dos Santos – Felizmente! O nosso povo é livre. « agora que já floriu a esperança na nossa terra, as portas que Abril abriu nunca mais ninguém as cerra.»

D. Dinis – É verdade que fizeram uma revolução só com cravos, em nome da Liberdade?

Ary dos Santos – O Povo saiu à rua e gritou “ Liberdade! Liberdade! E cantou ... « Agora o Povo unido nunca mais será vencido».

Bocage – Ai! O que eu dava para viver esse Abril. Eu que cantei a Liberdade com tanto fervor.

« Liberdade, onde estás? Quem te demora?
... Oh! Venha ... Oh! Venha e trémulo descaia
despotismo feroz, que nos devora!

Movam nossos grilhões tua piedade;
Nosso númen tu és, e glória, e tudo,
Mãe do génio e do prazer, oh Liberdade!

Visitante – Afinal também escreveu coisas sérias. Sr. Gil Vicente afinal o único humorista aqui é o Senhor?

Gil Vicente: Valha-me Deodato e Belzebu! Gosto de fazer humor mas detesto ser engraçado. Saiba que o riso é uma arma para castigar os costumes. Ou não somos nós desde a Literatura Medieval mestres no escárnio e mal dizer. Não é assim, Sua Magestade?

(D. Dinis acena que sim com a cabeça)

Camões – Quisera eu ter escrito com humor, mas cedo a desgraça entrou na minha vida. « A fúria rara de Marte» vazou-me um olho em Ceuta e a vida desregrada que levei embarcou-me para a Índia, terra « madrasta de todos os homens honestos».

Bocage – E em Macau ias perdendo os Lusíadas.

Floribela espanca – sem dúvida a maior obra da nossa língua.
Ai! Como é bela a descrição da Ilha dos Amores.

Bocage – (para Camões) Tal como eu morreste sem atingir a glória.

« Ai Camões, grande Camões, quão semelhante acho teu fado ao meu quando os cotejo!
Igual causa nos fez perdendo o Tejo
Arrostar co sacrílego gigante...

Modelo meu tu és... Mas, ó tristeza!...
Se te imito nos transes da ventura,
Não te imito nos dons da natureza.

Camões (altivo) – Ainda bem que reconheces que não me imitas no dom.

Ary dos Santos – Bem se diz que ele era altivo. E se soubesse a fama que tem em todo o mundo ninguém o aturava cá em cima.

D. Dinis – E eu é que sou Alteza real!

Visitante – Bem meus senhores não percam a compostura, não se esqueçam que pertencem ao grupo dos grandes poetas portugueses. Muitos outros mereciam estar aqui.

Fernando Pessoa – De certo! Ouvi dizer que têm agora um notável escritor que até foi Nobel da literatura e que também é um grande poeta.

Ary dos Santos – Quando ele cá chegar logo se vê. Todos somos poetas, meus senhores!

Florbela Espanca – « E ser poeta é ser mais alto, é ser maior
Do que os homens!...
... É ter de mil desejos o esplendor
É ter garras e asas de condor!»

Bocage – A rapariga é bonita e tem jeito para a poesia.

Camões – «Chove nela graça tanta
Que dá graça à fermosura
Vai fermosa e não segura.»

Visitante – Já estais no galanteio, não lhe perdestes o jeito.

Bocage – Nada disso, é só um elogio. Ela nada se compara à minha grande amiga Marquesa de Alorna. Essa sim.

Visitante – Pois é. Bem se diz que frequentava as sumptuosas festas da Marquesa.

Bocage – Não é para me gabar, mas apesar da minha humilde condição, também andei pelos salões nobres da época.

E que festas aquelas! Mas o Camões teve a mesma sorte, até consta que foi íntimo da irmã de D. Manuel I.

Visitante – Sabias disto Gil Vicente? tu que eras protegido do Rei.

Gil Vicente – Quando eu morri, acho que em 1540, Camões era um jovem de 16 anos. Nunca me cruzei com ele na corte.

Visitante – Pois é também pertencias ao jet-set da época, no entanto a linguagem que usavas era bem popular, até com palavrões.

Gil Vicente – Os registos de linguagem são para serem entendidos por todas as pessoas. O jet set do meu tempo resumia-se à corte real. Psiu Psiu, chegue-se aqui para eu lhe contar um segredo. Sabia que aquilo que você considera palavrões era para o jet set da nossa corte um fino linguajar, muito in. Ah! Ah! ah!

Gil Vicente (olhando para Bocage) – Sr Bocage não é verdade que as melhores anedotas sobre portugueses são escritas por portugueses. Ou será que a tradição já não é o que era.

Fernando Pessoa – muitas anedotas se atribuem a Bocage, sem ele ser o seu autor. Ele era um homem culto, conhecedor do francês e do latim, não se perderia com tais obscenidades.

Ary dos Santos – O poeta deve ser livre e usar a palavra como uma arma, seja ela erudita ou palavrão. Eu usei muitas vezes como arma de intervenção e não me arrependo.

Florbela espanca – Os sentimentos podem ser expressos com todas as palavras, o que importa é dizermos o que nos vai na alma.

Fernando Pessoa – Sempre sonhadora, nem parece que foi a primeira mulher a cursar direito na universidade de Lisboa.

Florbela Espanca – Como dizia o nosso amigo o poeta é um fingidor, finge sempre, finge tão completamente que chega a fingir que é dor, a dor que deveras sente.

Ary dos Santos – Ah! Não me venham dizer
que é fonética a poesia
Serei tudo o que disserem
Por temor ou negação
Serei tudo o que disserem
Poeta castrado, não!
(E regressa ao quadro)

Visitante – Adeus Ary agora mais ninguém cerra as portas que Abril abriu!

Fernando Pessoa – (regressando ao quadro)
Dizem que finjo ou minto
Tudo que escrevo não
Eu simplesmente sinto
Com a imaginação
Não uso o coração
Sentir? Sinta quem lê.

Visitante – Adeus Pessoa, Caeiro, Álvaro Campos, Ricardo Reis e tantos mais.

Florbela Espanca: E há cem anos que eu era nova e linda!
E a minha boca morta grita ainda
Porque chegaste tarde, ó meu amor?
(devagar segue para o quadro)

visitante - A cantar o amor até à morte.

Bocage - Já Bocage não sou à cova escura
Meu estro vai parar desfeito em vento
Eu aos céus ultrajei! O meu tormento
Leve me torne sempre a terra dura

Gil Vicente -
Saibam quantos são nascidos
Que sentença eu lhes daria:
Que contra a morte e o amor
Não há qualquer valia.

D. Dinis - Ai flores, ai flores do verde pingo
Se sabedes novas do meu amigo
Ai, deus, e u é?
Se sabedes novas do meu amigo
Aquel que mentiu do que pôs comigo?
Ai, deus, e u é?

Camões - pois é amigos
Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades

Continuamente vemos novidades.

Diferentes em tudo da esperança
Do mal ficam as mágoas na lembrança
E do bem, se algum houve, as saudades

Visitante – Saudades sentimos de quem não está presente, de quem para sempre se fez ausente,
Mas de vós Poetas do meu País, dos melhores entre os maiores
Saudades nunca teremos
Pois sempre que a lembrança nos trazer tal sentimento.
Basta abrir um livro... e num momento
Eu começo a Recordar.

Anexo XI

Notícia de Jornal sobre a Peça (Re) Encontro com Poetas

Espectáculo surpreende pela qualidade

Reclusos vestem a pele de poetas

CARLOS APALUJO



Os dias mundiais da poesia e do teatro foram ontem assinalados no Estabelecimento Prisional de Coimbra, onde reclusos deram vida a Camões, Pessoa, Bocage ou Florbela Espanca, entre outros. Laborinho Lúcio, ex-ministro da Justiça, revelou-se surpreendido com a qualidade artística do espectáculo.

Página 5

In Diário de Coimbra de 24 de Março de 2007

Dias Mundiais da Poesia e Teatro evocados no Estabelecimento Prisional de Coimbra

Reclusos e grandes poetas

Reclusos do Estabelecimento Prisional de Coimbra (EPC) vestiram ontem a pele de grandes poetas da literatura portuguesa. O objectivo foi evocar os Dias Mundiais da Poesia e do Teatro

PAULO CRIVANTAS

Reclusos do EPC representaram ontem alguns dos maiores vultos da literatura portuguesa, numa iniciativa que pretendeu evocar o Dia Mundial da Poesia (21 de Março) e o Dia Mundial do Teatro (27 de Março), e que permitiu fazer uma retrospectiva da poesia portuguesa, desde a Idade Média até à actualidade.

Denominado "(Re)Encontro com Poetas", o espectáculo revelou pedaços da vida e obra de Camões, Fernando Pessoa, Bocage, D. Dinis, Florbela Espanca, Gil Vicente e Ary dos

CARLOS APALLO



Fernando Pessoa e Camões foram dois dos sete poetas evocados pelos reclusos do EPC

Santos. Em simultâneo, deu-se a conhecer a qualidade do trabalho desenvolvido pelas técnicas que trabalham junto da comunidade prisional. Como dizia o juiz conselheiro

«Houve uma expressão física neste Bocage que é difícil encontrar noutra representação», exemplificou.

Convidado a falar sobre o teatro, uma das suas paixões, o juiz conselheiro desvalorizou a polémica em torno do fecho de várias salas emblemáticas. «Podem fechar, mas há uma coisa que nunca vai fechar: o teatro», sublinhou. E que melhor exemplo que a biblioteca do EPC, que não sendo uma sala de espectáculos, acolheu um «verdadeiro momento de liberdade», que o teatro tão bem proporciona.

Também Regina Rocha, a outra convidada de honra, elogiou o enquadramento dos textos dos poetas retratados. «Estes actores foram realmente actores», vincou a professora e autora de manuais de língua portuguesa, adiantando que «a poesia é a essência da vida».

In Diário de Coimbra de 24 de Março de 2007

Anexo XII

Peça 'Os Mundos Novos do Mundo'

Os Mundos Novos do Mundo

Narrador – Esta é a Nau S. Gabriel
Que muito vos vai ensinar
Desde a Largada no Restelo
Até à Ásia chegar

Marinheiro 1 – Bom dia capitão, já estamos mui longe de terra
e mui ainda há para navegar.

Vasco da Gama – Sim, corajoso marinheiro e para que todos conheçam
as aventuras e desventuras da nossa viagem,
Álvaro Velho as irá registar.

Álvaro Velho – O capitão mor desta armada era Vasco da Gama,
amigo de infância de D. Manuel “O Venturoso”.

Marinheiro 1 – “O Venturoso”?

Marinheiro 2 – Sim, foi o povo que lhe deu este cognome,
pela sua sorte em se tornar Rei de Portugal
e continuar a obra começada por D. João II

*Braços cruzados, fita além do mar.
Parece em promontório uma alta serra –
O limite da terra a dominar
O mar que possa haver além da terra*

*Seu formidável vulto solitário
Enche de estar presente o mar e o céu
E parece temer o mundo vário
Que ele abra os braços e lhe rasgue o véu*

Álvaro Velho – E que empreendedor. Além de organizar viagens
Marítimas também organizou expedições ao interior
Do continente Africano.
E ainda planeou uma viagem por mar até à Índia.

Marinheiro 1 – Ah! Está bem, mas não te esqueças Álvaro de apontar os nomes das
Naus que constituem esta armada.
S. Gabriel, S. Rafael, Bérrio e uma naveta onde vão os mantimentos.
Todas estas são feitas com as melhores madeiras das nossas matas

Portuguesas.

Álvaro Velho – Bérrio? Não é S. Miguel?

Vasco da Gama – tens razão em dizer S. Miguel, D. Manuel comprou-a com o nome
De Bérrio, nome de seu antigo proprietário.
Tentou rebaptizá-la de S. Miguel mas este não perdurou, ou melhor
Pegou.

Marinheiro 2 – Saudades, eternas saudades
Levo no meu pensamento a imagem da nossa Largada

*A gente da cidade, aquele dia,
(uns por amigos, outros por parentes
Outros por ver somente) concorria,
Saudosos na vista e descontentes.
E nós, co a virtuosa companhia
De mil religiosos diligentes,
Em procissão solene, a Deus orando,
Pera os batéis viemos caminhando.*

Álvaro Velho – A corte, padres, centenas de mulheres e crianças,
Uns choravam, outros rezavam a Deus para que
a viagem terminasse em bem.

Vasco da Gama – E aqueles outros que discordavam da investida.
Pois Portugal já tinha descoberto terras suficientes.
Para quê procurar problemas e correr mais riscos?

Narrador – E era verdade, até Camões escreverá nos Lusíadas acerca desta ambição
“Ó glória de mandar
Ó vã cobiça
Desta vaidade
A quem chamar fama”

Marinheiro 1 – Içar velas, Terra,
Viva finalmente Terra.

Marinheiros (todos) – Urra! Urra!
Festa erga-se a Bandeira,
Dê-se voz ao canhão,

Sta Helena.

Álvaro Velho – Uns ficaram a remendar as velas,
Outros limpavam as naus
e ainda outros foram buscar água e lenha.

Vasco da Gama - Pois eu vou aproveitar para mostrar a esta gente
De pele mais escura alguns produtos e verificar
Se os conhecem.
Ui! Tão barulhentos, estes gritos parecem-me de satisfação.
Olhem, reparem, ainda vestem as peles dos animais que comem.
Tanta coisa diferente, embora os cães ladrem da mesma maneira
Que em Portugal.

Narrador - E após esta pequena paragem, lá continuaram os nossos corajosos
Marinheiros, cientes que iriam enfrentar grandes tempestades
Ao largo do Cabo das Tormentas.

Marinheiro – Capitão os ventos estão fortes.
*Os ventos eram tais, que não puderam
Mostrar mais força de impeto cruel,
Se pera derribar então vieram
A fortíssima Torre de Babel.
Nos altíssimos mares, que cresceram,
A pequena grandura dum batel
Mostra a possante nau, que move espanto,
Vendo que se sustém nas ondas tanto.*

Vasco da Gama – Depressa é preciso recolher as velas
Antes que a tempestade nos apanhe.

Todos Marinheiros – Valha-nos Nosso Senhor

...parece um gigante a soprar
Que tamanhas tormentas.

*O mostrengo que está no fim do mar
Na noite de breu ergueu-se a voar;
À roda da nau voou três vezes,
Voou três vezes a chiar,
E disse: “Quem é que ousou entrar
Nas minhas cavernas que não desvendo,
Meus tectos negros do fim do mundo?”
E o homem do leme disse, tremendo:
“El-Rei D. João Segundo!”*

*“De quem são as velas onde me roço?
De quem as quilhas que vejo e ouço?”
Disse o mostrengo, e rodou três vezes,
Três vezes rodou imundo e grosso.
“Quem vem poder o que só eu posso,
Que moro onde nunca ninguém me visse
E escorro os medos do mar sem fundo?”
E o homem do leme tremeu, e disse:
“El-Rei D. João Segundo!”*

*Três vezes do leme as mãos ergueu.
Três vezes ao leme as repreendeu,
E disse no fim de tremer três vezes:
“Aqui ao leme sou mais do que eu:
Sou um Povo que quer o mar que é teu,
E mais que o mostrengo, que me a alma teme
E roda nas trevas do fim do mundo,
Manda a vontade, que me ata ao leme,
De El-Rei D. João Segundo!”*

Frei – Senhor Deus, valei-nos

Oremos irmãos.

Marinheiro 1 – vamos morrer...

Vasco da Gama – Parece que o pior já passou,
Olhem o céu está menos carregado
E surgiu um arco-íris completo.

Marinheiro 2 – Cinco dias de tempestade e tantos colegas ao mar.

Vasco da Gama – E agora, a partir de aqui estamos em branco.
Deixámos o Atlântico e entrámos no Índico.

*“Eu sou aquele oculto e grande Cabo
A quem chamais vós outros Tormentório,
Que nunca a Ptolomeu, Pompónio, Estrabo,
Plínio, e quantos passaram, fui notório.
Aqui toda a Africana costa acabo
Neste meu nunca visto Promontório,
Que pera o Pólo Antártico se estende,
A quem vossa ousadia tanto ofende!”*

Narrador – E a viagem prosseguia.

Marinheiro 1 – Terra à vista.

Marinheiro 2 – Içar velas

Vasco da Gama – Lançar âncora, finalmente terra, viajamos há tantos meses.

Narrador – Em S. Brás, costa oriental de África, queimaram a naveta de mantimentos.
Mas nem tudo foram tristezas, durante esta paragem, os negros tocavam flauta e dançavam em terra, enquanto os navegadores tocavam trompetas e dançavam alegremente a bordo.

Álvaro Velho – e os dias vão passando, é Dezembro e pela frente só o Mar desconhecido.
Medo, inquietação, cansaço e assim o ambiente se vai tornando cada vez mais pesado.

Vasco da Gama – Calma meus marinheiros, deixem de se amotinar, à Índia iremos chegar.

Marinheiro 1 – está bem, mas e estas gengivas que não me cabem na boca, maldito Escorbuto.

Marinheiro 2 – Pelo menos ainda estás vivo, outros não tiveram a mesma sorte.
E pelo que vejo, estás a recuperar. Sim pois tens descansado e comido melhor.
Estrela Polar, Estrela Polar.

Álvaro Velho – Estávamos novamente no Hemisfério Norte.

Marinheiro 1 – já vejo Terra...

Álvaro Velho – Em Melinde foi bem recebido pelo Rei e seus súbditos.
E nesta etapa obtivemos como prenda um piloto Mouro
Competente para nos ajudar a chegar ao nosso destino.

Piloto – Eu não vos disse? Cá estamos.

Marinheiros – Chegámos, chegámos,
Índia, Índia,
Obrigado Primavera, viva o mês de Maio.

Vasco da Gama – Lançar âncora.

*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma (...)*

Marinheiro 1 – Bravo! Já não posso com tanto azul ondulante.
Agora é que vou ter tempos livres, pois estes aqui na
Nau são sempre iguais.
Ouvir as histórias do frei e seus teatros religiosos,
Procissões e touradas.

Marinheiro 2 – Eh! Eh! Eh!
E amigo não te esqueças de que o touro eras sempre tu.

Marinheiro 1 – nem sempre, às vezes os peixes grandes também eram uns valentes
Touros.

Vasco da Gama – Capitão desta Frota
Vasco da Gama sou chamado
E eis que à Índia
Finalmente sou chegado.

Marinheiros – Índia Tu és
E a ti somos chegados.

Frei – Tanta alma para converter, rezar, baptizar.
E se a terra é estrangeira
Em breve não o será
As mãos ao Céu
Oremos todos.

António Fernandes – Ai meu Deus
Eu um modesto carpinteiro na Ribeira das Naus em Lisboa,
Como alteração do meu castigo de pena de morte a esta viagem
Vim parar.
Degredo! Degredo!

Afonso de Albuquerque – E eu vou-me instalar em Goa e para vivermos
Sem sobressaltos tenho muita coisa a preparar.

Narrador – Fortaleceu estas Terras, negociou com os nativos,
Trocaram-se assim experiências, encaixaram-se tradições e

Costumes de forma harmoniosa.

Sáfia – Manuel, vou visitar minha irmã gula, até logo.

Gula – que bom mana voltar-te a ver.

A que se deve tanta felicidade no teu rosto?

Sáfia – Ao meu casamento de certeza.

Ai o meu Manuel.

Já lhe dei a provar os nossos temperos, sabores picantes e adocicados.

Gula – E ele gostou?

Sáfia – Diz que é de comer e chorar por mais.

Mudando de assunto, sabes também já sou cristã.

Gula – e o que é isso?

Sáfia – fui à Igreja, baptizaram-me e agora o Manuel chama-me de Sara.

E sabes que mais? Na religião Cristã é proibido queimar as mulheres viúvas.

As viúvas vestem-se de preto, choram muito, e até se assim o desejarem,

Passado algum tempo podem voltar a casar.

Ó mar salgado, quanto do teu sal

São lágrimas de Portugal!

Por te cruzarmos, quantas mães choraram,

Quantos filhos em vão rezaram!

Quantas noivas ficaram por casar

Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena

Se a alma não é pequena.

Quem quer passar além do Bojador

Tem que passar além da dor.

Deus ao mar o perigo e o abismo deu,

Mas nele é que espelhou o céu.

Anexo XIII

Peça 'O Achamento do Brasil'

Narrador: estamos no ano de 1500. O Rei de Portugal é D.Manuel I e o país procura expandir as suas fronteiras por via marítima. As novas descobertas enriquecem os cofres do reino e o imaginário europeu, atraído pela aventura.

Pedro Álvares Cabral parte de Lisboa por caminho marítimo em direcção à Índia. No entanto, um desvio em relação à rota traçada faz com que o capitão português chegue ao actual Brasil, território até então desconhecido dos portugueses.

A bordo da nau está Pêro Vaz de Caminha, cronista encarregado por “Sua Alteza El-Rei D.Manuel” de relatar as peripécias da viagem. Através da sua carta, chegam-nos informações acerca de uma nova terra e dos primeiros contactos dos portugueses com os autóctones...

Jovem Índio: Nasci há dezoito anos, nove meses após a chegada dos navegadores barbudos à minha terra. O meu pai era marinheiro, veio de Portugal, a minha mãe é tupi, aqui teve berço. Segundo o meu pai contava, foram assim os acontecimentos...

Abertura

Narrador: Na corte de Lisboa o Rei D.Manuel I dança, rodeado de cortesãos. O ambiente de festa é interrompido por um mensageiro que traz uma carta para o Rei.

D.Manuel começa então a ler “a carta” que descreve o “achamento” do Brasil.

Alguém que anuncia: Um mensageiro para sua Majestade El-Rei D.Manuel, trazendo uma carta do escrivão Pêro Vaz de Caminha, de Terra de Vera Cruz.

Mensageiro: Novas vos trago, ó venturoso Rei!

D.Manuel I: Que novas trazes tu, marinheiro?

Mensageiro: Tudo aí está sobre o achamento desta vossa nova terra, de Vera Cruz chamada.

Vosso escrivão Pêro Vaz de Caminha lá pôs tudo por miúdo.

D.Manuel I: “ancoragem limpa”

“mui longa terra...alguma abrigada e bom porto...”

“nós armados e a bandeira”

“a terra dos mancebos e dos bons corpos...”
“estivemos um pouco rindo...”
“prazer e festa...”
“misturavam-se connosco e abraçavam-nos...”
“e eles consentiram e ficaram”
“dançaram e bailaram com os nossos...”
“folgaram pela baía...”
“chantada a cruz...”
“de maneira que todos andavam misturados...”
“as armas e a divisa...”
“pareciam assim bem...”
“são muito mais nossos amigos que nós seus...”

Tão singela e clara é a descrição que ante meus olhos a vejo.

Acto I

A pompa do Capitão

Em terras de Vera Cruz, Pedro Álvares Cabral recebe dois índios a bordo da nau, que ficam admirados com a pompa do capitão português.

Jovem Índio: E foi assim que tudo começou. De outra forma eu não teria nascido. Pelo menos, enquanto mestiço.

No entanto, parece que, na Corte, as notícias não foram recebidas com muito agrado.

Muita conversa e pouco ouro. Mas, na terra recém-descoberta, chamada de Vera Cruz, o capitão estava nas suas sete quintas. Brilhava, o ouro era ele. E dele, o gosto pela pompa e pelo aparato do poder. Desde pequeno íntimo da guerra e do mar, desde jovem convivendo com os homens que na corte lhe contavam as aventuras das estradas dos oceanos, apreciador do fausto e da grandeza. Foi fidalgo do conselho, nomeado por D.Manuel, antes de se tornar o capitão-mor da expedição às Índias

Pêro Vaz de Caminha: “O capitão, quando eles vieram, estava assentado em uma cadeira e uma alcatifa aos seus pés por estrado, e bem vestido, com um colar d’ouro mui grande ao pescoço.

E Sancho de Tovar e Simão de Miranda e Nicolau Coelho e Aires Correia e nós outros, que aqui na nau com ele íamos, assentados no chão por essa alcatifa”.

Jovem Índio: De modos imponentes, desmedida estatura e soberba figura, conta meu pai, foi com exagerada pompa que Pedro Álvares Cabral recebeu dois temerosos índios na nau capitania.

Usava um colar de ouro ao pescoço e como uma real majestade estava sentado na cadeira-trono, sobre um luxuoso tapete, à sua volta os homens importantes da expedição

Pedro Álvares Cabral: O encontro do ferro e da pedra, a seta e o mosquete...

Jovem Índio: Gente estranha esta, tanta pompa tem.

Pedro Álvares Cabral: o arco e a espada unidos neste chão.

Jovem Índio: estranhas são as vestes, rudes são as falas, rudes são

Pedro Álvares Cabral: e surgiu o novo Adão

Recitativo e ária de Pedro Álvares Cabral

Jovem Índio: gente estranha era esta, tanta pompa, estranhas vestes, rudes falas, rude gente.

Narrador: Sem modéstia, Cabral canta orgulhosamente o feito conseguido pela sua armada.

Pedro Álvares Cabral: Comandante desta frota, Pedro Álvares Cabral sou chamado.

Eis que à terra de Vera Cruz finalmente eu sou chegado.

O mar era muito longo, mas para um conquistador de uma armada de barbudos não há morte não há dor!

Esta é terra muito boa para conquistar sem dor.

Homens de cobre, homens sem rei, que dormem em redes, que dormem no chão.

Mas já cá estão os sabedores do mar!

Este mar é uma esfinge, as sereias são mortais, mas eu sei ler nas estrelas...sou veterano das naus. Não há medo não há morte para mim conquistador homem forte.

Coro dos Marinheiros

Narrador: digamos que a modéstia não era a principal virtude do capitão...

Mas será que é com modéstia que se cruzam os mares?

Também orgulhosos, os marinheiros portugueses cantam em coro uma musica de louvor à bela terra encontrada.

Música: “tufões fortes vendavais e ventanias temporais mas tudo ficou para trás. Agora a terra é de paz, flor é a terra sem maleitas, ilha dos mil inocentes. Os mundos num abraço amorosos e contentes.

Brasil tu és terra de Vera Cruz Brasil tu és terra de Vera Cruz.

Jovem Índio: Assim viram os rudes marinheiros a minha terra, a bela flor do mar, feita de chão, depositada no imenso regaço da água.

A Cruz

Narrador: louvada a terra, os marinheiros começam a transportar uma cruz enorme para terra e fixam-na num monte.

Pedro Álvares Cabral: Marinheiros! Tragam lá homens fortes! O trabalho nos espera, o tempo do repouso passou!

Marinheiro: vamos homens, coragem, um pouco mais que é boa causa.

Pedro Álvares Cabral: levem essa cruz além àquele monte.

Marinheiro: o Rei vos compensará.

Pedro Álvares Cabral: Alto, alto, bem alto para glória e honra do meu rei! Marinheiros! Vinde homens fortes! Vinde agradados, cuidado com a cruz!

Marinheiro: Aqui será? O peso é muito!

Pedro Álvares Cabral: não, não aqui... Que não é alto...Que não se vê bem do mar...

Marinheiros: que sofrimento! As forças vão-se!

Pedro Álvares Cabral: aqui será chantada a cruz.

Marinheiros: finalmente! Graças a Deus! O senhor ouviu as nossas preces!

Pedro Álvares Cabral: segurem-na bem!

Marinheiros: no chão...

Pedro Álvares Cabral: Que não se quebre e que se veja bem. Amén!

A Primeira Missa

Narrador: Neste momento, surge Frei Henrique que acompanhado por sete frades celebra a primeira missa em terras brasileiras.

Por respeito à cerimónia, uma jovem índia que se encontrava despida é coberta com um pano, ficando espantada com o comportamento dos portugueses. Os índios são então colocados em fila e cada um recebe uma cruz.

Frei Henrique: Kyrie eleison...Christe eleison...

Pedro Álvares Cabral: olhai essa moça que sempre à missa esteve. Dai-lhes vós um pano para se cobrir.

Jovem Índia: Que me querem? Que pano é este em redor de mim?
Que é o Deus que os trouxe aqui?

Jovem índia: Quem é o Deus que os trouxe aqui?
 Cabral: Olhai essa moça, que sempre à missa esteve. Que me querem? Que pano é este em redor de mim? dai-lhe vós um pano bom para se cobrir.

Jovem índia: Quem é o Deus que os trouxe aqui?
 Cabral: A inocência desta gente é tal.

Jovem índia: Quem és?
 Jovem índia: Quem é o Deus que os trouxe aqui?
 Cabral: Olhai essa moça, que sempre à missa esteve. Que me querem? Que pano é este em redor de mim? dai-lhe vós um pano bom para se cobrir.

Jovem índia: Quem é o Deus que os trouxe aqui?
 Cabral: A inocência desta gente é tal.

Jovem índia: Quem és? Quem és?
 Cabral: Olhai essa moça, que sempre à missa esteve. Que me querem? Que pano é este em redor de mim? dai-lhe vós um pano bom para se cobrir.

Jovem índia: Quem é o Deus que os trouxe aqui?
 Cabral: A inocência desta gente é tal.

Recitativo e ária de Frei Henrique

Jovem Índio: era um mundo tão estranho para a minha jovem mãe...pudesse eu ter lá estado a protegê-la! Mas se eu tivesse lá estado...não estaria hoje aqui!

Frei Henrique (musica) : com a alma destes simples, os novos convertidos que o não sabem ainda, antecipo suas preces irrompendo do chão como sementes da futura idade.

Contemos as almas que o corpo é em vão. Contemos as cruzes (meu Deus!) para a salvação. Contemos as cruzes (meu Deus!) para a salvação.

A terra é imensa, a glória o destino.

Rezar, baptizar, toquem já o sino.

Se a terra é estrangeira em breve não o será.

Que os bispos e o Papa recebam as novas de cá.

E dizei, não esqueçam que o semeador Frei Henrique eu sou.

Aqui estou orando pela fé.

O senhor da Terra é também meu amo, saiba D.Manuel que em seu nome e de Deus eu clamo.

Saiba D.Manuel que em seu nome e de Deus eu clamo.

Porto Seguro

Narrador: Cabral aproxima-se do frade e começam a cantar um dueto em que ficam nítidas as preocupações dos dois: o Capitão pensa em água para beber, na segurança do porto e na manutenção do navio; o religioso pensa em converter as almas dos índios.

Jovem Índio: Era uma fé cega, a deste Frei Henrique, olhava os corpos e não os via, tinha um olhar indiferente a tudo o que nesta terra era essencial. Deslocava-se por aí, como se estivesse na Sé de Lisboa, impermeável a tudo o que não fosse a sua religião.

O Capitão, por sua vez, era um homem prático. Alguém tinha que pensar nos problemas concretos da adaptação a uma nova terra.

Pedro Álvares Cabral: Bom porto! Seguro, boa água...porto seguro!

Frei Henrique: salvem-se as almas, deixem-se os corpos, podem esperar...porto seguro!

Pedro Álvares Cabral: Cuidar navios, tomar da água desvio de rota...porto seguro!

Frei Henrique: As mãos ao céu e oremos e oremos e oremos...Todos!

Pedro Álvares Cabral: Um bom porto seguro...

Frei Henrique: O salvamento das almas...

Pedro Álvares Cabral e Frei Henrique: Servir Deus e o Rei...Servir o Rei e Deus...Porto Seguro.

Narrador: Será que se vão entender, estes dois, tão diferentes são?! O Capitão está cansado. Façamos silêncio para que durma e se retempere. Os trabalhos que passou e os que aí vêm ainda assim o exigem.

O Sono do Capitão

Narrador: Cansado da atribulação do dia, Cabral acaba por adormecer, enquanto os marinheiros cantam para lhe embalar o sono e também adormecem.

Marinheiros (cantam): Graciosa terra emplumada estás como o sonho de uma flor. Rito e prazer, espanto e surpresa, no embalo da riqueza.

O silêncio, o segredo, os mistérios, mar e céu, quem soubera, quem sonhara, tal fascínio, tal amor.

Graciosa terra emplumada estás como o sonho de uma flor. Rito e prazer, espanto e surpresa no embalo da riqueza.

O silêncio, o segredo, os mistérios, mar e céu, quem soubera, quem sonhara, tal fascínio, tal amor.

Graciosa terra emplumada estás como o sonho de uma flor. Rito e prazer, espanto e surpresa no embalo da riqueza.

A Fuga

Narrador: Enquanto todos dormem, um dos marinheiros levanta-se furtivamente e foge, sendo acompanhado por outro. Ao se aperceber da fuga, Cabral ordena que tragam os marinheiros fugitivos de volta.

Jovem Índio: O meu pai não resistiu a este encanto. Uma noite, a sétima depois da chegada da frota, quando todos dormiam, abandonou furtivamente a nau;

acompanhava-o um outro marinheiro. São bem acolhidos pelos Tupis com os quais se misturam e com cuja ajuda se disfarçam.

Quando de madrugada soou o alarme e os marinheiros acordam Cabral, a ordem é dada para que os encontrem.

Pedro Álvares Cabral: Em vão cheguei aqui. Se os melhores me abandonam...

Que faz um nobre capitão em terra estranha sem os seus marinheiros?

Tragam esses homens sem demora e já!

ACTO II

Narrador: Os marinheiros fugitivos são bem recebidos pelos Tupi, com cuja ajuda se disfarçam e com os quais se juntam numa dança à volta da fogueira.

Recitativo e ária da jovem índia

Narrador: Ao ver os marinheiros dançar, uma jovem índia apaixona-se por um deles e expressa o seu amor cantando. Em retribuição, o jovem marinheiro oferece-lhe um pano.

Jovem Índio: É nestas circunstâncias que o meu futuro pai conhece e se apaixona pela então jovem tupi, minha futura mãe.

Jovem Índia (falando para o marinheiro): Debaixo dessas cores e penas outro homem eu vejo.

Quem és tu, meu doce desconhecido, que me trazes a vergonha?

Jovem Índia (cantando): Até hoje fui feliz nesta terra sem rei, minha pele beija o sol e o solo é minha mãe. Com os frutos me alimento e aqui não há metal, não há espada não há guerra.

Sou um ser total!

Ah..

Índias: ni ná iá, ni ná iá...

Jovem Índia (cantando): Sua pele lembra o sol e o olhar é quente, sua voz rouxinol e o sorriso é ardente. Só de vê-lo me sustento, só de ouvi-lo sou feliz, foi trazido por sereias numa nau de anis!

Ah...

Índias: ni ná iá, ni ná iá...

A Interrogação da cor

Narrador: Uma Índia mais velha pega no braço da jovem e afasta-se do resto dos índios com ela. Enquanto a jovem índia afirma que o jovem marinheiro português é muito bonito, a índia mais velha expressa o seu medo pela relação entre os dois e, à distância, Frei Henrique afirma estar contra a relação.

Jovem Índio: Como poderia um jovem marinheiro sedutor resistir ao seu canto de amor? Afinal, de que cor é o amor? Azul será, a cor dos olhos dele? Ou negro, como os olhos dela? Juntando o azul ao negro ou o mar ao trovão que cor se obtém? Com que cor se vêem os que se amam?

Não é fácil, o amor em terra estranha...

Jovem Índia: Ele é tão bonito...

Índia Velha: Mas eu tenho tanto medo...

Frei Henrique: É contra Deus e é contra o Rei! É contra Deus e é contra o...

Jovem Índia e Índia Velha: Mas como fugir ao apelo do amor?

Jovem Índio: Este Frei Henrique tinha a mania de se meter em tudo.

Jovem Índia: Ele é tão bonito...

Índia Velha: eu tenho tanto medo...

Jovem Índia e Índia Velha: Mas como fugir ao apelo do amor?

Frei Henrique: É contra Deus e é contra o Rei! É contra Deus e é contra o...

Jovem Índia e Índia Velha: Mas como fugir ao apelo do amor?

Jovem Índio: Este Frei Henrique conta meu pai era mesmo metediço, aliás não foi por acaso que viria mais tarde, a ser inquisidor do Reino.

Frei Henrique: Ninguém me ouve?!

Ninguém ouve os meus conselhos?!

Cristãos, hereges unidos são...

Mas a ira de Deus, abater-se-á sobre os homens.

Recitativo e Ária da Índia Velha

Jovem Índio: A minha avó tinha prevenido a minha mãe contra os obstáculos muitos que haveriam de surgir. Mas como fugir ao apelo do amor?

Narrador: a Índia mais velha alerta então o resto da tribo para as prováveis más intenções dos portugueses, através de uma visão negativa do futuro.

Índia Velha (cantando): Eu vi, eu vi o homem lançando bolas de fogo pela mão!

Eu vi, eu vi e não quero tanto sofrimento em vão!
Eu vi, eu vi o mal, vinha galante e cuidadoso!
Eu vi, eu vi a morte, bela máscara de sorriso, vinha suspensa sobre o
mar...

Misturava-se connosco, a falsa!

Eu vi, eu vi as crianças a beber o leite azedo da traição!

Eu vi, eu vi os homens escravizados pela própria mão!

Eu vi, eu vi o futuro – Homens com Rei sem Lei –

Eu vi, eu vi o sol

apagar-se lentamente...

apagar-se lentamente...

apagar-se lentamente...

apagar-se lentamente...

e o céu escurecer.

Jovem Índio: A verdade é que o amor foi mais forte e eu nasci, meus amigos, para vos contar esta história em que os heróis são um capitão orgulhoso, um frade pretensioso, uma jovem e bela índia apaixonada, um jovem marinheiro enamorado, uma velha índia sábia e muita gente do meu povo e do vosso, que a memória do tempo engoliu, mas sem os quais nenhum de nós estaria aqui hoje.

DAHIPÔPÔ

Narrador: No entanto, o amor dos dois acaba por vencer e no final, marinheiros, religiosos, e índios juntam-se numa dança festiva.

Lista de Apêndices

Apêndice I – Caracterização da população reclusa do EPC em Dezembro de 2006

Apêndice II – Grelha de Identificação de cada Recluso

Apêndice III – Guião de Entrevista e Grelha de Correspondência entre Objectivos Propostos e Questões

Apêndice IV – Grelhas de Análise de Conteúdo

Apêndice I

Caracterização da população reclusa do EPC em Dezembro de 2006

Distribuição dos reclusos por Faixas Etárias

Idades	Nº reclusos	Porcentagem
≤ 20	2	0.47
21 a 25	22	5.15
26 a 30	70	16.39
31 a 35	93	21.78
36 a 40	74	17.33
41 a 45	64	14.99
46 a 50	52	12.18
51 a 55	29	6.80
56 a 60	10	2.34
61 a 65	6	1.40
66 a 70	5	1.17
> 70	0	0
Total	427	100%

Tabela 1 – Faixa etária

A expressiva maioria da população reclusa neste EP tem idades compreendidas entre os 26 e os 50 anos, sendo que 21.78% se encontram entre os 31 e os 35 anos. Por outro lado, à medida que a idade aumenta, diminui o número de indivíduos condenados, sobretudo a partir dos 55 anos. Assim trata-se de uma população maioritariamente jovem adulta.

Número de reclusos por Nacionalidade

Nacionalidade	Nº reclusos	Percentagem
Albânia	1	0.23
Alemanha	1	0.23
Angola	6	1.41
Brasil	5	1.17
Bulgária	1	0.23
Cabo Verde	9	2.11
Espanha	5	1.17
França	1	0.23
Guiné	1	0.23
Itália	1	0.23
Marrocos	2	0.47
Moldava	7	1.64
Noruega	1	0.23
Paquistão	1	0.23
Portugal	374	87.6
Roménia	1	0.23
Rússia	4	0.94
Ucrânia	6	1.41
	Total=427	100%

Tabela 2 – Nacionalidade

Como é possível verificar através da observação da tabela, a maioria dos reclusos, 87.6% são de nacionalidade portuguesa, como seria de esperar, no entanto o número de reclusos de nacionalidade estrangeira não deixa de ser elevado, 12.41%.

Reclusos por Área de Residência

Distrito	Nº de reclusos	Percentagem
Aveiro	70	18.04
Beja	1	0.26
Braga	15	3.87
Bragança	1	0.26
Castelo Branco	9	2.32
Coimbra	71	18.29
Évora	2	0.52
Faro	3	0.77
Guarda	15	3.87
Ilha do Faial	1	0.26
Ilha de São Miguel	3	0.77
Ilha Terceira	2	0.52
Leiria	28	7.22
Lisboa	38	9.79
Portalegre	3	0.77
Porto	70	18.04
Santarém	11	2.84
Setúbal	5	1.28
Viana do Castelo	3	0.77
Vila Real	3	0.77
Viseu	34	8.76
	Total=388	100%

Tabela 3 – Área de Residência

A maioria dos reclusos tem como área de residência proveniente: Aveiro, Coimbra e Porto. A minoria provém do Algarve, Alentejo e Ilhas.

Habilitações à entrada do Estabelecimento Prisional Central de Coimbra

Habilitações	Nº reclusos	Percentagem
Analfabeto	28	6.55
Sabe ler e Escrever	31	7.25
1º Ano (1º ciclo)	8	1.87
2º Ano (1º ciclo)	8	1.87
3º Ano (1º ciclo)	4	0.93
4º Ano (1º ciclo)	142	33.25
5º Ano (2º ciclo)	6	1.40
6º Ano (2º ciclo)	100	23.41
7º Ano (2º ciclo)	11	2.57
8º Ano (3º ciclo)	15	3.51
9º Ano (3º ciclo)	40	9.36
10º Ano (ensino secundário)	8	1.87
11º Ano (ensino secundário)	3	0.70
12º Ano (ensino secundário)	9	2.10
Curso Técnico profissional	1	0.23
Frequência Universitária	4	0.93
Licenciatura	6	1.40
Desconhecidas	3	0.70
	Total=427	100%

Tabela 4 – Habilitações Literárias

No que respeita à escolaridade, aproximadamente 14% dos reclusos não tem qualquer nível de educação escolar e cerca de 4/5 do total da população não possui a escolaridade mínima obrigatória. Destes aproximadamente 38% possuem o 1º ciclo do ensino básico e cerca de 28% possuem o 2º ciclo. Apenas cerca de 9% possui a escolaridade mínima obrigatória (3º ciclo concluído). Dos restantes reclusos, aproximadamente 2% possui o 12ºano e 1.4% possui a licenciatura.

Profissão à data de entrada no EPCC por grande grupo de classificação das profissões

Grande grupo das profissões	Nº reclusos	Percentagem
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	5	1.17
Técnicos e profissionais de Nível Intermediário	8	1.87
Pessoal Administrativo e similares	10	2.34
Pessoal dos Serviços e vendedores	52	12.18
Agricultores e trabalhadores qualificados da Agricultura e Pescas	40	9.37
Operários, artífices e trabalhadores similares	148	34.66
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	29	6.79
Trabalhadores não qualificados	87	20.37
Desconhecidas	48	11.24
	Total=427	100%

Tabela 5 – Profissão

A maioria da população tinha como profissão, à data de entrada no EP, uma das várias que se inserem na categoria de “Operários, Artífices e Trabalhadores similares”, em que destes, aproximadamente 34% são pedreiros e cerca de 10% são pintores.

Outro grande número de indivíduos são trabalhadores não qualificados, dentro desta categoria, cerca de 43% são vendedores ambulantes.

Apenas 1% da população se encontra inserida na categoria de “Especialistas das profissões intelectuais e científicas”, facto que pode ser facilmente percebido se tivermos em consideração a tabela 4 (habilitações literárias), em que apenas aproximadamente 1% do total da população possui licenciatura.

Tipos de Penas Aplicadas e número de indivíduos

Tipos de Penas	Nº de reclusos	Percentagem
[6 meses a 3 anos [19	4.42
[3 anos a 6 anos [52	12.09
[6 anos a 9 anos [86	20
[9 anos a 12 anos [83	19.30
≥12 anos	146	33.95
Penas relativamente indeterminadas	10	2.33
Recurso	34	7.91
	Total=430	100%

Tabela 6 – Tipo de Penas Aplicadas

Aliado ao número de reclusos que praticaram o crime homicídio e outros crimes de elevada gravidade (furto, burla, entre outros), está o número elevado de penas superiores a 12 anos.

Indivíduos em situação de R.A.V.I. e R.A.V.E.

Tipo de Regime	RAVI	RAVE	Total
Nº de recluso	54	5	59
Percentagem	12.64%	1.17%	13.81%

Tabela 7 – Tipo de Regime

Dos 427 reclusos que constituem a população total, 54 encontram-se em regime aberto virado para o interior a apenas 5 se encontram em regime aberto virado para o exterior.

Crimes cometidos por Grandes Grupos

Crimes	Número de reclusos	Percentagem
Crimes Contra as pessoas	281	33,94
Crimes contra o património	273	32,97
Crimes contra os valores e interesses da vida em sociedade	72	8,70
Crimes contra o Estado	36	4,3
Crimes no âmbito do Código da Estrada	25	3,02
Crimes não especificados	141	17,03
Total	828	100%

Tabela 8 – Crimes Cometidos divididos em grandes grupos

Através da leitura da tabela precedente, verifica-se que a maioria dos crimes cometidos, se insere nos grandes grupos de crimes contra as pessoas e contra o património. E uma minoria dos crimes enquadra-se no grupo de crimes no âmbito do Código da Estrada. É ainda de realçar que o número de reclusos não corresponde ao número atribuído na maioria das tabelas, tal facto é explicado devido a grande percentagem de indivíduos ter cometido mais do que um tipo legal de crime, podendo estar enquadrado em mais do que um grande grupo de crime.

Crimes cometidos por Sub Grupos

Crimes por Subgrupo	Nº de reclusos	Porcentagem
Crimes contra as pessoas		
Contra a vida	143	50,89
Contra a integridade física	35	12,46
Contra a liberdade pessoal	50	17,79
Contra a liberdade sexual	33	11,74
Contra a autodeterminação sexual	2	0,71
Contra a honra	3	1,07
Contra a reserva da vida privada	13	4,63
Contra outros bens jurídicos pessoais	2	0,71
<u>Total</u>	281	100,00%
Crimes Contra o Património		
Contra a propriedade	226	82,78
Contra o património em geral	38	13,92
Contra Direitos patrimoniais	9	3,30
<u>Total</u>	273	100,00%
Crimes contra a vida em Sociedade		
Contra o respeito devido aos mortos	5	6,94
Crimes de falsificação	33	45,83
Crimes de perigo comum	19	26,39
Contra a segurança das comunicações	8	11,11
Contra a paz pública	7	9,72
<u>Total</u>	72	100,00%
Crimes contra o Estado		
Contra a autoridade pública	25	69,4
Contra a realização da Justiça	11	30,56
<u>Total</u>	36	100,00%
Crimes no âmbito do Código da Estrada		
Crimes de condução de veículo	25	100,00%
<u>Total</u>	25	100%
Crimes Previstos na legislação Avulsa		
<u>Total</u>	141	100%
Total	828	

Tabela 9 – Crimes Cometidos divididos em sub-grupos

Através da tabela, verifica-se que na categoria dos crimes contra as pessoas, se relevam os crimes contra a vida, com 50.89%. Na categoria dos crimes contra o

património tem maior expressividade os crimes contra a propriedade com aproximadamente 73%.

Números de reclusos por Tipo de Crime

Tipo de Crime	Nº reclusos	Percentagem
Abuso sexual de crianças art.172 do C.P.	2	0.24
Abuso de cartão Garantia ou de crédito art.222 do C.P.	1	0.12
Abuso de confiança art.205 do C.P.	5	0.60
Actos exibicionistas art.171 do C.P.	1	0.12
Ameaças art.153 do C.P.	9	1.08
Apropriação ilegítima art.209 do C.P.	1	0.12
Armas proibidas, engenhos ou substancias explosivas	1	0.12
Associação criminosa	7	0.84
Atentado à segurança de transporte rodoviário	1	0.12
Auxílio à imigração ilegal	2	0.24
Burla	28	3.38
Coacção	9	1.08
Condução perigosa	5	0.60
Condução de veículo em estado de embriaguez	2	0.24
Condução de veículo sem habilitação legal	25	3.01
Crime de emissão de cheques	4	0.48
Dano	10	1.20
Denúncia caluniosa	1	0.12
Desobediência	11	1.32
Detenção ilegal de arma	37	4.46
Difamação	1	0.12
Evasão	7	0.84
Extorsão	10	1.20
Falsidade de depoimento	8	0.96
Falsificação de documentos	32	3.86
Fraude sobre mercadorias	1	0.12
Furto	110	13.2
Homicídio	120	14.4
Homicídio na forma tentada	21	2.53
Homicídio por negligência	2	0.24
Incêndios	5	0.60
Injúria	2	0.24
Introdução em lugar público	8	0.96
Lenocínio	4	0.48
Maus-tratos ou sobrecarga de menores	1	0.12
Ofensa à integridade física	34	4.10
Omissão de auxílio	3	0.36
Passagem de moeda falsa	2	0.24
Profanação de cadáver ou de lugar fúnebre	5	0.60
Rapto	9	1.08
Receptação	9	1.08
Roubo	107	12.92
Sequestro	28	3.38
Simulação de crime	11	1.32
Tráfico	93	11.23
Tráfico de pessoas	1	0.12
Violação	24	2.89
Violação de correspondência ou de telecomunicações	1	0.12
Violação de domicílio	4	0.48
Total de Crimes	828	100%

Tabela 10 – Tipo de Crime

Os tipos de crimes que predominam são o homicídio (14%), furto (13%), roubo (≈13%) e tráfico (11%).

Reclusos que se encontram a frequentar o Ensino

Grau de Ensino	Nº Reclusos	Percentagem em relação ao N total=427
Ensino Básico		
1º Ciclo, ensino recorrente: alfabetização e actualização	32	7.5
2º Ciclo, ensino recorrente	29	6.8
3º Ciclo, ensino recorrente por unidades capitalizáveis	77	18.0
Ensino Secundário, recorrente por módulos, curso tecnológico de administração		
10º Ano	13	3.04
11º Ano	4	0.94
12º Ano	6	1.41
Ensino Superior		
Contabilidade e Auditoria	1	0.23
Serviço Social	1	0.23
	Total= 163	Total =38.2%

Tabela 11 – Frequência do Ensino

Dos 163 reclusos acima mencionados, dois deles não frequentam o ensino leccionado no EP. Um privilegiando de RAVE, frequenta o curso de Serviço Social no exterior, e outro, não privilegiando desse regime, é considerado autodidacta, em que apenas na época de avaliação, um responsável do ISCA, se dirige ao EP para lhe facultar o acesso aos exames.

Após ter sido feita a percentagem em relação ao total de reclusos que se encontram no EP, pode concluir-se que, dos 38.2 que frequentam o ensino no EP, aproximadamente 18% frequenta o 3º Ciclo do ensino recorrente e apenas cerca de 1% frequenta o 11º Ano do ensino secundário.

Reclusos que se encontram em Formação Profissional

Curso	Nº Reclusos	Percentagem em relação ao N total=427
Reparação e Instalação de computadores	12	2.81
Carpintaria de Limpos	12	2.81
Estofaria e Encadernação	4	0.94
	Total=28	Total=6.86%

Tabela 12 – Frequência da Formação Profissional

Após ter sido feita a percentagem relativamente ao total da população, verificamos que apenas aproximadamente 7% dos reclusos se encontram em Formação profissional.

Apêndice II

Grelha de Identificação de cada Recluso

*Grelha de Itens para a Caracterização dos Reclusos que
Fazem parte do Grupo do Teatro*

Recluso	
Itens	
Idade	
Naturalidade	
Estado Civil	
Escolaridade à entrada no EP	
Crime Cometido	
Pena a Cumprir	
Estádio da pena em que se encontra	
Se usufrui de medidas de flexibilização da pena	
Se frequenta a escola	
Se tens visitas	
Se já participou no teatro anteriormente	

Nome.....

Apêndice III

Guião de Entrevista e Grelha de Correspondência entre Objectivos Propostos
e Questões

Guião de Questões

- Já teve alguma saída precária? Se sim, quantas?
- Tem tido visitas? Qual a regularidade?
- Como era a sua vida na cadeia antes de entrar para o grupo de teatro?
- Como é actualmente a vida dentro do Estabelecimento?
- As relações interpessoais no interior do Estabelecimento alargaram-se? Estão mais estreitas? O teatro tem alguma influência sobre isso?
- Através do teatro ganhou interesse por outras actividades?
- Como é que a sua família encara a participação no teatro?
- Quando sai do estabelecimento para gozar de saída precária procura alguma peça de teatro para assistir?
- Após ter aderido ao teatro sentiu alguma mudança no exterior?
- Como acha que os guardas prisionais vêem o desenvolvimento do teatro dentro da prisão?
- Como acha que os restantes reclusos (que não participam no teatro) encaram o desenvolvimento deste tipo de actividades e os que nelas participam?
- Julga que os Técnicos Superiores de reeducação deviam investir e incentivar, mais ou menos este tipo de actividades? Porquê?
- O que pensa das peças que têm sido escolhidas para o grupo de teatro ensaiar?
- Há alguma preparação especial que faça para a interpretação dos vários papéis?
- Há um EU antes do teatro e um EU depois do teatro?
- E para os outros, há um TU antes do teatro e um TU depois do teatro?

Correspondência entre objectivos e questões	
Objectivos	Questões
Perceber qual o contributo da prática do teatro, para a humanização do meio prisional;	Como era a sua vida na cadeia antes de entrar para o grupo de teatro? Como é actualmente a vida dentro do Estabelecimento?
Compreender se a utilização do teatro em meio prisional contribui para agilizar a reinserção social do recluso;	Como é que a sua família encara a participação no teatro? Quando sai do estabelecimento para gozar de saída precária procura alguma peça de teatro para assistir? Após ter aderido ao teatro sentiu alguma mudança no exterior? Há um EU antes do teatro e um EU depois do teatro?
Indagar quais os Estabelecimentos que já aderiram a iniciativas semelhantes ou que tencionam vir a fazê-lo;	Não há questão para este objectivo pois será respondido por pesquisa documental
Elaborar a caracterização do grupo de reclusos que adere ao teatro, na tentativa de perceber por um lado, quais as idiossincrasias facilitadoras da adesão a actividades como o teatro, e por outro, quais os critérios de selecção adoptados pelos TSR na constituição do grupo;	Já teve alguma saída precária? Se sim, quantas? Tem tido visitas? Qual a regularidade? Como era a sua vida na cadeia antes de entrar para o grupo de teatro? Estas questões servem para complementar a informação obtida através de pesquisa documental (processos)
Perceber como é encarada a implementação do teatro pelos reclusos e quais as alterações ao nível das relações internas e externas;	Como é actualmente a vida dentro do Estabelecimento? As relações interpessoais no interior do Estabelecimento alargaram-se? Estão mais estreitas? O teatro tem alguma influência sobre isso? Através do teatro ganhou interesse por outras actividades? Como é que a sua família encara a participação no teatro? Como acha que os restantes reclusos (que não participam no teatro) encaram o desenvolvimento deste tipo de actividades e os que nelas participam? Há um EU antes do teatro e um EU depois do teatro? E para os outros, há um TU antes do teatro e um TU depois do teatro?
Perceber como se pode enquadrar o teatro como prática criativa e inovadora no conteúdo funcional do Técnico Superior de Reeducação;	Julga que os Técnicos Superiores de reeducação deviam investir e incentivar, mais ou menos este tipo de actividades? Porquê? O que pensa das peças que têm sido escolhidas para o grupo de teatro ensaiar? Há alguma preparação especial que faça para a interpretação dos vários papéis? Estas questões servem para visualizar a percepção do recluso podendo indirectamente auxiliar na concretização do objectivo

Apêndice IV

Grelhas de Análise de Conteúdo

Categoria de Análise	Relação Intra-muros
Dimensão	Colegas
Entrevistados	
Ésquilo	Convivência alterou muito. Presença de um elemento feminino. Relações de proximidade no local de trabalho (biblioteca)
Sófocles	As relações mantiveram-se. O teatro levou a conhecer melhor algumas pessoas mas não levou a que o círculo de relacionamentos se tivesse alargado. “Antes do teatro a vida é aquela que tem sido depois do teatro”
Aristófanes	“As coisas evoluem, evoluem sempre num crescimento contínuo. Claro que se chega aqui alguém ao grupo, para se iniciar, tentamos acolher da melhor forma possível mas não temos a devida confiança nessa pessoa, eu pelo menos não tenho, mas com o tempo vou obtendo, e essa pessoa se calhar também sente que não tem confiança em relação ao grupo, mas vai interagindo, vai-se inserindo lentamente e é claro que ao fim de algum tempo essa pessoa insere-se e acaba por confiar no grupo e o grupo acaba por confiar nessa pessoa, e as amizades crescem dessa forma” (...)
Menandro	As relações com os colegas mantêm-se. “Em relação aos colegas está tudo na mesma”. Tinha uma má relação com um recluso que entrou quase no final dos ensaios para fazer de figurante, mas dentro do grupo respeitam-se. “Ele sabe que eu não passo desta linha e ele também não passa.

<div>Categoria de Análise</div> <div>Entrevistados</div>	Juízo que os reclusos do teatro fazem acerca da percepção dos guardas sobre o teatro
<p>Êsquilo</p>	<p>“Aí já é um caso diferente, porque a parte dos guardas é completamente diferente, porque ah são presos, são presos...se pudessem se calhar prejudicar um preso, se calhar prejudicam um preso. Nem todos, mas a maior parte deles podiam acabar com isto tudo, para eles era melhor. Se nos vissem fechados 23 horas por dia era uma alegria.”</p> <p>“A nível da direcção sim, eu acho que apoiam, eles estão é um bocadinho restritos porque depois vão à parte da vigilância, você sabe como é.... Eu acho que há um bocadinho de impedimento. A maior parte das vezes é a vigilância que impede as pessoas se calhar de...então nós tentámos prolongar o horário dos ensaios e foi sempre restrito, eles nunca toleraram depois das 7. Não custava nada até às 8. Agora eles podem implicar motivos de segurança da própria cadeia, olhe eu não sei, esta cadeia é um bocado complicada.”</p>
<p>Sófocles</p>	<p>“A esmagadora maioria (dos guardas) considera o teatro, como as restantes actividades socioculturais, são uma verdadeira perda de tempo. Nos nossos dias alguns ainda consideram que o rádio e a televisão são um luxo, porque quando começaram a trabalhar, estes instrumentos não existiam nas prisões.”</p>
<p>Aristófanes</p>	<p>“Muito honestamente, nem todos pensam da mesma forma, e eu já o senti na pele, porque por exemplo, quando apresentámos a peça <i>Só entra se vier às fatias</i>, eu tive um guarda que se virou para mim e me disse: tu? Actor? No teatro? Se fosse eu que mandasse...eu contava-te uma história.</p> <p>Isto vindo de um guarda, outros há que também não queriam aqui o teatro porque era fora de horas, outros riem-se com esse tipo de situações, outros há que nos dão os cumprimentos e nos dão os parabéns pelas peças que levamos a cena, porque neste momento estamos a trabalhar nos temas relacionados com os Descobrimentos. Há aqui pessoas que nos olham das mais variadas formas.</p> <p>É claro que outros guardas há, por exemplo, estariam bem era se tivessem os reclusos todos os dias fechados durante 22h ou 23 horas e só 2 horas de pátio.”</p>
<p>Menandro</p>	<p>“De 100 guardas, uma dúzia é capaz de apoiar e incentivar, os restantes estão aqui para abrir e fechar portas.”</p>

Categoria de Análise		Relação extra-muros	
Entrevistados	Dimensão	Visitas	Saídas Precárias
	Ésquilo	Não tem visitas com regularidade, só do apoio moral. A família está quase toda em França.	Já usufruiu de 8 ou 9 saídas precárias.
	Sófocles	Tem visitas com regularidade. Antes de beneficiar de saídas precárias tinha visitas semanais. Agora tem visitas quinzenais da família alargada. Pais e irmão estão no estrangeiro.	Desde 2008 que beneficia de saídas precárias. Já usufruiu de 12 saídas precárias.
	Aristófanes	Tem visitas esporádicas da mãe que já é idosa. “Quem me visita mais será sempre a minha mãe que já tem uma idade bonita, 72 anos, e eu também não pretendo que ela venha para aqui constantemente, porque se acontece qualquer coisa durante a viagem vai-me doer muito mais, vai haver sempre aquele sentimento de culpa, e como não pretendo isso, quanto menos melhor.”	Ainda não usufruiu de nenhuma saída precária.
	Menandro	Raramente tem visitas.	Ainda não usufruiu de saídas precárias.

Categoria de Análise	Percepção de mudanças pelo próprio sujeito após entrada no grupo de teatro
Dimensão	Famíliares, nos e pelos colegas de teatro, reclusos que não pertencem ao grupo de teatro
Entrevistados	
Ésquilo	<p>Não sentiu grandes mudanças nas relações, “porque eu dou-me bem praticamente com toda a gente, eu sou uma pessoa sociável, falo com toda a gente, quem falar comigo...não tive assim grandes problemas com o pessoal que encarou o grupo, já falava com alguns e depois vim a falar com outros.”</p> <p>“Alguns vêm ter comigo, alguns (reclusos) que não falavam comigo e tudo, vêm ter comigo: então parabéns, a peça foi bonita.”</p> <p>Não reconhece grandes mudanças em relação aos colegas/relacionamentos pois “eles já me conhecem, já estou aqui há 9 anos, já me conhecem todos, sabem o meu feitio, depois tenho que lidar com eles aqui (biblioteca, local onde trabalha). Se fosse outra pessoa que encarasse o teatro e que estivesse aqui há pouco tempo, podia ser, podia haver mudanças, mas eu não, não notei muito isso, porque já tou aqui há muito tempo.”</p>
Sófocles	<p>“Havia ali muitas pessoas com as quais não tinha o hábito de manter um relacionamento mais próximo e passaram a ver o Sófocles para além do bom dia e do boa noite.”</p> <p>Após a entrada no grupo de teatro, no interior da prisão passou a ter uma outra percepção dos outros. “Com a continuidade das peças o grupo ficou mais eclético, de várias culturas.”</p> <p>Quando questionado se há um EU antes do teatro e um EU depois do teatro, responde: “provavelmente, quero acreditar que tudo o que uma pessoa faz na vida não nos deixa indiferentes.”</p> <p>Com o teatro andava a aprender a projectar melhor a voz.</p>

Aristófanis	<p>“ O teatro veio ocupar um espaço na minha vida, enquanto estou inserido no Estabelecimento prisional, que já não consigo, acho que neste momento, o teatro faz parte da minha vida cá dentro, se me tirassem o teatro eu se calhar ia andar aí bastante tempo a reaprender a ocupar o tempo, porque provavelmente não iria saber funcionar da melhor maneira possível.”</p> <p>“ O teatro ajudou-me nas mais diversas maneiras, quer ao nível do trato com os meus companheiros, do trato com os educadores, do trato com os professores, provavelmente até me ajudou numa melhor dicção, fez-me crescer a vários níveis. Se calhar se não fosse a ajuda do teatro eu ainda tinha muito até aquele sotaque muito típico da região do norte, da zona do Porto, que me dizem, hoje em dia dizem-me que eu não tenho esse tipo de sotaque. Se calhar ainda estava muito mais bruto quero eu dizer...”</p> <p>“E mesmo o meu irmão que está na Austrália, fizemos cá uma peça em que ele veio assistir, e gostou bastante, ficou admirado comigo, com a minha situação, com a forma como representei, o à vontade com que estava em palco, porque eu era uma pessoa, era e sou uma pessoa tímida, mas uma pessoa quando está no palco as coisas evoluem de tal forma, que a pessoa tira de certa forma a pele que tem e veste uma outra e passa a ser aquele personagem e tem de o viver da melhor forma possível. E então ele ficou impressionado também pela positividade de uma forma transcendental.”</p> <p>“Eu tenho tido mudanças a todos os níveis, sem o teatro não sei o que seria de mim, provavelmente andava aí no pátio, a jogar xadrez, a jogar umas cartas e pouco mais...”</p> <p>“As pessoas quando vêm para o teatro é claro que têm um crescimento, crescem a vários níveis, temos por exemplo um recluso no cube de dramatização da escola, que ele não tem a mínima queda para actor e já lhe disse diversas vezes: olha tens de fazer assim e assim. Ele inicialmente levava a mal e até me dizia: mas tu és lá encenador...chateei-me com ele duas vezes, deixei de o cumprimentar....e acabou por lentamente, acabou por concluir que ele não estava tão certo quanto isso, e hoje em dia já é uma pessoa mais moldável, no trato já está uma pessoa mais moldável.”</p>
-------------	--

	<p>Quando questionado se há um EU antes do teatro e um EU depois do teatro responde: “Há, sou uma pessoa completamente diferente daquilo que era, como eu já disse antes, se não fosse o teatro eu estava uma pessoa muito mais bruta, não tão refinada como estou. Se calhar ainda tenho muito mais para caminhar para a frente, mas é claro que tem sido uma aprendizagem a vários níveis.</p> <p>Olhando um pouco para trás, consigo aperceber-me delas (mudanças) ainda há pouco falei na questão do sotaque, que de certa forma perdi-o, é claro que falo de uma forma mais pausada, estou mais comunicativo, tento encontrar as palavras certas para que o diálogo aconteça com naturalidade. É claro que não se faz tudo bem, eu creio que evoluí, se calhar outros há que dizem que regredi, não sei...mas penso que evoluí.”</p>
Menandro	<p>Quando questionado se há um EU antes do teatro e um EU depois do teatro responde: “Há, mais paciente, porque o único vício que tenho é o café e o jogo, e o jogo deixa-me um bocado...o teatro acabou por funcionar como distração e afastar-me do jogo.”</p> <p>“Se não fosse o teatro, a esta hora estava com as cartas na mão, o teatro acaba por ser distração, o problema é não haver nada que nos motive.”</p>

<div> <div>Categoria de Análise</div> <div>Entrevistados</div> </div>	Juízo feito pelo grupo de teatro sobre a percepção da globalidade dos reclusos relativamente ao teatro e aos que nele participam
<div>Ésquilo</div>	<p>Quando questionado sobre o modo como os restantes reclusos, os que não têm participado têm visto o teatro? Responde: “(...) alguns gostam, alguns gostam e eu acho que...daquilo que eu conversei com alguns...gostaram e que deviam incentivar, não é incentivar é dar mais oportunidades às pessoas para fazer mais peças, porque se vamos a ver uma coisa...foi praticamente os mesmos que coisa, eu acho que cada peça devia ter figurinos diferentes, se calhar, para dar mais oportunidades aqui às pessoas que querem mesmo fazer peça de teatro...não só sempre...depois há aquelas pessoas que não respeitam, bom há um evento qualquer bom eles vão para lá e fazem as gargalhadas deles, mandam as boquinhas deles, mas há alguns que gostam e houve muitos comentários também, não só na 1ª como na 2ª e na 3ª(peças) que gostaram muito, foi muito bom e tudo...que para, tando no meio onde é que estamos, e conseguir uma coisa assim em pouco tempo, se vamos a ver assim tá bem, só ensaiamos pouco tempo da parte musical a voz e tudo, foi pouco tempo e as pessoas ficam admiradas como é que nós conseguimos fazer isso em pouco tempo, lá fora se calhar demoram 5 ou 6 meses antes de sair, e mesmo assim houve aquelas pequenas falhas, mas mesmo assim foi gratificante. A 1ª peça tivemos pouco tempo para ensaiar, foi um mês ou um mês e meio para ensaiar só, na 2ª também foi pouco tempo, acho que foi só dois meses ou dois meses e meio, já não me lembro...”</p> <p>Ao ser questionado se esses reclusos os podem ver como exemplo a seguir? Responde: “eu acho que sim, eu acho que sim, eu acho que uma pessoa não pode, não pode desanimar, deixar-se ir abaixo, porque a vida não acaba aqui dentro, podemos ter oportunidade lá fora, isso pode ser uma</p>

	<p>saída para nós também, quem gostar realmente disso pode ser uma saída para eles, logicamente que uma pessoa saindo daqui se não tiver alguns conhecimentos, não chega a lado nenhum...pelo menos, nesse meio coiso, quer da parte de teatro, cenário, essas coisas todas, se não tiver algum conhecimento não...bem os conhecimentos uma pessoa vai, vai, vai, vai conseguindo consoante as pessoas que vêm do exterior, que também gostam de teatro e tudo, como algumas que vieram cá, por exemplo na 1ª peça o antigo ministro da justiça por exemplo e outras pessoas que vieram cá.”</p>
Sófocles	<p>Quando questionado sobre Como acha que os restantes reclusos (que não participam no teatro) encaram o desenvolvimento deste tipo de actividades e os que nelas participam? Responde: “A esmagadora maioria não assistiu às peças, logo revela desinteresse, mas lá fora também é assim. A população prisional divide-se nos que se interessam pelas actividades e os que não se interessam. Dos que assistem, alguns tecem críticas porque põem a fasquia um bocado elevada.”</p> <p>Quando questionado se para os outros, há um TU antes do teatro e um TU depois do teatro? Responde: “sim havia ali muitas pessoas com as quais eu não tinha o hábito de manter um relacionamento mais próximo e que passaram a ver o Nuno para além do bom dia e do boa noite.”</p>
Aristófanes	<p>Quando questionado sobre Como acha que os restantes reclusos (que não participam no teatro) encaram o desenvolvimento deste tipo de actividades e os que nelas participam? Responde: “é um bocadinho complicado, mas também ninguém...ninguém diz nada...porque há pessoas que gostam de teatro e dão-nos os parabéns e tudo o mais...mas outros há, não quero dizer que não gostam do teatro, não foram educados a verem teatro e por isso mesmo olham para o teatro de uma outra forma e para as pessoas que estão no teatro de uma outra forma, é claro que...outros há... Acho que encaram mais como um passatempo, outros há que nos olham como pessoas que compactuam com o sistema, com a instituição, que...há vários tipos de pessoas a olharem para o</p>

	<p>teatro de formas bastante diferentes...” Quando questionado se para os outros, há um TU antes do teatro e um TU depois do teatro? Responde: “Eu creio que sim...pois, não devia ser eu a responder a essa questão mas...sim eu tenho percepção, inclusive me dizem que eu mudei muito desde que cá cheguei (interrupção por um guarda), mesmo as pessoas me têm dito que eu mudei muito desde que cá estou, eu cheguei uma pessoa e hoje sou uma pessoa completamente diferente. (...) desde que estou no EP. Eu cheguei cá ao EP era uma pessoa e hoje em dia já, as pessoas sentem que eu já não sou a mesma pessoa, sou uma pessoa diferente para melhor, mesmo tenho pessoas que me dizem isso, por exemplo a Dra. Graça Neto foi a técnica de educação que me recebeu quando eu cá cheguei e ela sempre julgou que eu ia ser uma pessoa extremamente difícil dentro do estabelecimento pela minha postura quando cá cheguei, claro, não aconteceu nada disso, ela hoje olha para mim com outros olhos, e todas as pessoas que me conheceram nessa época...poderá ser pelo teatro, mas também poderá não ser só pelo teatro, poderá ser pela escola, poderá ser por ter mais idade, poderá ser por uma série de razões mas creio que para os outros, para os outros, creio que para eles que eles vêem que o teatro me fez bastante.”</p>
Menandro	<p>Quando questionado sobre Como acha que os restantes reclusos (que não participam no teatro) encaram o desenvolvimento deste tipo de actividades e os que nelas participam? Responde: “Os colegas extra-grupo elogiam muito, mas parece elogio falso”.</p> <p>Quando questionado se para os outros há um Tu antes do Teatro e um Tu depois do teatro responde: “ é igual, posso notar uma diferença com um ou outro...”</p>

<div>Categoria de Análise</div> <div>Entrevistados</div>	Valorização da escola	Valorização do Teatro
<p>Ésquilo</p>	<p>“Já acabei a escola, acabei o 12º ano o ano passado.”</p> <p>“Eu na altura não continuei na escola porque eles não reúnem aqui as condições necessárias para uma pessoa estar a estudar na universidade.”</p> <p>“Eu no meu caso tinha de fazer como o B. faz, se não há ninguém a trazer as fotocópias das aulas e essas coisas todas, eu não tenho cá ninguém para me trazer isso, já para começar, depois tinha que ir para um local sossegado, se houver muito barulho uma pessoa não consegue estudar.”</p>	<p>Quando questionado sobre o que achou do teatro, responde: “Foi uma experiência única, gostei...é uma oportunidade que uma pessoa tem, porque nós ficamos mais ricos por dentro, experiências novas. Eu acho que uma pessoa devia experimentar essas coisas e pode ser que uma pessoa possa ter um futuro mais tarde.”</p> <p>Quando confrontado com a questão: julga que os técnicos superiores de reeducação deviam investir ou incentivar, mais ou menos, este tipo de actividades e porquê? Responde:” se os técnicos se pudessem deviam fazer mais deste género de actividades.”</p> <p>“Se pudessem, eu acho que deviam fazer muito mais e não só o teatro, outras actividades também. Eu acho que uma pessoa fica diferente, fica mais alegre.”</p> <p>“ o António Jorge da Escola da Noite, também veio algumas vezes (assistir aos ensaios) e também gostou da peça e acho que são eles que estão a incentivar as pessoas a continuar, porque gostaram da peça e tudo, e também tudo o que é feito cá dentro, é tudo por nós, tanto o palco como as roupas, logicamente que eles próprios ficam um bocadinho espantados com o trabalho que uma pessoa faz...foi muito bom, muito bom, foi uma experiência muito gratificante, e conhecemos pessoas e é a convivência com as pessoas também.</p> <p>Parece que não, porque as pessoas lá fora pensam ah são presos e tudo, não são pessoas nem cultas nem respeitam as outras pessoas...pelo menos a maior parte da sociedade pensa assim são criminosos, são pessoas diferentes, e assim elas vêem isto de outra maneira, e eu acho que se houver mais iniciativas para isso acho que era muito gratificante, porque podia haver muito mais. E depois as pessoas vêem ah mas afinal de contas nem todos, não são o que nós pensamos, são pessoas como nós, são pessoas com sentimentos, afinal de contas também sabem fazer muitas coisas interessantes.”</p>

Sófocles	Acabei este ano a escola, o 12º ano.	<p>Quando confrontado com a questão: julga que os técnicos superiores de reeducação deviam investir ou incentivar, mais ou menos, este tipo de actividades e porquê? Responde: “Devia haver mais actividades, este espaço prisional carece um bocado de actividades, workshops por exemplo. Ocupações sim e de preferência culturais, pois a cultura permite uma evasão e é um pilar fundamental da personalidade. Permite uma maior aquisição de competências e organização. Podemos encarar a cultura como ocupação do tempo, de forma pedagógica e proveitosa.</p> <p>A instituição se fornecer utensílios pode esperar que os reclusos construam alguma coisa, de contrário não acontece. Deve existir alternativa para que haja possibilidade de escolha por parte dos reclusos. Eu sou apologista das actividades culturais mas que tentem englobar o maior número de intervenientes possíveis.</p> <p>Quando questionado sobre o que achou do teatro e das peças escolhidas responde: “Da 1ª peça para a 2ª achei muito interessante, houve uma grande diversidade. Mas da 2ª peça para a 3ª houve uma grande aproximação da temática. Foram peças bastante pedagógicas e divertidas. Já sugeri em tempos obras mais conceituadas na literatura, como por exemplo de Shakespeare, para fugir aquilo que já foi feito, pois quanto mais variadas forem as peças mais possibilidade há, de atingir um publico mais eclético, pois sem público não há teatro.”</p> <p>“o recluso durante a reclusão torna-se mais isolado, mais egoísta, perdendo os reflexos de grupo, sendo que o teatro pode contribuir para contrariar isso.”</p> <p>“Os grupos do teatro não devem ser imortais, é bom quando se muda, a diversidade enriquece.”</p> <p>“O teatro deve ser liberalizado de modo a que todos possam participar, de modo a não haver uma casta de privilegiados e uma casta de desconsiderados.</p>
----------	--------------------------------------	--

<p>Aristófanis</p>	<p>“A vida na cadeia, eu se calhar tenho a vida na cadeia antes de entrar para a escola e a vida na cadeia pós escola. Eu andei aqui um bocadinho perdido inicialmente porque fui a julgamento e apanhei a pena máxima e é complicado digerir uma situação dessas e andei cerca de um ano a analisar a situação, a olhar para dentro, a tentar mentalizar-me sobre o que se havia passado e foi um ano assim um bocadinho difícil (...)”</p> <p>“(...) no ano seguinte matriculei-me na escola, isto 2002/2003, matriculei-me para o 7º ano e comecei a levar as coisas certas(...)”</p>	<p>“(...)comecei a levar as coisas certas(...)”</p> <p>“(...)e a partir daí o teatro aconteceu na minha vida, através da escola (na prisão) depois através de uma peça que foi encenada pelo André Kwalski, um polaco, que esteve inserida na “Coimbra Capital Nacional da Cultura” em 2003, e ia fazendo esporadicamente umas peças aqui a nível da escola mas, o teatro veio ocupar um espaço na minha vida, enquanto estou inserido no Estabelecimento Prisional, que já não consigo acho que neste momento, o teatro faz parte da minha vida cá dentro, se me tirassem o teatro aqui no EP eu se calhar ia andar aí bastante tempo a reaprender a ocupar o tempo, porque provavelmente não iria saber funcionar da melhor forma possível.”</p> <p>“(...) o teatro aqui dentro do estabelecimento prisional faz-nos muito bem a todos.”</p> <p>Quando questionado sobre o que achou do teatro e das peças escolhidas responde: “da que gostei mais até agora, foi esta, é a peça que eu mais gosto, mas também é uma peça complicada para trabalhar, mas eu sou uma pessoa que gosto que as coisas sigam, aconteçam ao ritmo que eu as levo, se elas não acontecerem nesse ritmo, eu já começo a ficar com uma certa ansiedade, começo a achar que as coisas não acontecem e depois começam-se a alongar prazos, depois há pessoas que...é claro que todos temos que ter momentos para trabalhar e todos temos que ter momentos para brincar, mas eu sou muito apologista do trabalho, do trabalho, trabalho, trabalho, a nível do teatro porque também olho para o trabalho no teatro como um divertimento, porque se não nos divertirmos com aquilo que fazemos então estamos somente a fazer mais qualquer coisa, e eu acho que no fundo temos que gostar do que fazemos, se gostarmos daquilo que fazemos estamos-nos a divertir, não é preciso aquelas brincadeiras por vezes banais e incómodas para alguns e estúpidas para outros, eu não gosto muito de trabalhar nesses moldes, gosto que as coisas aconteçam, e que toda a gente trabalhe e que toda a gente dê o litro, nem sempre pode acontecer e quando não acontece fico de certa forma irritado.”</p> <p>Quando confrontado com a questão: julga que os técnicos superiores de reeducação deviam investir ou incentivar, mais ou menos, este tipo de actividades e porquê? Responde: “Sim claro que claro que deviam</p>
--------------------	--	--

Aristófanis		<p>incentivar, não só o teatro, “n” de actividades, “n” de actividades, as coisas por vezes aqui dentro do estabelecimento prisional há picos, picos altos e picos baixos, há determinados momentos em que há “n” de actividades lúdicas e interessantes para os reclusos e que lhes faz muitíssimo bem e há alturas em que as pessoas começam a olhar, afinal isto não há nada a nível de cultura, não vai acontecer nada? Mesmo os reclusos lá dentro, alguns há, nem todos, porque há muita gente que não participa em nada porque acham que estão a compactuar com a instituição e são aquelas pessoas que vão um bocado contra a instituição e acham que o ser recluso, está na moda do ser recluso é ser mau, é ser terrível, é ir contra é dizer não, esse tipo de coisas. Outras há que nos perguntam: então quando é que há mais qualquer coisa ou na biblioteca ou no teatro, ou a este nível ou aquele?</p> <p>“(…)eu acho que o teatro tem todo de positivo, mesmo as relações que acontecem entre os diversos membros, porque as pessoas aprendem a conhecerem-se e o teatro, o espaço é um local para pormos os nossos problemas de parte, eu tive uma chatice aqui, na escola durante um teste de matemática com um aluno, porque esse aluno estava-me a perguntar qual era o resultado de uma operação qualquer e eu estava-lhe a dar o resultado, ele olhava para mim e dizia não pode ser e eu dizia mas pode, é isto assim assim. Ao fim de cinco minutos ele já me tinha irritado de tal forma que eu rasguei o meu teste, e isso aconteceu, e eu tinha razão, eu tinha razão mas ele também tinha, ele também tinha, porque a professora de matemática sabia perfeitamente, já se tinha apercebido que eu lhe fazia os testes, eu é que lhe...ela deu-nos testes diferentes (risos) porque ele não era tão mau a matemática como isso, ele era cábula, ele não se esforçava, ele sabia perfeitamente que se sentava à minha beira e que se não fizesse alguém fazia, e então ele irritou-me de tal forma, que eu rasguei o meu teste de matemática, levantei-me e saí da sala, e ele irritou-se e ficou chateado com aquilo também, levantou-se pousou o teste dele, levantou-se e veio atrás de mim, e quando saímos fora da sala nós chateamo-nos mesmo a sério, de forma a ficarmos os dois com os olhos pretos e depois era uma situação complicada para gerir porque andávamos os dois no teatro, e a Dra. Dina Luís na altura, depois estive a conversar comigo e disse: “e agora agora como vai ser lá em cima no teatro?”</p>
-------------	--	--

Aristófanes		<p>Então lá em cima no teatro eu vou ser eu, ele vai ser ele, vamos ter que nos entender, vamos ter que trabalhar e ultrapassámos as coisas da melhor forma possível no teatro...”</p> <p>“(…)um de nós podia ter abandonado o teatro ou as complicações podiam continuar a acontecer no teatro mas pusemos as coisas todas de parte, eu passei a ser eu, ele passou a ser ele, e em poucos dias tudo aquilo estava sanado, mas também vai do carácter de cada um, porque por exemplo com o L. eu nunca me dei muito bem com o L. e isso era uma coisa que saltava à vista, a toda a gente, eu nunca consegui compreender muito bem o porquê daquela situação entre mim e ele porque eu nunca lhe fiz mal, nem ele me fez mal a mim...mas no entanto ele nunca me aceitou de forma nenhuma, e as coisas nunca, nunca foram boas entre nós mas também dentro do teatro nunca deixámos que as coisas fossem más, nunca deixámos que as coisas fossem más por isso...se bem que toda a gente se apercebesse que havia ali um gelo entre os dois, toda a gente se apercebia disso mas...as coisas eram facilmente ultrapassáveis...”</p>
Menandro	Ricardo considera que é ilusão do Estabelecimento que a escolaridade, ou os cursos prepara os presos para a vida lá fora.	<p>“O teatro acaba por ser um escape”</p> <p>O melhor do teatro: “passar o tempo e a confraternização”</p> <p>O pior do teatro:” acabam por haver conflitos de interesses, picardias, por exemplo quando vim para o teatro o X. só via uma direcção, mas agora já está mais flexível, já não é tão rígido, já ouve outras opiniões.”</p> <p>“Da parte do estabelecimento acho que o teatro deve ser para continuar.”</p> <p>“Se pudesse mudar algo no teatro era os Horários, e havia de haver mais disciplina. Tem que haver gosto pelo que fazem para que as coisas sejam bem feitas.”</p> <p>Quando confrontado com a questão: julga que os técnicos superiores de reeducação deviam investir ou incentivar, mais ou menos, este tipo de actividades e porquê? Responde: “Se não houver um retorno por parte do EP...devia haver mais iniciativas, no entanto os reclusos só aderem se houver alguma compensação. São esperadas contra-partidas dos dois lados, sempre fui um bocado do contra...”</p>